

www.agehab.go.gov.br



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Buriti de Goiás



MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO

Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro

SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Inês da Silva Magalhães

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PRESIDENTE

Jorge Fontes Hereda

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADES

Igor Montenegro Celestino Otto

PRESIDENTE DA AGEHAB

Marcos Abrão Roriz Soares de Carvalho

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Fernando Jorge de Oliveira

DIRETOR FINANCEIRO

André Sanabio

DIRETOR TÉCNICO

Hélio José da Silva Filho

**DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Luciano Alves Pereira

GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITA

Regina Maria Costa Lima

GRUPO DE TRABALHO LOCAL

Ivone Vieira Alves (Coordenadora)

Gilmar Tomaz da Silva

Alex Alves da Silva

Marleth Cândida de Souza

Ademar Correia Martins

Zaqueu Antônio Vasconcelos

FICHA TÉCNICA

GRUPO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA – GTEC

Carla Machado Silva

Christiane Coletti

Débora Cunha

Diogo Paixão

Elcileni Borges

Maria Raquel M.A. Jardim de Amorim

Marta Ferreira Rosa

GERENTE DE APOIO À GESTÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Christiane Coletti

COORDENAÇÃO TÉCNICA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Cristiane Eunisse Fonseca

EQUIPE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Aline Spirandeli Guimarães

Carla Gioconda

Cristiane Eunisse Fonseca

Luciana Roncato Inácio

Renata C.R.Póvoa

PROJETO GRÁFICO

Neyron Mendes

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

FOTOS

Arquivo AGEHAB



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PRODUTO 1: PROPOSTA METODOLÓGICA.....	16
1. PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS	16
2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE TODO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMHIS	17
3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA AGEHAB E AGENTES ESTRUTURANTES.	21
4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	25
5. MAPEAMENTO DOS ATORES ESTRATÉGICOS	25
6. DIFICULDADES E ESTRATEGIAS NO FORTALECIMENTO DO PROCESSO PARTICIPATIVO	26
7. PLANO DE COMUNICAÇÃO	27
8. MAPA DOS PAs.....	29
9. REGIÕES DE COBERTURA	32
10. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	32
PRODUTO 2 : DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - NECESSIDADES E OFERTAS HABITACIONAIS	39
1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	40
2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO	40
3. A HISTÓRIA DO LUGAR E AS RELAÇÕES REGIONAIS	42
3.1.O processo de ocupação do território	42
3.2.Cultura de morar	47
3.3.As relações regionais	50
4. NECESSIDADES HABITACIONAIS	51
4.1.Demanda futura por moradia	57
4.2.Assentamentos Precários	57
4.3.Perfil socioeconômico do município	58
5. OFERTAS HABITACIONAIS.....	59
6. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	75



DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E CAPACIDADE ADMINISTRATIVA.....	80
1.INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO.....	80
2.ESTRUTURA INSTITUCIONAL	81
2.1.Marcos Legais	83
2.2.Fontes de Recursos e Subsídios	88
2.3.Programas	90
3.CAPACIDADE ADMINISTRATIVA	91
4.RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS	93
PRODUTO 3: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	99
1.INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE TODO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMHIS	99
2.ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.....	101
2.1.Consolidação das Informações do Diagnóstico Habitacional	101
2.2.Objetivos, Programas e Ações do PMHIS	104
2.3.Etapas, Responsáveis e Parceiros	107
2.4.Prioridades de Atendimento	110
2.5.Metas, Recursos, Fontes de Financiamento e Cenários.	112
2.6.Localização onde incidirá as ações da Política Habitacional.....	119
2.7.Indicadores e estratégias de monitoramento, avaliação e revisão do PMHIS.....	121
3.RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS	124
REFERÊNCIAS	128
Anexos	Erro! Indicador não definido.



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

PRODUTO 1: PROPOSTA METODOLÓGICA

LISTA DOS MAPAS

Mapa esquemático das Regiões de Cobertura Urbana

Mapa esquemático das Regiões de Cobertura Rural

LISTA DE FIGURAS

Figuras 01 e 02: Reunião PA 01 – Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal - 01/06/2010

Figuras 03 e 04: Reunião PA 01 - Secretaria de Assistência Social da Prefeitura - 18/06/2010.

Figuras 05 e 06: Reunião PA 01 - Sala de recepção da Prefeitura - 29/06/2010

Figuras 07 e 08: Reunião PA 01 - Sala de recepção da Prefeitura - 29/06/2010

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Mapeamento dos atores estratégicos

Quadro 02: Plano de comunicação

SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

GTL – Grupo de Trabalho Local

PA - Ponto de Apoio

PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

RC – Região de Cobertura

PRODUTO 2: DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – NECESSIDADE E OFERTAS HABITACIONAIS

LISTA DOS MAPAS

Mapa 01: Mapa do histórico do parcelamento e situação fundiária

Mapa 02: Mapa do histórico e situação de ocupação

Mapa 03: Mapa das características atuais de uso e ocupação do território

Mapa 04: Mapa das necessidades habitacionais e assentamentos precários

Mapa 05: Mapa das ofertas habitacionais de interesse social



LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Casa de Alvenaria no Setor Novo Horizonte

Figura 02: Casa de Alvenaria no Setor Serra Azul

Figura 03: casas de placa de cimento

Figura 04: Casas de placa de cimento

Figura 05: Casa popular – reposição de estoque

Figura 06 e 07: Assessoria Técnica da AGEHAB e membros do GTL

Figuras 08 a 12: Audiência Pública no Ponto de Apoio – PETI – 08/11/2010

Figuras 13 e 14: Atendimento presencial na AGEHAB – Tutora e membros do GTL

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Matriz de caracterização do uso e ocupação do território

Quadro 02: Matriz da linha do tempo

Quadro 03: Matriz de sistematização das relações regionais

Quadro 04: Síntese dos componentes das necessidades habitacionais, assentamentos precários e demanda demográfica

Quadro 05: Matriz das necessidades habitacionais

Quadro 06: Ficha de caracterização de assentamentos precários

Quadro 07: Síntese dos componentes e tipos de ofertas habitacionais

Quadro 08: Ficha de caracterização das ofertas habitacionais de interesse social

Quadro 09: Quadro síntese de ofertas habitacionais de interesse social quantificada por renda e período

Quadro 10: Ficha de caracterização das potencialidades locais e regionais da cadeia produtiva da construção civil

Quadro 11: Mapa das ofertas habitacionais

SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FJP – Fundação João Pinheiro

GTL – Grupo de Trabalho Local

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

PA - Ponto de Apoio

PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

RC – Região de Cobertura

A – Água

E – Esgoto

EE – Energia Elétrica

AS – Asfalto

DI – Domicílio Improvisado

CF – Coabitação Familiar

OA – Ônus Excessivo com Aluguel

DR – Domicílio Rústico

DE – Densidade Excessiva

CI – Carência em Serviços de Infraestrutura

IUS – Inexistência de Unidade Sanitária Domiciliar Exclusiva

IFU – Inadequação fundiária urbana

PRODUTO 2: DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E CAPACIDADE ADMINISTRATIVA

Lista de Quadros

Quadro 13: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Plano Diretor.

Quadro 14: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: lei de Zoneamento Urbano e/ou Lei de Uso do Solo.

Quadro 15: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Lei de Parcelamento Urbano.

Quadro 16: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Código de Edificações/Obras.

Quadro 17: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Código de Postura.

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

Quadro 18: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, marco legal: Lei de criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

Quadro 19: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, marco legal: Lei de Criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS).

Quadro 21: Quadro de sistematização dos dados referentes ao orçamento municipal.

Quadro 22: Quadro de sistematização dos dados referentes aos recursos municipais.

Quadro 24: Sistematização das fontes de financiamento habitacional do município.

Quadro 25: Quadro de sistematização das informações referentes à produção habitacional por programa.

Quadro 26: Quadro de sistematização das informações referentes à estrutura administrativa responsável pelo planejamento e gestão da política habitacional do município.

Lista de figuras

Figura 01: Palestra com Silmara Vieira.

Figura 02: Equipe da Agehab e membros dos GTLs na 5ª oficina.

Figuras 03 e 04: Mesa - Coordenador da AGEHAB, Gerente Nacional da CAIXA e Ass. Especial da SEPLAN-GO

Figura 05: Componentes da mesa – AGEHAB, Ministério das Cidades e IBAM

Figura 06: componentes DA mesa – AGEHAB e IBAM

Figuras 07 e 08: Atendimento do GTL pela tutora da equipe da AGEHAB

Lista de siglas

GTL – Grupo de Trabalho Local

CMHIS - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

FEHIS - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

PPA - Plano Plurianual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

OGU - Orçamento Geral da União

PRODUTO 3 – ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Síntese do Diagnóstico Habitacional do Município

Quadro 02: Objetivos e Diretrizes do PMHIS

Quadro 03: Identificação de Tipos de Ações a serem Desenvolvidas.

Quadro 04: Programas e Ações – Detalhamento

Quadro 05: Síntese de critérios para priorização de programas e ações.

Quadro 06: Programas e Ações – Prioridades de Atendimento

Quadro 07: Estimativas de custos para atendimento das necessidades habitacionais acumuladas e da demanda futura.

Quadro 08: Cenário Conservador

Quadro 09: Cenário Otimista

Quadro 10: Cenários Conservador e Otimista

Quadro 11: Cronograma de implementação do PMHIS

Quadro 12: Indicadores para monitoramento

Quadro 13: Estratégia para avaliação e revisão do PMHIS

MAPA 1: Mapa das ações propostas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Equipe do IBAM na capacitação às tutoras da AGEHAB para a 6ª oficina

Figura 02: Presidente da AGEHAB e autoridades governamentais na abertura da 6ª oficina

Figura 03: Assinatura dos Termos Aditivos dos Convênios de Cooperação Técnica dos municípios com a AGEHAB

Figura 04: 6ª Oficina – Prefeitos e GTLs dos municípios.

Figura 05: Sala de aula - Capacitação do GTL

Figura 06: Participação do IBAM na 6ª Oficina.

Figura 07: Sala de aula - Capacitação do GTL – Presença do Presidente e Diretores da AGEHAB.

Figura 08: Sala de aula - Capacitação do GTL – Presença do IBAM



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

Figuras 09 e 10: Reunião pública sobre o PMHIS

LISTA DE SIGLAS

AGEHAB – Agência Goiana de Habitação

CGFMHIS – Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

DICOOPTEC – Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

FEHIS - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GTL – Grupo de Trabalho Local

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PLANHAB – Plano Nacional de Habitação

PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

UHIS – Unidades Habitacionais de Interesse Social



APRESENTAÇÃO

O **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social** é um instrumento de implementação do Sistema Nacional de Habitação – SNHIS, que tem como objetivo planejar as ações da Municipalidade referentes ao setor habitacional, de forma a garantir às populações de baixa renda, o acesso à moradia adequada e ao solo urbano regularizado, dotado de infra-estrutura básica.

O Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, embasado na experiência de elaboração do Plano Nacional de Habitação – PlanHab, vem implementando o Planejamento Habitacional no Estado através do processo de elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS: incluindo a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS, a assistência técnica aos municípios dos Territórios da Cidadania, e o apoio institucional-pedagógico a todos os municípios goianos que manifestassem interesse, estruturado em um Ciclo de Capacitação iniciado em maio de 2010.

No artigo 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, foi definida a Política Urbana que abrange que a propriedade é um direito fundamental, porém que toda a propriedade deve atender à sua função social e, a partir de 2001, com o Estatuto da Cidade (LF 10.257/2001) há a regulamentação de que a propriedade atenderá sua função social se estiver atendendo aos preceitos no Plano Diretor do espaço a que estiverem vinculados.

A criação do Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social – SNHIS, através da Lei Federal nº. 11.124/2005, condicionou o planejamento habitacional como etapa obrigatória para o acesso aos recursos públicos. Conforme o **Artigo 12** da referida Lei, **a apresentação do PLHIS é condição obrigatória para que os entes federados acessem os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.**

A partir da elaboração dos PLHIS, portanto, as administrações dos Estados e Municípios têm a possibilidade de consolidar, em nível local, a Política Nacional de Habitação, orientada pelos princípios do Estatuto da Cidade, e compatível com outros instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano, como os Planos Diretores, quando existentes, e os próprios Planos Plurianuais.

O PLHIS constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de gestão habitacional, visando o enfrentamento do déficit habitacional, o desenvolvimento social, econômico e urbano das localidades, e a integração das moradias de interesse social nas cidades.

A metodologia de Goiás enfatizou a participação direta da sociedade na definição e no controle das prioridades e dos programas habitacionais, elegendo como agentes estruturantes do trabalho de elaboração do PMHIS dos municípios, um Grupo de Trabalho Local - GTL, constituído por meio de decreto municipal, composto por 3 integrantes titulares e 3 suplentes, com representação do poder público municipal, entidades sociais, lideranças locais e de representantes de outros segmentos como comerciantes e/ou entidades de classe ou de ensino.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) está dividido em três etapas. Na primeira etapa: **Proposta Metodológica (Produto 1)** foram criadas as condições estruturais para o desenvolvimento democrático e participativo do PMHIS, abordando: a) a compreensão do papel de cada segmento na produção e elaboração do PMHIS; b) o entendimento do processo de estruturação do PMHIS; c) a criação de uma rede de atores sociais, para suporte na divulgação dos trabalhos de elaboração do Plano, bem como da coleta de dados para a realização das etapas seguintes; d) interlocução entre equipe de assessoria técnica da AGEHAB e GTL do município.

Na segunda etapa: **Diagnóstico Habitacional (Produto 2)** os GTLs tiveram acesso aos insumos para quantificar e qualificar as demandas da população (leitura da realidade local) no que diz respeito às condições de habitação no município, área urbana e área rural, levantamento de campo das **Necessidades e Ofertas Habitacionais (primeiro e segundo conteúdo)**, além dos dados de instituições de pesquisa. O levantamento em campo foi realizado por meio de um trabalho planejado pelo GTL, com a colaboração dos coordenadores dos Pontos de Apoios – PA's e dos atores estratégicos através de: reuniões, debates, entrevistas, registros fotográficos, mapeamentos e relatórios. Cruzamento de dados com registros oficiais (CADÚNICO, Bolsa Família, Estratégia de Saúde da Família – ESF, cartórios, prefeitura, etc) e dados de instituição de pesquisa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação João Pinheiro -FJP, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, etc.). Todas as informações coletadas foram adequadamente

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

organizadas e sistematizadas na forma de quadros e mapas, a fim de possibilitar a compreensão plena da realidade do município. Para finalizar o Diagnóstico Habitacional, foi elaborado o produto **Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa (terceiro conteúdo)**, contendo levantamento: dos marcos regulatório e legal existente no município; das normas que orientam e controlam o uso, a ocupação e a urbanização do solo, tais como Plano diretor, Lei de zoneamento urbano/Lei de uso e ocupação do solo, Legislação de ZEIS; das leis que disciplinam o parcelamento do solo; bem como das fontes de recursos e subsídios e os programas que têm relação com a promoção do acesso à moradia de interesse social; a capacidade administrativa da prefeitura na área habitacional e as condições logísticas, o quadro técnico e administrativo e a forma como o órgão responsável pela habitação vêm atuando no planejamento e na implementação da política habitacional. As informações levantadas nesta etapa do trabalho, no que diz respeito à legislação urbanística e ambiental do município e a legislação referente ao Sistema Nacional de Habitação (SNH) foram sistematizadas em quadros, onde se verificou a inexistência de boa parte dessas legislações nos municípios do Território da Cidadania.

Após a conclusão das duas primeiras etapas para elaboração do PMHIS – Produto 1: Proposta Metodológica e Produto 2: Diagnóstico Habitacional, realizadas em cinco oficinas de capacitação e fornecidos quatro roteiros de trabalho aos GTLs dos municípios, realizou-se a 6ª oficina de capacitação para o cumprimento da terceira e última etapa: **Estratégias de Ação (Produto 3)**. Nas Estratégias de Ação, de acordo com os problemas identificados, são elencados os programas e/ou ações para provisão de novas unidades habitacionais, adequação das existentes, urbanização e regularização de assentamentos precários, desenvolvimento institucional do setor habitacional, dentre outras medidas necessárias para garantir inclusão territorial e acesso à moradia digna nas áreas urbanas e rurais dos municípios. Para o alcance destes objetivos foram definidos programas e/ou ações, os responsáveis pela sua implementação, recursos e fontes de financiamento para os mesmos e as áreas municipais onde elas ocorrerão. Foram previstas ainda, prioridade de implementação dos programas e/ou ações e os mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão de todo o plano ao longo do tempo.

Todas estas etapas constituíram um campo de interlocução, discussão e deliberação no qual a população e o CGFMHIS – Conselho Gestor do Fundo Municipal de

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

Habitação de Interesse Social teve uma participação informada e ativa. Ao final dos trabalhos e sintetização do documento do Plano Habitacional, o poder público municipal tem a incumbência de elaborar e promover a aprovação da Lei do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS pelo legislativo local, em tempo célere.

A seguir, este documento recapitula todos os produtos elaborados e apresenta a versão final do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS do município de Buriti de Goiás.

Proposta Metodológica

Produto

1

PMHIS

Plano Municipal de
Habitação de Interesse Social



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



PRODUTO 1: PROPOSTA METODOLÓGICA

1. PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) é o planejamento para as ações que cada município deve executar no setor de habitação. O Plano deverá apontar caminhos para o município propor, incentivar e executar ações que venham a melhorar a vida de seus moradores.

Por habitação de interesse social entende-se toda a habitação destinada a famílias com renda de até três salários mínimos nacional. Desta forma, o PMHIS serve para que o município possa planejar e saber exatamente para onde e como vai crescer.

OBJETIVOS:

OBJETIVOS GERAIS

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Buriti de Goiás será baseado nos princípios da política habitacional que se resumem basicamente em:

- Direito à **moradia digna** e ao **solo urbano regularizado**, dotado de infraestrutura básica, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (artigo 6º);
- Direito ao ambiente qualificado e sustentável, identificando as peculiaridades regionais e respeitando os condicionantes ambientais;
- Direito à Gestão democrática e participativa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Orientar as ações do poder público e da iniciativa privada propiciando o acesso à moradia adequada, priorizando as famílias de menor renda, num processo integrado com as políticas de desenvolvimento urbano regional e demais políticas municipais;
- Definir procedimentos e ações de curto, médio e longo prazos (até 12 anos), que ampliem o acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, infra-

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

estrutura, transporte, serviços, trabalho e lazer, respeitando as Diretrizes de ordenamento e controle do uso e ocupação do solo, de preservação do ambiente natural e construído garantindo a participação da comunidade;

- Permitir acesso aos recursos públicos federais destinados à habitação de interesse social através da participação no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, e subsídios para as populações de baixa renda;
- Estimular a produção habitacional pela iniciativa privada para o atendimento das necessidades habitacionais do conjunto da população, priorizando a Habitação de Interesse Social - H.I.S. para o atendimento da demanda prioritária (**0 a 3 salários mínimos**) e redução do déficit municipal;
- Considerar o território do Município de Buriti de Goiás em sua integralidade, contemplando **áreas urbanas** e **áreas rurais**, passíveis ou não de ocupação, inadequação ou especulação (imobiliária), sejam estas áreas propícias ou impróprias para utilização, respeitadas as restrições legais e ambientais estabelecidas.

COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Prefeitura Municipal: Prefeita REGINA MARIA COSTA LIMA

Secretaria Municipal de Assistência Social: Ivone Vieira Alves

Tutoria Técnica Responsável da AGEHAB:

Carla Gioconda Alves Pinto

Técnicos Municipais do Grupo de Trabalho:

Ivone Vieira Alves (COORDENADOR)

Gilmar Tomaz da Silva

Ademar Correia Martins

Zaqueu Antônio Vasconcelos

Marleth Cândida de Souza

Alex Alves da Silva

2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE TODO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMHIS

O GTL (Grupo de Trabalho Local) nomeado via Decreto pelo Prefeito Municipal, tem o objetivo de acompanhar a elaboração do PMHIS, garantindo o cumprimento de

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

todas as etapas do Plano de forma participativa. Para efetivação dos trabalhos, o grupo de trabalho local e membros do CGFMHIS (Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social), deverá passar por capacitação nas oficinas realizadas pela AGEHAB, obedecendo aos critérios do convênio assinado entre esta agência e as prefeituras. Durante o processo de elaboração do Plano, o GTL deverá realizar reuniões com a comunidade a fim de que as decisões possam ser tomadas de forma mais democrática possível.

O plano municipal de habitação de interesse social será dividido em três etapas:

Etapa 1_ Proposta Metodológica;

Etapa 2 – Diagnóstico Habitacional;

Etapa 3: Estratégias de Ação.

Na Etapa 1: Proposta Metodológica – fase que norteará as outras etapas do PMHIS, delineando o cronograma detalhado das atividades, apontando as estratégias, as ações a serem desenvolvidas, as responsabilidades e forma de mobilização e participação popular. Nessa fase o grupo promoveu neste Produto 1 e promoverá nas próximas etapas, reuniões junto à comunidade local para eleição dos Atores Estratégicos e determinação dos PAs (Pontos de Apoio). A eleição dos Atores Estratégicos teve a preocupação de selecionar pessoas pertencentes a diversos segmentos da sociedade e que pudessem de alguma forma, contribuir com informações para o banco de dados, mobilização da comunidade e divulgação de informações. A escolha das Regiões de Cobertura e dos PAs foi realizada pelo GTL junto com a comunidade observando a localização e o espaço onde pudesse abrigar as atividades coletivas como reuniões comunitárias e audiências e ainda servir de apoio aos trabalhos de campo do GTL. Para os PAs foi nomeado um coordenador para servir de ajudará o grupo de trabalho na organização e mobilização da comunidade. Houve a preocupação de dividir os bairros da cidade obedecendo as características socioeconômicas e de proximidade para delimitar as Regiões de Cobertura na área urbana. Na área rural, as Regiões de Cobertura foram definidas de acordo com os povoados e estabelecidos os PAs em escolas ou sede das fazendas onde fosse possível mobilizar um maior número de pessoas possível.

Como estratégia para divulgação e circulação das informações sobre a elaboração do PMHIS, o GTL buscou os meios de comunicação disponíveis no município, tais como

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

carro de som, rádio e ainda se utilizou da produção de cartazes, faixas, panfletos, além da divulgação oral. A afixação de cartazes foi feita em locais de grande circulação pública, tais como comércio local, bancos, escolas, Prefeitura Municipal. O mesmo procedimento deverá ser tomado nas demais etapas do Plano

A Etapa 2: Diagnóstico Habitacional – tem como objetivo, construir um panorama quantitativo e qualitativo das necessidades habitacionais e confrontá-lo com a oferta habitacional. Sob orientação da AGEHAB o Produto 2 será dividido em três conteúdos. Para o 1º Conteúdo – Necessidades Habitacionais, o GTL, com apoio dos Atores Estratégicos pesquisará a história do lugar e as relações regionais do município, e necessidades habitacionais. Nessa fase o grupo contará com pesquisas realizadas em publicações, jornais, registros de cartório, Prefeitura, CADÚNICO, PSF, IBGE, SEGPLAN (Secretaria de Gestão e Planejamento) e outros. Será de suma importância a contribuição dos agentes de saúde nessa fase de coleta de dados, os quais deverão ser capacitados pelo GTL a fim de ajudar no levantamento de informações. Para o 2º Conteúdo – Oferta Habitacional, o GTL poderá recorrer às informações da Prefeitura e cartório. Deve-se nessa fase conscientizar a população e o Poder Público Municipal sobre a criação de ZEIS observando a localização das moradias de Interesse Social em áreas já urbanizadas, com saneamento básico e equipamentos sociais. No 3º Conteúdo – Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa será feito um levantamento da Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, Legislação urbanística e ambiental do município, observando os marcos legais existentes e legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação (SNH). Será feito ainda uma análise dessa legislação observando a necessidade de atualização ou criação de Marcos Legais para o município, relacionados à habitação e ocupação do solo. Deverá ser observado também o orçamento, investimentos, fontes de recursos e programas para Habitação de Interesse Social e ainda analisar a capacidade administrativa da Prefeitura para buscar os recursos e operar os programas. Para essa fase o GTL deverá buscar apoio nas informações oferecidas pelo contador do município, secretária de finanças e administração e outras Secretarias da Prefeitura que contenham base de dados e informações sobre o assunto.

Na Etapa 03: Estratégia de Ação – o GTL irá consolidar as informações do Diagnóstico Habitacional e a partir dele, junto com a comunidade local e participação do

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

Poder Público do Município, estabelecer as estratégias de ação para solucionar os problemas de déficit habitacional, promover melhorias, infraestrutura e saneamento básico e assim proporcionar Moradia Digna para todos. Para tanto, deve-se observar as fontes de recursos, programas, prioridades, cronogramas de implementação das ações do PMHIS e ainda o monitoramento e avaliação do Plano. Nas Estratégias de ação, o GTL deverá identificar os Programas existentes no município, relacionados à política e/ou gestão habitacional e ainda articular com os Programas Federais (MCMV, PAC, Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários) e Estaduais (Morada Nova – Cheque Moradia) e outros programas que possam surgir, para viabilizar a implementação do PMHIS do seu município.

Após a realização de todas as etapas, será realizada a Plenária para discussão da proposta preliminar do PMHIS e após aprovada, corrigida e complementada, será encaminhada à Câmara Municipal, conforme cronograma do Produto 1, cópia do PMHIS para a Câmara Municipal realizar a aprovação em Lei do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Assim a versão final do Plano que será impressa em várias cópias e deixadas à disposição do público na Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social e Pontos de Apoio para que a população possa acompanhar a implementação das propostas que nele foram elencadas e cobrar das autoridades públicas a sua efetivação.

2.1. ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

Após a realização de todas as etapas, foi realizada a Plenária para discussão da proposta preliminar do PMHIS e após aprovada, corrigida e complementada, será encaminhada à Câmara Municipal, conforme cronograma do Produto 1, para realizar a aprovação em Lei do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Assim a versão final do Plano que será impressa em várias cópias e deixadas à disposição do público na Prefeitura e Câmara Municipal, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação e Pontos de Apoio para que a população possa acompanhar a implementação das propostas que nele foram elencadas e cobrar das autoridades públicas a sua efetivação.

A lei de criação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social será

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

encaminhada à Câmara Legislativa Municipal para aprovação em um prazo de até 4 meses sendo que a AGEHAB orientará todo o processo, reservando uma mesa na 7ª oficina de consolidação do PMHIS, para discussão e apresentação de um modelo de lei para a implementação do Plano, com participação de representantes do Ministério Público, assessoria jurídica da Agehab, dos prefeitos, vereadores, além do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e entidades e outras autoridades convidadas.

3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA AGEHAB E AGENTES ESTRUTURANTES.

Buscando dar força a este processo democrático e participativo de forma alinhada à Política Nacional de Habitação e empenhado em fortalecer a capacidade de gestão dos municípios, o Governo do Estado de Goiás, por meio da AGEHAB, preparou este Programa de apoio à elaboração dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social.

Todo o processo será conduzido pela AGEHAB tendo como agentes estruturantes:

- Ministério das Cidades
- Coordenação Executiva (COE)
- Grupo de Coordenação Técnica (GTEC)
- Tutoria Técnica
- Grupo de Trabalho Local (GTL)
- Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI)
- Assessoria Técnica.

Para a compreensão do papel de cada um destes agentes no processo de elaboração do PMHIS nos municípios goianos, segue abaixo as principais atribuições de cada um deles.

MCIDADES

Compete ao Ministério das Cidades, criado em janeiro de 2003, tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito. O MCidades trabalha de forma articulada e solidária com os

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

Estados e municípios, com os movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade.

É importante ressaltar a existência do Conselho Nacional das Cidades, vinculado ao MCidades. A instância de participação social, instituída em 2003, debate e define diretrizes e regras para a política de desenvolvimento urbano em cada uma de suas áreas setoriais.

O MCidades coordena a implementação do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (PLANHAB) e a estruturação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) com todos os seus componentes.

COE (Governo do Estado de Goiás/AGEHAB)

Compete à Coordenação Executiva, composta pela Diretoria Executiva da AGEHAB, a coordenação administrativa e institucional de todo o processo de elaboração do PEHIS e PMHIS, especialmente nas instâncias intra-governamentais e nas relações com o Ministério das Cidades e a CAIXA.

GTEC (Governo do Estado de Goiás/AGEHAB)

Compete ao Grupo de Coordenação Técnica, composto por Diretores, Assessores, Gerentes e Técnicos da AGEHAB, a coordenação técnica de todo o processo de elaboração do PEHIS e dos PMHIS, planejando e orientando as ações dos Tutores, acompanhando e validando as etapas e os produtos decorrentes da tutoria junto aos GTLs.

GTL (Prefeitura e representações sociais municipais)

Compete ao Grupo de Trabalho Local, constituído por meio de decreto municipal, composto por representação do poder público municipal, de organização social e responsável técnico a participação em todas as etapas de capacitação e a realização dos trabalhos orientados nos Roteiros e Oficinas, garantindo que o processo seja conduzido de forma participativa e democrática, e que os produtos alcancem o conteúdo necessário para a formulação do PMHIS.

GTI (Governo do Estado de Goiás/AGEHAB, entidades e segmentos sociais organizados)

Compete ao Grupo de Trabalho Interinstitucional, constituído por meio de decreto estadual, composto por representação do poder público estadual e representação de entidades das organizações sociais, o acompanhamento sistemático do processo e

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

elaboração dos produtos que vão compor o PEHIS, bem como a organização e sistematização de informações que vão subsidiar a elaboração dos Planos Estadual e Municipais, sempre de forma coordenada e estruturada pelo GTEC.

Assessoria Técnica (IBAM)

Compete ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), contratado pela AGEHAB por meio de processo licitatório, o serviço de assessoria para fundamentação técnica e teórica dos conteúdos a serem aplicados nas atividades de capacitação e tutoria voltados aos PMHIS, bem como a assessoria técnica para elaboração dos produtos do PEHIS.

Tutoria Técnica (Governo do Estado de Goiás/AGEHAB)

Compete ao Grupo de Tutores Técnicos, contratados a partir de processo seletivo realizado pela AGEHAB, o acompanhamento e orientação aos integrantes do GTL na elaboração dos PMHIS, cuidando para que todo o processo seja conduzido de forma participativa e democrática, e que os produtos alcancem o conteúdo necessário para a formulação dos PMHIS. Nas atividades presenciais, os Tutores realizarão a facilitação em sala e nas atividades de dispersão orientarão as atividades de campo descritas em cada Roteiro. As atribuições e responsabilidades da AGEHAB na elaboração do PMHIS para 31 municípios do território da cidadania estão descritas abaixo:

ETAPA I: Proposta Metodológica

Formação do Grupo de Trabalho Local (GTL): orientação à distância;

Elaboração do material didático para capacitação do GTL;

Auxílio ao GTL quanto à regularização junto ao SNHIS, preparação de leis, decretos, etc.

Organização da Oficina de Capacitação e mobilização dos GTLs;

Capacitação do GTL – 1ª Oficina de Capacitação: Proposta Metodológica;

Acompanhamento e apoio técnico, através de telefonemas, e-mail e atendimentos presenciais, para o preenchimento de quadros e levantamento de dados para a elaboração da Proposta Metodológica;

Elaboração do Produto 1: Proposta Metodológica – produção de texto, mapas, finalização do produto e encaminhamento a CEF.

ETAPA II: Diagnóstico Habitacional

Elaboração de materiais didáticos para capacitação;

Auxílio ao GTL quanto à regularização junto ao SNHIS, preparação de leis, decretos, etc.

Organização das Oficinas de Capacitação;

Capacitação do GTL – 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Oficinas de Capacitação;

Acompanhamento e apoio técnico, através de telefonemas, e-mail e atendimentos presenciais, para o preenchimento de quadros e levantamento de dados para a elaboração do Diagnóstico Habitacional;

Apoio técnico presencial: 4 visitas técnicas ao município para orientações, elaboração de mapas e quadros e levantamento de dados, juntamente com o GTL do município;

Elaboração do Produto 2: Diagnóstico Habitacional – produção de texto, mapas, finalização do produto e encaminhamento a CEF.

ETAPA III: Estratégias de Ação

Elaboração de material didático para capacitação;

Auxílio ao GTL quanto à regularização junto ao SNHIS, preparação de leis, decretos, etc.

Organização da Oficina de Capacitação;

Capacitação do GTL – 6ª Oficina de Capacitação;

Acompanhamento e apoio técnico, através de telefonemas, e-mail e atendimentos presenciais, para o preenchimento de quadros e levantamento de dados para a elaboração das Estratégias de Ação;

Apoio técnico presencial: visita técnica ao município para orientações, levantamento de dados, elaboração de mapas e quadros, juntamente com o GTL do município;

Elaboração do Produto 3: Estratégias de Ação – produção de texto, mapa, finalização do produto e encaminhamento a CEF.

Organização e preparação de material para Oficina de Consolidação dos PMHIS, com os municípios.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PMHIS - 2010		
MÊS	DIAS	ATIVIDADES
Março	18,19 e 20	Assinatura do convênio entre os municípios e a AGEHAB e curso de nivelamento em Habitação de Interesse Social Ministrado pelo IBAM
Maio	04, 28 e 29	Criação, por decreto Municipal do GTL(Grupo de Trabalho Local) 1ª Oficina de Capacitação: Produto 1 - Proposta Metodológica
Junho	16 e 17	Oficina de Recuperação da 1ª Oficina: Produto 1 - Proposta Metodológica
	01 a 28	Elaboração do Produto 1 - Proposta Metodológica
		Identificação dos atores Estratégicos
		Organização do Plano de Comunicação
		Definição das Regiões de Cobertura e Pontos de Apoio
Identificação e mapeamento dos atores estratégicos da administração pública e instancias sociais		
Junho/ Julho	29,30 e 01	2ª Oficina de Capacitação: Produto 2 Necessidades Habitacionais. Apresentação do Produto 1: Proposta Metodológica pelo GTL e orientação para elaboração do Produto 2: Diagnóstico Habitacional
Julho	05 a 30	Realização de Reuniões públicas nos PAs sobre o Produto 1
		Elaboração do Produto 2: História do Lugar e relações regionais.
Agosto	02 a 31	Elaboração do Produto 2: Necessidades Habitacionais
	15 a 24	Continuação das reuniões com a comunidade local nos Pontos de Apoio Continuação do plano de comunicação.
	27 e 28	Produção do documento final Produto1 3ª Oficina de Capacitação - Produto 2: Ofertas Habitacionais
Setembro	16	Capacitação para elaboração do Produto 2: Necessidades e ofertas habitacionais, pela equipe da AGEHAB Capacitação do GTL no município.
Outubro	01 a 30	Elaboração do Produto 2: Ofertas Habitacionais
	26	4ª Oficina de Capacitação - Elaboração, publicação e execução de Audiência Pública - Goiânia
Novembro	01 a 30	Elaboração do Produto 2: Diagnóstico Habitacional e realização de Audiência Pública para validação do Produto 2: Necessidade e Ofertas Habitacionais. Elaboração do documento final do Produto 1:Proposta Metodológica. Reunião participativas com a comunidade para validação do Produto 1 e 2.
	26	Entrega do Produto 1: Proposta Metodológica - à Caixa Econômica Federal
Dezembro	02 a 15	Orientação presencial da equipe técnica da AGEHAB (Produto 2 - Necessidades e Ofertas Habitacionais) - em Goiânia na sede da AGEHAB
	15 e 16	5ª Oficina de Capacitação - Produto 2 - Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa
ATIVIDADES DO PMHIS - 2011		
Fevereiro	28	Capacitação com o GTL na AGEHAB
Março	03	Capacitação para elaboração do Produto 2 - Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa, pela equipe da AGEHAB. Reunião do GTL para organização das informações sobre o Produto 3
	05 a 31	Elaboração do Produto 2: - Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa
	14 e 15	6ª Oficina de Capacitação - Produto 3: Estratégias de Ação. Apresentação do Produto 2: Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa e Orientação para elaboração do Produto 3. Reunião do GTL para organização das informações sobre o Produto 3
Maio	10	Entrega do Produto 2: Necessidades e Ofertas habitacionais à Caixa Econômica Federal
Maio	17	Capacitação para elaboração do Produto 3 - Estratégias de Ação
Junho a novembro		Elaboração do Produto 3: Estratégias de Ação
Dezembro	01 à 19	Reunião Pública para validação do Produto 3: Estratégias de Ação.
ATIVIDADES DO PMHIS - 2012		
Fevereiro	14	Encaminhamento do PMHIS à Câmara Municipal
Março	08	7ª Oficina de Consolidação do PMHIS

Ao final deste processo, espera-se que além de ter elaborado o PMHIS, tenhamos fortalecido a capacidade de gestão do município e sedimentado o processo democrático participativo como instrumento de qualificação das políticas e da gestão pública.

5. MAPEAMENTO DOS ATORES ESTRATÉGICOS

O GTL de Buriti de Goiás para montagem do Produto 1: Proposta Metodológica,



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

iniciou os trabalhos realizando uma primeira reunião para discutir o PMHIS, em que estabeleceu as metas de trabalho, definição e forma de mobilização dos Atores Estratégicos, do setor público e das instâncias sociais envolvidas.

Foram enviados ofícios convocando todos os Atores Estratégicos, tanto para a administração pública como para os movimentos populares, para a apresentação do GTL e do PMHIS, explicando o que é o plano habitacional, como funciona e qual o objetivo deste plano.

No município de Buriti de Goiás, foram escolhidos 05 (cinco) atores estratégicos, sendo (03) três da Administração Pública: Meire Costa, João Batista, Gilmar Tomaz da Silva e 02(dois) dos Movimentos Sociais: Wilson Ferreira, Edvaldo Leandro, conforme Quadro 1. O perfil e a capacidade administrativa no poder público e de envolvimento social de cada um deles determinarão a forma e o procedimento de sua inserção no processo de contribuição para a elaboração do PMHIS.

Quadro 01: Mapeamento dos atores estratégicos.

Contribuições individuais ou coletivas

Ator Estratégico (nome e cargo)	Entidade ou Órgão Setorial	Segmento	Composição do Banco de Dados	Mobilização Comunitária	Divulgação das Informações
MEIRE COSTA	Prefeitura – depart. de recursos humanos	Poder público municipal	X	X	X
JOÃO BATISTA	Prefeitura – secretaria da educação	Poder público municipal	X	X	X
GILMAR TOMAZ DA SILVA	Prefeitura – sec. da administração	Poder público municipal	X	X	X
WILSON FERREIRA	Asmafabi	Movimento social	X	X	X
EDVALDO LEANDRO	Sspv	Movimento social	X	X	X

6. DIFICULDADES E ESTRATEGIAS NO FORTALECIMENTO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

O GTL de Buriti de Goiás realizou 03 (três) reuniões preparatórias, sendo 01 (uma) com a comunidade. Quanto à demarcação das regiões de cobertura ficou decidido, entre os membros do GTL, que seria apenas 01 (uma), abrangendo toda a área territorial do município: urbano e rural, incluindo o Distrito de Campo das Perdizes. Por ser um município pequeno, foi definido somente um Ponto de Apoio - PA, localizado na zona urbana, espaço necessário para a realização das reuniões e mobilização da comunidade.

Não houve dificuldades significativas, que comprometessem o andamento dos trabalhos.

O comparecimento da comunidade foi significativo na reunião e houve participação ativa dos vários segmentos convidados. Foram definidos os atores estratégicos, definido o coordenador do PA e dos responsáveis pelos segmentos, o plano de comunicação foi elaborado e registrado para que em tempo hábil fosse executado. Com estas explicações e definições de papéis dos envolvidos houve o comprometimento por parte da comunidade.

A realização de todos esses procedimentos teve como objetivo captar idéias, propostas e necessidades do setor de habitação para o município, visando uma melhor distribuição dos benefícios a serem captados e a elaboração do PMHIS.

7. PLANO DE COMUNICAÇÃO

Para que a comunidade participe de forma consciente e possa dar sua contribuição verdadeira é absolutamente necessário que ela saiba o que é o PMHIS, os objetivos de sua elaboração, as etapas de sua realização e a importância de sua participação. Desta forma, antes de se iniciarem as mobilizações é importante que se estabeleça um bom Plano de Comunicação. Ele é um instrumento de planejamento onde se relacionam todos os veículos de comunicação ou mídias disponíveis no município (rádio, jornal, TV, carros de som, cartazes, panfletos, faixas, etc) indicando o tempo e local de circulação de informação. O Plano de Comunicação tem como estratégia provocar maior difusão e o maior impacto possível na comunidade onde a informação está sendo veiculada.

O Plano de Comunicação teve como resultado a participação comunitária. A temática chamou a atenção das pessoas, principalmente quanto à captação de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, e outros análogos coordenados pelo Governo Federal e Estadual. A metodologia utilização foi a confecção e distribuição de convites, cartazes, informativos, carro de som e comunicação verbal. A mobilização foi executada pelos membros do GTL, Coordenadores dos PAs, atores estratégicos e a própria comunidade. Na área rural encontramos algumas dificuldades para a divulgação devido à extensão do município e o prazo curto para a realização do Produto 1. Buscamos e conseguimos apoio na EMATER e Sindicatos Rurais que nos auxiliaram na distribuição e

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

divulgação dos convites e mobilização da comunidade rural.

Para as próximas etapas do PMHIS – Produto 2 e Produto 3 - o GTL usará os mesmos meios apresentados no Quadro 02 - Plano de Comunicação – cartazes e informativos e 03 - Plano de Comunicação – rádio, TV ou jornal, e ainda a publicação de edital, convocações via ofícios às autoridades e entidades representativas no município.

Em Buriti de Goiás foram utilizados instrumentos de divulgação disponíveis no município. Foram elaborados e confeccionados cartazes e panfletos, colocados estrategicamente na Prefeitura e Câmara Municipal, farmácia central, supermercados e bares, locais públicos muito freqüentados pela comunidade local. Através do spot disponibilizado pela equipe técnica da AGEAHB que é um anúncio gravado com voz e efeitos sonoros sobre o PMHIS, as mensagens foram divulgadas em carros de som, em toda a cidade e no distrito de Campo das Perdizes. Foram identificadas ainda as lideranças comunitárias e religiosas para que em suas atividades cotidianas pudessem informar a população sobre a elaboração do PMHIS.

Por se tratar de um município pequeno, os membros do GTL procura dar publicidade às reuniões também através da comunicação verbal, convidando pessoalmente a comunidade local. Dessa forma procura-se atingir um número de pessoas da comunidade que possam dar representatividade para discussões e debates sobre o PMHIS.

Quadro 02: Plano de Comunicação – cartazes e informativos.

Cartazes e Informativos				
Descrição do Local	Tipo de material (cartaz ou informativo)	Quantidade	Data de fixação	Período de permanência
CÂMARA MUNICIPAL	Cartaz e Panfletos	01 10	18/06	15 DIAS
FARMÁCIA CENTRAL	Cartaz e Panfletos	01 10	18/06	15 DIAS
SUPERMERCADOS RODRIGUES E FERREIRA	Cartaz e Panfletos	01 10	18/06	15 DIAS
BAR	Cartaz e Panfletos	01 10	18/06	15 DIAS

Quadro 03: Plano de Comunicação – rádio, TV ou jornal.

Rádios, TVs e/ou jornais

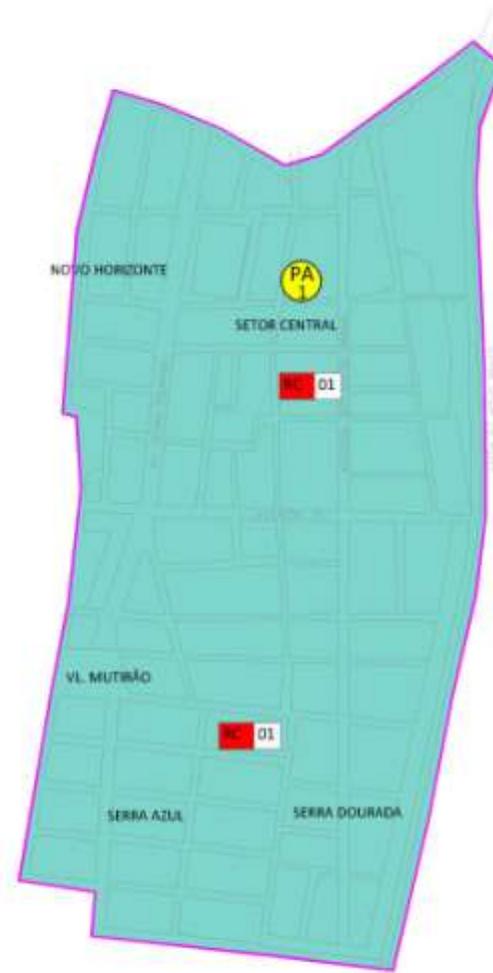
Nome (rádio, TV ou jornal)	Tipo de inserção (anúncio pago ou mídia espontânea)	Quantidade de inserções/dia	Período de veiculação (número de dias ou semanas em que a informação é veiculada)
Carro de som em toda a cidade e no povoado de Campo das Perdizes	CD com mensagem sobre o PMHIS	01 / dia	18/06 a 22/06/2010 - 05 (cinco) dias

8. MAPA DOS PAS

Regiões de Cobertura é a divisão do território (urbano e rural) em áreas que, por concentrarem determinadas características específicas (sociais, físicas, econômicas, etc) tendem a apresentar demandas e proposições de interesse comum aos diversos grupos sociais que nela reside e/ou trabalham. Nessas Regiões de Cobertura foram estabelecidos os Pontos de Apoio que são uma referência destinada a abrigar as atividades coletivas como reuniões comunitárias e audiências e ainda servir de apoio para o trabalho de campo do GTL, como está demonstrado no mapa a seguir.

MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS - GO

Mapa das Regiões de Cobertura - Área Urbana



PMHIS

Mapa
Regiões de Cobertura - Área Urbana

REGINA MARIA COSTA LIMA
PREFEITO

Responsável Técnico
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

 LIMITE DE REGIÃO DE COBERTURA

 REGIÃO DE COBERTURA - ÁREA URBANA

 PONTO DE APOIO (PCT)

 01 REGIÃO DE COBERTURA SETORES CENTRAL, SERRA AZUL, NOVO HORIZONTE, VL. MUTIRÃO E SERRA DOURADA

É considerado APP - ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL as áreas ao longo dos córregos, rios, riachos e nas ou de qualquer curso d'água (nascentes ou não) desde sua origem até sua confluência com o rio principal ou o mar, e as áreas de proteção ambiental, de acordo com a Lei 7.800 de 11 de agosto de 1989.

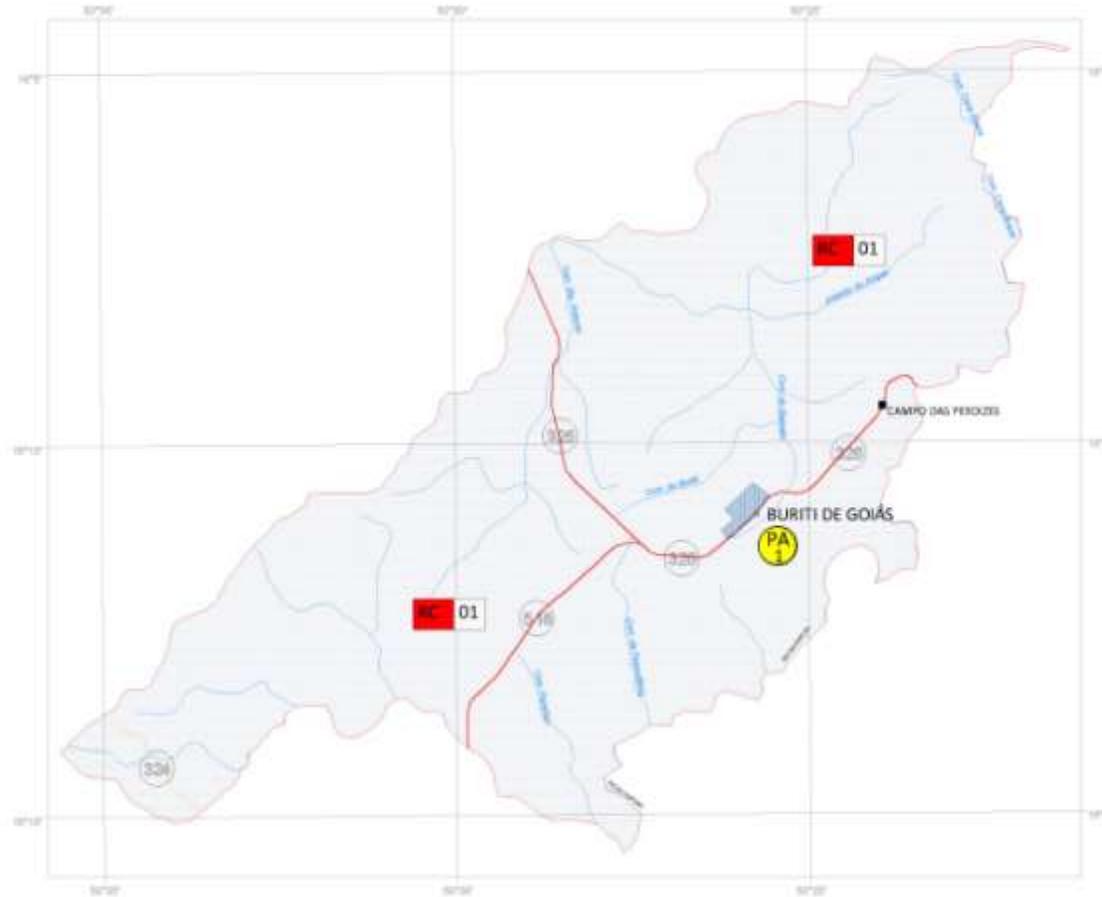
OBS:

Folha:

01/07

Terra do seu cotidiano
GOOGLE EARTH Data: 22/10/20 Escala: 1:9000

MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS - GO
 Mapa das Regiões de Cobertura - Área Rural



03 REGIÃO DE COBERTURA ÁREA URBANA COM ARRANJAMENTO RURAL



PMHIS

Mapa
 Regiões de Cobertura - Área Rural

REGINA MARIA COSTA LIMA
 PREFEITO

Responsável Técnico
 AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

- HÍMNETRO URBANO
- GO - 518
- GO - 328
- GO - 324
- HIDROGRAFIA (RIBEIROS, RIOS, NASCIMENTOS)
- REGIÃO DE COBERTURA - ÁREA RURAL
- PONTO DE APOIO URBANO (PA)

É Considerado APP - ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, as áreas de vegetação remanescentes, florestas e rios, de qualquer curso d'água desde o seu nascedouro até sua foz, margens de cursos d'água e até 7.000 m de distância de suas fozes.

Fonte:
02/07
 Instituto de Geografia - IAG (Data: 20/10/20) Escala gráfica

9. REGIÕES DE COBERTURA

URBANA

A Região de cobertura do município de Buriti de Goiás abrange todo o território municipal: zona urbana, zona rural e o distrito de Campo das Perdizes, devido ao fato do município ser pequeno e o PA de fácil acesso a toda a população. Como observamos no Mapa da Região de Cobertura Urbana.

Região de Cobertura: Setor Central, Setor Serra Dourada, Vila Mutirão, Setor Serra Azul, Novo Horizonte e o Distrito de Campo das Perdizes.

Ponto de Apoio PA 01 – Centro de Geração de Renda da Assistência Social - **PETI**

Coordenador: Lindomar Tomaz da Silva

Endereço: Rua da Indústria, s/n - Centro

RURAL

Na zona rural de Buriti de Goiás foi definido como PA o mesmo da zona urbana e o do distrito de Campo das Perdizes. Como observamos no Mapa da Região de Cobertura da área rural.

Ponto de Apoio PA 01 – Centro de Geração de Renda da Assistência Social - **PETI**

Coordenador: Lindomar Tomaz da Silva

Endereço: Rua da Indústria, s/n – Centro

10. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O GTL de Buriti de Goiás, dentro do processo participativo da comunidade, realizou 03 (três) reuniões para discutir sobre o plano de trabalho local e como seriam desenvolvidas as primeiras atividades de detalhamento do seu diagnóstico, sendo a 1ª e 2ª reuniões preparatórias e a 3ª para apresentação e validação da Etapa Metodológica do PMHS, com a comunidade, no período compreendido entre 01/06/10 e 29/06/10.

DATA e PERÍODO

No mês de junho, o GTL se reuniu para a sistematização de seu trabalho para a identificação e mapeamento dos atores estratégicos da administração pública e instâncias sociais (01 a 07/06). Logo após, a identificação dos atores estratégicos foi realizada a mobilização para o esclarecimento sobre o desenvolvimento do PMHIS e apoio técnico que será fornecido pela AGEHAB. Explicação esta que foi marcada através de uma reunião entre os integrantes do Grupo de Trabalho Local (GTL) e Atores Estratégicos.

Após os esclarecimentos sobre as etapas a serem desenvolvidas para a construção do PMHIS foram sistematizadas a estruturação e elaboração do Plano de Comunicação (15/06) e a execução deste a partir de 18/06. Nesta mesma data, foi um momento em que ocorreu a segunda reunião entre os convocados para trabalhar com o PMHIS.

Na data do dia 21/06/2010 os envolvidos com o desenvolvimento do PMHIS reuniram-se para a realização da demarcação das Áreas de Cobertura abrangendo todo o município em sua área urbana e rural. Com a definição da área de cobertura o GTL e atores estratégicos puderam apontar os locais dos Pontos de Apoio (PA's) tanto da área urbana quanto da área rural.

A escolha destes Pontos de Apoio foi escolhida por serem reconhecidos como espaços públicos comunitários em que a população local possa resgatar informações sobre o PMHIS como também, a realização das reuniões comunitárias e audiências públicas e apoio de trabalho de campo do GTL.

Um terceira reunião foi realizada no dia 29/06/2010 para a instituição dos coordenadores dos Pontos de Apoio sendo uma reunião participativa com a comunidade buritiense para a apresentação, validação e esclarecimento do desenvolvimento e etapas que compõem o Plano Habitacional. No primeiro dia útil do mês de julho, o Grupo de Trabalho Local, os Atores Estratégicos, Coordenadores dos Pontos de Apoio e equipe técnica realizaram a produção do documento final referente ao primeiro produto do PMHIS.

COORDENADORES/RESPONSÁVEIS PELO PMHIS

GTL (Grupo de Trabalho local)

Coordenadora do GTL:

Ivone Vieira Alves

Setor Público:

Ivone Vieira Alves – Representante Titular do Executivo – Secretaria de Assistência Social

Gilmar Tomaz da Silva - Representante Suplente do Executivo – Secretaria de Administração.

Alex Alves da Silva – Funcionário Público

Marleth Cândida de Souza – Chefe do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura

Movimentos Sociais:

Ademar Correia Martins - Representante Titular dos Movimentos Populares – Funcionário Público

Zaqueu Antônio Vasconcelos - Representante Suplente dos Movimentos Populares – Funcionário Público

NÚMERO DE PARTICIPANTES

Identificação e mapeamento dos atores estratégicos administração pública: 04 participantes (GTL)

Mobilização dos atores estratégicos da administração pública e instâncias sociais: 03 participantes (GTL).

Elaboração do Plano de Comunicação e demarcação das Áreas de Cobertura. 08 participantes (GTL e Atores Estratégicos).

Definição dos PAS e Instituição do Coordenador do PA: 08 participantes (GTL e Atores Estratégicos).

Reunião Participativa com a comunidade: 24 participantes

Produção do documento final: 03 participantes (GTL).

OBJETIVOS PROPOSTOS

O objetivo principal proposto na elaboração do PMHIS de Buriti de Goiás foi o de constituir-se como instrumento de referência para a articulação da política habitacional e controle dos seus resultados dentro do município, partindo do diagnóstico do déficit e das necessidades habitacionais atuais do município e de estimativas quanto à sua evolução.

OBJETIVOS ALCANÇADOS

O Produto 1 – Proposta Metodológica foi finalizado com a participação dos

membros do GTL, dos atores estratégicos das áreas urbana e rural. Pela primeira vez o município vivencia esse processo de planejamento no setor habitacional, sendo um momento rico para debater as dificuldades e procurar mecanismos para a solução de problemas e definição de estratégias.

Os objetivos foram plenamente alcançados com a articulação, mobilização, envolvimento e compromisso de toda a comunidade na participação e elaboração do PMHIS.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO RESULTANTE DA ATIVIDADE

O GTL de Buriti de Goiás após a finalização da 1ª etapa do PMHIS, com a consolidação do Produto 1 – Proposta Metodológica, percebeu o quanto foi importante a mobilização da população do município e sua participação na elaboração do Plano. O trabalho desenvolvido em parceria com os Governos Federal, Estadual (AGEHAB), Municipal e representante dos segmentos sociais e da comunidade a ser beneficiada, possibilitou um olhar diferenciado e a execução de ações transformadoras. Outro fator importantíssimo é que foi um momento rico em debates e reflexões, definição de direções e melhores caminhos a percorrer para alcançar os objetivos propostos que são, principalmente, o acesso à moradia digna e ao exercício da cidadania.

REUNIÕES

- **1ª Reunião - PA 01 – Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal – dia 01/06/2010**

A primeira do GTL foi realizada na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás, na Região de Cobertura Urbana no Setor Central, com endereço à Av. Deputado Solón Amaral, nº 1154, no dia 01 de junho de 2010, com início às 09h20minh. Reuniu-se o Grupo de Trabalho Local – GTL (ver decreto de nomeação em anexo) para definição e montagem do PMHIS, sob a coordenação de **Ivone Vieira Alves**, integrante do Poder Executivo, estando presentes os demais integrantes do GTL, **Marleth Cândida de Souza**, representante do Poder Público e **Zaqueu Antônio Vasconcelos**, representante dos Movimentos Populares. Nessa reunião foram identificados e mapeados os atores estratégicos, detalhamento das atividades a serem desenvolvidas, definição da coordenação

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

do GTL e equipe, recursos operacionais, produto a ser geradas, definição e mobilização dos atores estratégicos da administração pública e das instâncias sociais e início à elaboração do plano de trabalho. Concluída a primeira parte do Plano de Trabalho, encerrou-se a reunião às 10h40minh, sendo lavrada a ata da reunião. Ver Figuras 01 e 02 abaixo e ata da reunião em anexo.



Figuras 01 e 02 : Reunião PA 01 – Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal - 01/06/2010.

- **2ª Reunião - PA 01- Secretaria de Assistência Social da Prefeitura**

A 2ª Reunião foi realizada na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura, no Setor Central, com endereço à Av. Deputado Solón Amaral, nº 1154, no dia 18 de junho de 2010, com início às 16h00minh. Reuniu-se o Grupo de Trabalho Local – GTL, com os atores estratégicos setoriais da Administração Pública e das instâncias sociais, para definição e montagem do Plano de Trabalho do PMHIS. Foram apresentados aos atores estratégicos os integrantes do GTL, qual a função dos mesmos, o que é o PMHIS e a sua finalidade, bem como a importância, definição do coordenador do PA (ver Termo de Compromisso em anexo) e função de cada ator estratégico. Foi apresentado também o Plano de Trabalho elaborado pelo GTL. Concluídas as explicações e sanadas as dúvidas, os atores estratégicos dos segmentos convidados se dispuseram a participar e a desenvolver a elaboração do PMHIS. Nessa reunião houve a participação 08 (oito) pessoas. Concluída a primeira parte do Plano de Trabalho, encerrou-se a reunião às 17h00minh, sendo lavrada a ata da reunião.



Figuras 03 e 04: Reunião PA 01 - Secretaria de Assistência Social da Prefeitura - 18/06/2010.

- **3ª Reunião - PA 01- Sala de recepção da Prefeitura - 29/06/2010**

A 3ª Reunião foi realizada na sala de recepção da Prefeitura, no Setor Central, com endereço à Av. Deputado Solón Amaral, nº 1154, no dia 29 de junho de 2010, com início às 10:00h. Reuniu-se o Grupo de Trabalho Local – GTL, para definição, montagem e consolidação do PMHS, sob a coordenação de Ivone Vieira Alves, integrante do GTL, representante do Poder Executivo, estando presentes os demais integrantes do GTL, Marleth Cândida de Souza, representante do Poder Público e Zaqueu Antônio Vasconcelos, representante dos Movimentos Populares e representantes da comunidade buritiense. Foram apresentados os integrantes do GTL, sua função, o que é o PMHS e sua finalidade, bem como a importância da participação de todos, principais interessados na construção e melhoria de habitações do município. Nessa reunião houve a participação 24(vinte e quatro) pessoas. Concluída as explanações a respeito do PMHS, encerrou-se a reunião às 11h00minh, sendo lavrada a ata da reunião. Ver Figuras 05, 06, 07 e 08 abaixo e atas das reuniões em anexo.



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

Figuras 05 e 06: Reunião PA 01 - Sala de recepção da Prefeitura - 29/06/2010.



Figuras 07 e 08: Reunião PA 01 - Sala de recepção da Prefeitura - 29/06/2010.

Necessidades e ofertas habitacionais

Produto

PMHIS

Plano Municipal de
Habitação de Interesse Social

2



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



PRODUTO 2 : DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - NECESSIDADES E OFERTAS HABITACIONAIS

1. Caracterização do Município

O município de Buriti de Goiás originou-se de uma propriedade adquirida pelos Senhores Joaquim Costa e Ramilo Ramos, que doaram áreas para as primeiras construções. Posteriormente, o Sr. José Onofre Ferreira um dos membros da pequena comunidade, imbuído pelo espírito de religiosidade e de liderança local, manda fabricar um cruzeiro no dia 31 de agosto de 1949, erguido em louvor a nossa Senhora Aparecida, marcando a fundação do novo povoado, Buritizinho, hoje Buriti de Goiás.

O município de Buriti de Goiás está localizado na Região Oeste Goiano (Eixo GO-060) e na Microrregião de Anicuns, com uma área de 199.291 km² e densidade demográfica 42,42 hab./km² (2009). Criado pela Lei nº 11.702, de 29/4/1992, tem como município de origem Mossâmedes-Go. É um município pequeno com uma população de 2.659 habitantes (IBGE, 2007), onde 64 % da população vivem na zona urbana, possui um povoado denominado Campo das Perdizes. A taxa geométrica de crescimento do município em 2008 é negativa (-2,08), devido à evasão populacional ocorrida em função de busca de melhores condições de vida. Sua economia baseia-se na Agricultura (arroz e milho) e Pecuária – rebanho bovino de corte e leite.

2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO

Dentro do processo de formulação do PMHIS, no Primeiro Conteúdo do Produto 2, o GTL assumiu várias funções, que abrangeram o conhecimento da história do lugar para decifrar seu processo de ocupação, a cultura de morar e as relações regionais que influenciaram e podem influenciar no desenvolvimento do município.

Procuraram conhecer, mobilizar e envolver os atores sociais, que atuaram e podem atuar nas questões habitacionais do município.

Quantificaram e qualificaram as necessidades habitacionais no município, estabelecendo interface com as questões sociais, culturais, econômicas, urbanísticas e

ambientais.

Todos os dados levantados nesta etapa do trabalho foram sistematizados nos seguintes instrumentos:

MAPA 1: Mapa do histórico do parcelamento e situação fundiária

MAPA 2: Mapa do histórico e situação da ocupação

MAPA 3: Mapa das características atuais de uso e ocupação do território

QUADRO 1: Matriz de caracterização do uso e ocupação do território

QUADRO 2: Matriz da linha do tempo

QUADRO 3: Matriz de sistematização das relações regionais

QUADRO 4: Síntese dos componentes das necessidades habitacionais e assentamentos precários

MAPA 4: Mapa das necessidades habitacionais e assentamentos precários

QUADRO 5: Matriz de necessidades habitacionais

QUADRO 6: Ficha de caracterização dos assentamentos precários

Todas as ações, antes de serem concretizadas foram feitas de acordo com as decisões tomadas nas reuniões do GTL. Após a primeira oficina o grupo se reuniu para demarcar as Regiões de Cobertura, PAs e eleger os coordenadores e Atores Estratégicos que poderiam colaborar na elaboração do PMHIS.

Na segunda etapa do plano, Produto 2, foram coletadas informações diretamente na comunidade através do trabalho de campo dos Atores Estratégicos e dos membros do GTL que incansavelmente, realizaram pesquisas na prefeitura, cartórios, Plano Diretor, IBGE. O GTL do município realizou algumas reuniões junto à comunidade local, para elaboração do Diagnóstico Habitacional. Para dar publicidade a essas reuniões o grupo de trabalho convidou a população através de editais, carros de som, comunicação verbal e outros meios.

Após a realização de todas as etapas do PMHIS, será realizada a Plenária para discussão da proposta preliminar e depois de corrigida, complementada e aprovada, será encaminhada à Câmara Municipal, conforme cronograma da Proposta Metodológica, uma cópia do PMHIS para a Câmara Municipal realizar a aprovação em Lei do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Assim a versão final do Plano que será impressa em várias cópias e deixadas à disposição do público na Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social e Pontos de Apoio para que a população possa acompanhar a implementação das propostas que nele foram elencadas e cobrar das autoridades públicas a sua efetivação.

Embora a participação popular seja importante e por maior que seja a necessidade de cada habitante em requerer ou melhorar seu domicílio familiar, o GTL enfrentou muitas dificuldades na conscientização das prioridades na elaboração do PMHIS levando em consideração o levantamento de dados e não propriamente a doação de casas que neste plano serão peças chaves para consolidação de um estudo e de uma concretização de idéias no plano da moradia digna.

3. A HISTÓRIA DO LUGAR E AS RELAÇÕES REGIONAIS

3.1. O processo de ocupação do território

O conhecimento da origem e desenvolvimento do processo de ocupação do território permite compreendê-lo de forma contextualizada e, assim, modificá-lo. As ações serão melhor desencadeadas com conhecimento objetivo e subjetivo desse processo sistematizado em relatórios, mapas e linha do tempo com destaque em mudanças estruturais e conjunturais ocorridas neste território ao longo da história. Para ilustrar essas informações o GTL e a equipe da AGEHAB produziu três mapas:

Mapa 1: Histórico do parcelamento e situação fundiária, exposto a seguir, reúne informações de quantos, quais e onde estão os parcelamentos (loteamentos/bairros), que configuram a atual área urbana do município. Nele é evidenciado o processo de ocupação inicial e a expansão da malha urbana ao longo do tempo, identificando os parcelamentos implantados com ou sem registro em cartório.

Mapa 2: histórico e situação da ocupação, a seguir é possível visualizar a representação gráfica que reúne informações de quais parcelamentos (loteamentos/bairros) estão ocupados, evidenciando o processo de expansão desta ocupação ao longo do tempo e quais as condições atuais em relação ao percentual de ocupação de cada bairro.

Mapa 3: características atuais de uso e ocupação do território com a representação gráfica que reúne as informações das características predominantes de uso e ocupação em cada um dos parcelamentos (loteamentos/bairros), evidenciando a distribuição de infraestrutura e serviços no território urbano e as relações de ocupação e uso deste território, *vide* mapa:

MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS - GO
 Mapa do histórico do parcelamento e situação fundiária



PMHIS

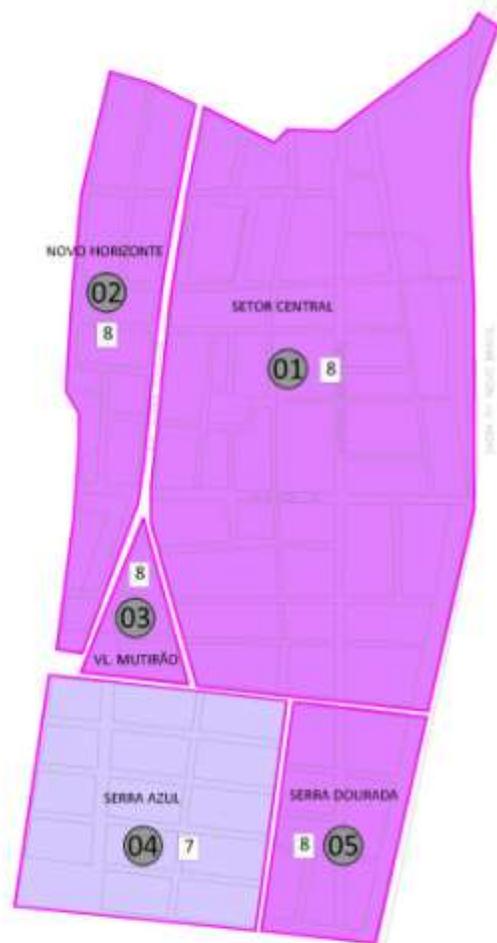
Mapa do histórico do parcelamento e situação fundiária

REGINA MARIA COSTA LIMA
 PREFEITO

Responsável Técnico:
 AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

-  LIMIÇÕES DE BARRIOS
-  1. PARCELAMENTO REGISTRADO EM 1930
-  2. PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 1931 e 1939
-  3. PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 1941 e 1949
-  4. PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 1951 e 1959
-  5. PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 1961 e 1969
-  6. PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 1971 e 1979
-  7. PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 1981 e 2000
-  8. PARCELAMENTO SEM REGISTRO CADASTRAL



LEGENDA

-  01 SETOR SETOR CENTRAL SEM REGISTRO
-  02 BARRIO NOVO HORIZONTE SEM REGISTRO
-  03 VL. MUTIRÃO SEM REGISTRO
-  04 SETOR SERRA AZUL SEM REGISTRO
-  05 SETOR SERRA DOURADA SEM REGISTRO

OBS: É considerada área de preservação ambiental as áreas de longo rio, córregos, ribeirão e rios ou de qualquer curso d'água dentro e fora do município, com ou sem faixa marginal de proteção com a Lei 7.808 de 25 de agosto de 1989.

Folha:
03/07

Fonte de base cartográfica: GOOGLE EARTH Data: 24/11/201 Escala: 1/1000

MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS - GO

Mapa do histórico e situação da ocupação



PMHIS

Mapa do histórico e situação da ocupação

REGINA MARIA COSTA LIMA
PREFEITO

Responsável Técnico
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

— LIMITE DO BARRIO

- 1 OCUPAÇÃO MENOR QUE 20%
- 2 OCUPAÇÃO ENTRE 20% E 30%
- 3 OCUPAÇÃO ENTRE 30% E 40%
- 4 OCUPAÇÃO ENTRE 40% E 50%
- 5 OCUPAÇÃO ENTRE 50% E 80%
- 6 PARCELAMENTO SEM OCUPAÇÃO



LEGENDA



É considerada APP - ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL as áreas ao longo dos cursos fluviais e das toas de qualquer curso d'água dentro e fora dos limites urbanos, de acordo com o art. 7.º da Lei 12.344 de 12 de agosto de 2010.

OBS:

Folha:
04/07

Terra do bem e cartografia
GOOGLE EARTH Data: 24/12/2018 Escala: 1/5000

MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS - GO

Mapa das características atuais de uso e ocupação do território



PMHIS

Mapa das características atuais de uso e ocupação do território

REGINA MARIA COSTA LIMA
PREFEITO

Responsável Técnico
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

- LIMITE DE BARRIO
 - ESTRUTURA URBANA PRINCIPAL
 - USO PREDOMINANTE - RESIDENCIAL
 - USO PREDOMINANTE - COMERCIAL
 - USO PREDOMINANTE - MIXTO
 - USO PREDOMINANTE - INSTITUCIONAL
 - USO PREDOMINANTE - INDUSTRIAL
 - OUTROS USOS PREDOMINANTES
 - ÁREAS VERDES
 - ÁREAS PROTEGIDAS OU DE RISCO PARA OCUPAÇÃO RESIDENCIAL
- MARKETPLACE**
- | | |
|----------------------|----------------------|
| Sem Água | Com Água |
| Sem Energia Elétrica | Com Energia Elétrica |
| Sem Esgoto | Com Esgoto |
| Sem Aluguel | Com Aluguel |

OBS: É considerado APP - ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - as áreas do longo dos córregos, ribeiras e nas ou de qualquer curso d'água dentro o seu canal mais até em toda margem de acordo com a Lei 7.802 de 15 de agosto de 1989.)

LEGENDA

- CASA DE ALMOXARÁ
- CASA DE PLACA

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- ESCOLA
- PUNTO DE SAÚDE
- PREFEITURA
- HOSPITAL
- PIS
- IRRADIADOR

Folha:
05/07

Fonte do base cartográfica: GOOGLE EARTH Data: 14/12/20 Escala: 1/5000

Assim, o objetivo principal do 1º passo do diagnóstico, que trata do uso e ocupação do território, identifica os processos de transformação e ajudam a compreender quais são os impactos positivos ou negativos, que a ocupação do lugar pode gerar para um desenvolvimento urbano socialmente justo e ambientalmente adequado, tendo como meta a promoção e o acesso à moradia digna. Como reflexo da realização dessa etapa do trabalho, foi possível sistematizar as informações no quadro abaixo.

Quadro 1: Matriz de caracterização do uso e ocupação do território.

Nome do parcelamento / bairro	Ano de registro em cartório	Ano do início da ocupação	% Aproximado da ocupação	Atendimento atual em infraestrutura*	Atendimento atual em Serviços sociais**	Uso predominante atual	Tipologia predominante atual
SERRA AZUL	2008	2007	10%	ASFALTO 10% AGUA E ENERGIA ELETRICA 100%	Saúde	Residencial	Alvenaria
SERRA DOURADA	Não tem registro	1979	90%	Asfalto 100% Água e Energia elétrica 100%	Saúde Educação	Misto	Alvenaria
NOVO HORIZONTE	Não tem registro	2002	100%	Asfalto 80% Água e Energia elétrica 100%	-	Residencial	Alvenaria
CENTRAL	Não tem registro	1949	80%	Asfalto 100% Água e Energia elétrica 100%	Saúde Educação Lazer	Misto	Alvenaria
VILA MUTIRAO	Não tem registro	1995	100%	Asfalto 100% Água e Energia elétrica 100%	-	Residencial	Placa
CAMPO DAS PERIZES (DISTRITO)	Não tem registro	1964	80%	Asfalto 100% Água e Energia elétrica 100%	Saúde	Misto	Alvenaria

Nome do parcelamento / bairro	Necessidades habitacionais apuradas (a)	Situação de conflito (b)	Situação de risco (c)	Precariedade urbanística (d)	Situação de vulnerabilidade e social (e)	Impacto ambiental (f)
SERRA AZUL	Melhoria (ampliação e reforma) e construção de novas unidades habitacionais e infraestrutura	Não existe		Esgoto		
SERRA DOURADA	Regularização fundiária	Regularização fundiária		Esgoto		
NOVO HORIZONTE	Melhoria e construção de unidades habitacionais	Regularização fundiária		Esgoto		

	E infraestrutura					
CENTRAL	Esgoto	Regularização fundiária		Esgoto		
VILA MUTIRAO	Esgoto	Regularização fundiária		Esgoto		
CAMPO DAS PERIZES (DISTRITO)	Esgoto	Regularização fundiária	Áreas impróprias para construção com perigo de erosões	Esgoto		

Legenda para semaforização:  Situação Grave  Situação Moderada  Não Existe

3.2. Cultura de morar

Conhecer a cultura de morar do lugar implica em obter informações, relacionadas ao longo do tempo e que foram significativas para o município, e assim, destacar as mudanças ocorridas ao longo da história.

Para o conhecimento da cultura de morar buscou-se, neste 2º Passo, descrever as tipologias habitacionais (modelo das casas) predominantes ao longo do tempo nas áreas urbana e rural. Este histórico dos modelos das casas nos remete a maneira de morar de cada região ou município. Essas mudanças são importantes pois provocaram perdas ou ganhos, e hoje com o PMHIS devemos refletir sobre a necessidade e viabilidade de recuperar essa cultura anterior de morar e incorporá-la às moradias atuais, bem como as tecnologias utilizadas em cada época.

Ao final dos dois primeiros passos, além da elaboração dos relatórios e mapas, o GTL de Buriti de Goiás sistematizou as informações na **Matriz da Linha do Tempo**, que traz as informações históricas do município e que se encontram demonstradas no **Quadro 02**:



Quadro 2: Matriz da Linha do tempo.

Identificação do município

Nome do município	História do nome	Ano de surgimento	Como surgiu
BURITI DE GOIÁS	Pela beleza dos buritizais existentes em pequena vereda do território, localizada na estrada velha que ligava Sanclerlândia e Córrego do Ouro.	1949	Originou-se da distribuição de pequenas áreas, de propriedade do Senhor Joaquim Costa e Ramilo Ramos Bueno, para construção de casas destinadas às famílias que chegavam para residir no local.

Marcos históricos	Data/ Período	Fase da economia (Atividade predominante)	População (estimada)	Características da ocupação do território	Tipologia habitacional predominante	Relações regionais estabelecidas
Construção de um Cruzeiro onde foi celebrada a 1ª missa e marcando o início do novo povoado de Buritizinho, hoje Buriti de Goiás.	1948 a 1949	Agricultura e pecuária	A população inicial do povoado era constituída principalmente por mineiros (imigrantes em busca de melhores condições de vida) e goianos. Em torno de 50 famílias.	O início da ocupação deu-se por motivos religiosos e simultaneamente com atividades agrícolas. A ocupação foi proporcionada por meio de doação de pequenos lotes. O parcelamento do território foi aumentando ao longo dos anos, na medida em que a população de baixa renda era beneficiada com a doação desses terrenos.	Casas de adobe, com telhado capa de cangaia e telhas comuns. Os lotes eram abertos dando total acesso às pessoas do local, que viviam em contato permanente de uns com os outros.	As relações regionais estabelecidas entre Buriti e Goiás e os municípios de Córrego do Ouro, Mossâmedes, Novo Brasil e Sanclerlândia, eram a base de troca de mercadorias e serviços.
Emancipação política do município	1992	Agricultura e pecuária	Em torno de 2.380 habitantes	Atualmente, a ocupação do território é de uso misto (centro) e residencial nos bairros que contornam a região central da malha urbana.	Ao longo do tempo e com a emancipação política do território, deu-se início a algumas mudanças, tanto na tipologia habitacional, quanto no modo de viver das pessoas. As casas começaram a ser construídas com alvenaria e os lotes cercados por muros e cercas de arame. Isso trouxe melhorias na área habitacional, mas inúmeras perdas no jeito de viver das pessoas.	Hoje, além do relacionamento com os municípios vizinhos, também foram estabelecidas ligações de dependência em relação a Goiânia nas áreas de educação e saúde.
Emigração de população do Município de Buriti para outros municípios	2006 a 2008 (estimativa IBGE /SEPLAN-SEPIN)	Agricultura e pecuária	No período entre 2006 - 2008 houve decréscimo populacional no município da ordem de 72% - a população do município hoje é de 2.203 hab.	Atualmente, a ocupação do território é de uso misto (centro) e residencial nos bairros que contornam a região central da malha urbana.	A tipologia é predominantemente de casas de alvenaria, com infraestrutura básica (energia elétrica, água e asfalto), com alguns equipamentos sociais e serviços públicos.	As ligações de dependência em relação a Goiânia nas áreas de educação, saúde e empregos, se acentuaram, pois a população de Buriti de Goiás saiu em busca de melhores condições de vida.



A mudança das tipologias construtivas são históricas, determinadas e determinantes do modo de morar. Os costumes, o jeito de usar a casa, o quintal, a porta da rua mudaram muito. As primeiras habitações de Buriti de Goiás eram casas rústicas de adobe, com telhado de capa de cangaia e telhas comuns. Os lotes eram abertos dando total acesso às pessoas da comunidade, que viviam em contato permanente de uns com os outros.

As moradias atuais, em Buriti de Goiás, são construídas em alvenaria, com telha plan, estrutura do telhado em madeira e esquadrias de metal. Outras unidades habitacionais de interesse social são feitas de placas de cimento e telhado de estrutura metálica e telha plan ou fibrocimento, esquadrias de metal, com água, energia e pavimentação.



Figura 01: Casa de Alvenaria no Setor Novo Horizonte



Figura 02: Casa de Alvenaria no Setor Serra Azul



Figura 03: casas de placa de cimento



Figura 04: Casas de placa de cimento

3.3. As relações regionais

O documento originado deste 3º Passo descreve as relações regionais de apoio em que o município se insere, com o indicativo do movimento espacial da população para outros municípios em busca de trabalho, lazer, comércio qualificado, expedição de documentos, serviços bancários e cartoriais, serviços públicos de saúde, educação, entre outros, e também, o inverso, a procura de Buriti de Goiás por moradores de municípios vizinhos em busca de bens e serviços inexistentes ou precários nos locais de origem.

O objetivo desta etapa foi compreender a inserção do município na região, as relações de dependência ou apoio que são estabelecidas em função das estruturas econômicas e urbanas existentes, os impactos negativos e positivos que estas relações impõem à sociedade e a partir deste conhecimento, possibilitar o planejamento das ações e estratégias para o setor habitacional.

As informações sobre as relações regionais do município de Buriti de Goiás podem ser visualizadas na **Matriz de sistematização das relações regionais**. *Vide* Quadro 3.

Quadro 3: Matriz de sistematização das relações regionais.

Nome do município:			Região de Planejamento:		
BURITI DE GOIÁS			REGIÃO OESTE GOIANO (EIXO GO-060)		
1. Levando em consideração as principais relações regionais, o município tem:					
Apoiado o município de:	Para:		Se apoiado no município de:	Para:	
CÓRREGO DO OURO	Área educacional	50%	SANCLERLÂNDIA	Serviços bancários Educação – ensino superior	90% 15%
Benefício: maior número de vagas / emprego para os professores e aumento de recursos destinados à educação.			Grande evasão no comércio local, prejudicando seu desenvolvimento e aumento na demanda por transporte escolar para o Poder Público Municipal.		
			MOSSÂMEDES	Serviços bancários	15%
			Evasão no comércio local, prejudicando seu desenvolvimento.		
			SÃO LUIZ DE MONTES BELOS	Educação ensino superior	50%
			Aumento na demanda por transporte escolar para o Poder Público Municipal.		
2. Relacione os motivos que provocam migração de população para o seu município e do seu município para outros:					
Desloca para:	Situação		Recebe população de:	Situação	
GOIÂNIA	EMPREGO SAÚDE ESPECIALIZADA	30%	GOIÂNIA	LAZER	15%
RIO VERDE	EMPREGO	15%	-	-	-
3. Vetores regionais de desenvolvimento do município:					
Tipo de empreendimento			Tipo de impacto		
Laticínio			Negativo - IMPACTO AMBIENTAL Positivo – geração de empregos e divisas para o município		
Cerâmica / Olaria			Negativo - IMPACTO AMBIENTAL Positivo – divisas para o município e oferta de material para a construção civil local e regional		
Dragas – extração de areia			Negativo - IMPACTO AMBIENTAL		

4. NECESSIDADES HABITACIONAIS

São diversos os problemas que configuram as necessidades habitacionais dos municípios, quase todos implicando em exclusão social, violência urbana, insalubridade, preconceito e risco de vida para a população, daí a necessidade do planejamento.

Para quantificar e qualificar as necessidades habitacionais dos municípios foi utilizada como referência a metodologia desenvolvida e aperfeiçoada pela Fundação João Pinheiro (FJP) desde a década de 1990. Essa fundação baseia-se nas informações estatísticas

fornecidas pelo IBGE.

O conceito de necessidades habitacionais engloba o **déficit habitacional básico** (necessidade de construção de novas moradias) e **inadequação dos domicílios** (necessidade de investir em melhoria da moradia existente). O Quadro 4 mostra uma síntese dos componentes das necessidades habitacionais e assentamentos precários.

QUADRO 4: Síntese dos componentes das necessidades habitacionais e assentamentos precários.

1) DEFICIT HABITACIONAL (necessidade de construção de novas moradias)	
a. Incremento de estoque i. Domicílios improvisados ii. Coabitação familiar iii. Ônus Excessivo com aluguel (*)	b. Reposição de estoque i. Domicílios rústicos ii. Domicílios em área de risco (**)
(*) este componente foi considerado na composição do déficit a partir da metodologia que estimou as necessidades habitacionais para as unidades da federação em 2000. (**) Não integra a metodologia da FJP para o cálculo do déficit habitacional, mas a metodologia proposta pela AGEHAB compreende como necessidade de reposição de moradia.	
2) INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS (necessidade de investir em melhoria da moradia existente)	
i. Densidade excessiva de moradores por domicílio ii. Carência de serviços de infraestrutura iii. Inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva iv. Inadequação fundiária urbana	
3) ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
i. Consolidados ii. Consolidáveis iii. Não consolidáveis	
4) DEMANDA FUTURA	
5) PERFIL SOCIOECONÔMICO	

Todas as informações levantadas nesta etapa do trabalho foram sistematizadas nos seguintes instrumentos: Mapa 5, Quadro 5 e Quadro 6 a seguir.

O **MAPA 5** trata das **necessidades habitacionais e assentamentos precários**. Neste mapa é possível visualizar graficamente as informações sobre a quantidade, os tipos e a localização das situações que configuram as necessidades habitacionais na área urbana. O município de Buriti de Goiás não possui assentamentos precários.



MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS - GO

Mapa das necessidades habitacionais e assentamentos precários



PMHIS

Mapa das necessidades habitacionais e assentamentos precários

REGINA MARIA COSTA LIMA
PREFEITA

Responsável Técnico:
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

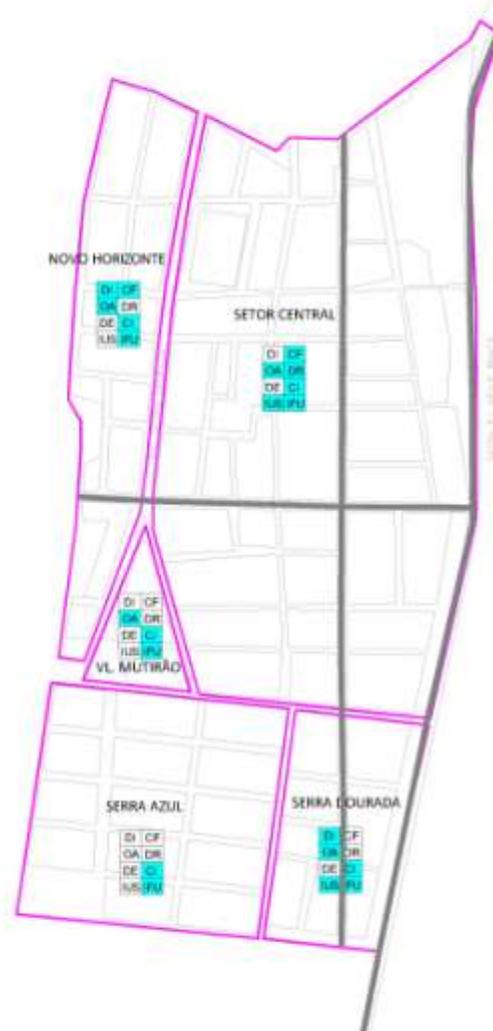
LEGENDA

- LIMITES DE BARRIO
- ESTRUTURA URBANA PRINCIPAL

AP ASSENTAMENTO PRECÁRIO

DI	CF	DI	CF
OA	DR	OA	DR
DE	CI	DE	CI
IUS	IFU	IUS	IFU

DI - DOMICÍLIO ADAPTADO
CF - COABITAÇÃO FAMILIAR
OA - OBRAS EXCESSIVO COM ALUGUEL
DR - DOMICÍLIO RUSTICO
DE - DEMANDA EXCESSIVA
CI - CRISE NA MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA
IUS - INSUFICIÊNCIA DE UNIDADES HABITACIONAIS DOMICÍLIOS EXISTENTES
IFU - INSUFICIÊNCIA DE UNIDADES HABITACIONAIS



C. territorial de AP - DATA DE PRECATORIO
ASSISTENCIA em área de longo prazo, entretanto,
fórmula e não são de qualquer natureza de assistência e
são previstos em um plano municipal de assistência
e Lei 7.888 de 15 de agosto de 1999.

OBS:

Folha:
06/07

Projeto de Arquitetura: ESCOLA SAPHI Data: 24/11/20 Escala: 1/5000

Quadro 5 reúne o levantamento das informações sobre as **necessidades habitacionais** do município de Buriti de Goiás. Neste Quadro podemos observar os dados oficiais (FJP, 2000) da necessidade habitacional do município, além da demanda apurada, cujos dados foram levantados pelo GTL através de reuniões com a comunidade de cada região de cobertura, envolvimento dos atores estratégicos e de agentes de saúde. O Déficit Habitacional calculado para área urbana e rural refere-se aos dados oficiais (FJP,2000).

Para a coleta dos dados do Quadro 5 em relação a área urbana, a equipe do GTL, contou com o apoio das agentes de saúde. Existem 60 famílias que pagam **ônus excessivo com aluguel**, 04 famílias com **coabitação familiar**. Alguns dados foram confirmados com os moradores das respectivas áreas. No que se refere à questão **fundiária**, na área urbana são 300 imóveis, dados obtidos na prefeitura. Ver Quadro 5 a seguir.

Os dados para preencher o Quadro 5 em relação a área rural, foram coletados com agentes de saúde e representantes dos sindicatos rurais.

No que se trata de **domicílios rústicos**, não existem números significativos verificou-se apenas 01 para a necessidade de construção. Quanto a unidades sanitárias necessita da construção de 03 exclusivo para família. Ver Quadro 5 a seguir. As figuras abaixo se referem a exemplos de déficit.



Figura 05: Casa popular – reposição de estoque

Quadro 5: Matriz das necessidades habitacionais urbanas

Nome do município: BURITI DE GOIÁS						Pop. (IBGE 2000) 2.659		
Microrregião: ANICUNS						Pop. (IBGE 2008) 2.248		
Número de domicílios: Dados IBGE (2010): Urbano: 751 Rural: 376 Total: 1127								
Dados FJP (2000): Urbano: 535 Rural: 288 Total: 823								
DÉFICIT HABITACIONAL (Demanda Apurada -2010)								
T O T A L	Número absoluto	% domicílios	U R B A N O	Número absoluto	% domicílios urbanos	R U R A L	Número absoluto	% domicílios rurais
	70	6,2		66	8,8		04	1,1
DADOS ÁREA URBANA			Dados oficiais (FJP, 2000)			Demanda Apurada (2010)		
Necessidade	Componente	Quantidade Absoluta	% do núm. domicílios	Quantidade Absoluta	% do núm. domicílios			
Demanda por incremento de estoque	Domicílios Improvisados	02	0,31%	02	0,3%			
	Domicílios com Coabitação familiar	28	5,23%	03	0,4%			
	Ônus excessivo com aluguel	65	12,21%	60	8,0%			
Demanda por reposição de estoque	Domicílios rústicos	01	0,20%	01	0,1%			
	Domicílios em área de risco (*)	-	-	-	-			
Demanda por melhoria	Domicílios com adensamento excessivo	17	3,11%	-	-			
	Domicílios carentes de infraestrutura	378	70,65%	03	0,4%			
	Inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva	44	8,21%	03	0,4%			
	Domicílios com inadequação fundiária	17	3,18%	300	39,9%			
(*)Domicílios em área de risco: Não integram a metodologia da FJP para cálculo do Déficit Habitacional.								
Assentamentos Precários(nº de moradias)	Consolidados	Não há dados oficiais	Não há dados oficiais	Não existe	Não existe			
	Consolidáveis	Não há dados oficiais	Não há dados oficiais	Não existe	Não existe			
	Não Consolidáveis	Não há dados oficiais	Não há dados oficiais	Não existe	Não existe			

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

Nome do município: BURITI DE GOIÁS	Pop. (IBGE 2000) 2.659
Microrregião: ANICUNS	Pop. (IBGE 2008) 2.248
Número de domicílios: Dados IBGE (2010): Urbano: 751 Rural: 376 Total: 1127 Dados FJP (2000): Urbano: 535 Rural: 288 Total: 823	

DÉFICIT HABITACIONAL (Demanda Apurada -2010)

TOTAL	Número absoluto	% domicílios	URBANO	Número absoluto	% domicílios urbanos	RURAL	Número absoluto	% domicílios rurais
	70	6,2		66	8,8		04	1,1

DADOS ÁREA RURAL		Dados oficiais (FJP, 2000)		Demanda Apurada (2010)	
Necessidade	Componente	Quantidade Absoluta	% do núm. domicílios	Quantidade Absoluta	% do núm. domicílios
Demanda por incremento de estoque	Domicílios Improvisados	03	0,97%	01	0,3%
	Domicílios com Coabitação familiar	06	2,16%	02	0,5
	Ônus excessivo com aluguel	00	00	01	0,3%
Demanda por reposição de estoque	Domicílios rústicos	12	3,99%	00	-
	Domicílios em área de risco (*)	00	00	00	-
Demanda por melhoria	Domicílios com adensamento excessivo	00	0	0	-
	Domicílios carentes de infraestrutura	0	0	0	-
	Inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva	-	-	-	-
	Domicílios com inadequação fundiária	-	-	-	-

(*)Domicílios em área de risco: Não integram a metodologia da FJP para cálculo do Déficit Habitacional.

Assentamentos Precários (nº de moradias)		Não há dados oficiais	Não há dados oficiais	Não existe	Não existe
Assentamentos Precários (nº de moradias)	Consolidados	Não há dados oficiais	Não há dados oficiais	Não existe	Não existe
	Consolidáveis	Não há dados oficiais	Não há dados oficiais	Não existe	Não existe
	Não Consolidáveis	Não há dados oficiais	Não há dados oficiais	Não existe	Não existe

4.1. Demanda futura por moradia

A demanda demográfica habitacional futura corresponde à quantidade de moradias que devem ser acrescentadas ao estoque de domicílios para acomodar condignamente o crescimento populacional projetado em dado intervalo de tempo.

Essa estimativa das necessidades de incremento do estoque de moradias não leva em conta, no seu ponto de partida, o déficit habitacional acumulado nem a inadequação de parcela do estoque existente. Ao contrário, as demandas demográficas habitacionais futuras devem ser somadas ao déficit habitacional e às habitações inadequadas herdadas do passado, a todas as situações de precariedade diagnosticadas e, quando for o caso, comparar os dados estimados com a demanda apurada nos cadastros locais.

Esse cálculo foi feito pelo CEDEPLAR/UFMG (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/ Universidade Federal de Minas Gerais) para fins da elaboração do PlanHab, com o propósito de apresentar as projeções do total de domicílios para o Brasil e para as Unidades da Federação entre 2005 e 2020 – e no ano de 2009 apresentou as Projeções para os municípios até 2023 (*Demanda Futura por Moradia no Brasil 2003-2023 – Uma abordagem demográfica*). A AGEHAB considerou os cálculos da demanda futura deste estudo, disponibilizado no site do Ministério das Cidades, por um período de 12 anos, subdividido conforme o período de vigência do PPA dos municípios, dessa forma, para o município de Alto Paraíso a demanda futura por moradias, na faixa de renda até 3 salários mínimos (apresentado no quadro abaixo), é de **83** moradias entre os anos de **2012 – 2015**, para os anos de **2016-2019** serão **89** e para o período de **2020-2023** serão **90** moradias, totalizando **262** moradias no período de 2012 a 2023 a serem incrementadas ao estoque de domicílios para acomodar condignamente o crescimento populacional do município.

4.2. Assentamentos Precários

DEMANDA FUTURA – Nº DE MORADIAS POR FAMÍLIAS COM ATÉ 3 SM			
2012-2015	2016-2019	2020-2023	TOTAL (2012 -2023)
83	89	90	262

No município de Buriti de Goiás não há assentamentos precários na área rural e urbana. Os dados sobre assentamentos precários e de todo o Diagnóstico foram conseguidos pelo GTL através de reuniões com a comunidade, com os atores estratégicos, em bancos de dados das prefeituras ou por informações repassadas pelo INCRA, quando se trata de assentamentos agrícolas. O Quadro 6 relata a ficha de caracterização dos assentamentos rurais ou urbanos. No caso de Buriti de Goiás, essa ficha não foi preenchida, pois o município não possui assentamentos precários, nem na zona urbana ou na rural.

4.3. Perfil socioeconômico do município

Para caracterizar o contingente populacional que demanda investimentos habitacionais no município, a AGEHAB compilou as informações do perfil das famílias inseridas no CADÚNICO do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, com base no *Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e Cadastro Único – Conhecer para incluir*. Na tabela abaixo estão sintetizados os dados das famílias, a população total conforme o Censo Demográfico/IBGE (2010), a estimativa de famílias com renda familiar per capita de até ½ S.M. e com renda de até ¼ S.M. conforme a PNAD/IBGE (2006), os grupos populacionais específicos - CadÚnico e o Índice de Desenvolvimento Familiar – MDS.

PERFIL DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO CADÚNICO			
Buriti de Goiás		Estimativa de famílias com renda familiar per capita de até 1/2 S. M.	Estimativa de famílias com renda familiar per capita de até 1/4 S. M.
População total (Censo 2010)	2.561	338	166
Total de famílias cadastradas	491	475	448
Grupos populacionais específicos			
Total de famílias quilombolas cadastradas	0	-	-
Total de famílias indígenas cadastradas	1	1	1
Índice de Desenvolvimento Familiar *			
IDF	0,59		
Vulnerabilidade	0,78		
Acesso ao conhecimento	0,40		
Acesso ao trabalho	0,15		
Disponibilidade de recursos	0,41		
Desenvolvimento Infantil	0,96		
Condição Habitacional	0,84		
Fonte: MDS/Relatório de Informações Sociais do BF e CadÚnico - ACESSO EM 15/08/2011.			
* Nota: O IDF varia de 0 a 1; quanto mais perto de 1, melhor o resultado.			

Em Buriti de Goiás existem 491 famílias cadastradas, desse total, 475 vivem com

renda per capita de até ½ SM e 448 com renda per capita de até 1/3 SM. O IDF do município é de 0,59 Esses dados demonstram a vulnerabilidade social de boa parte das famílias do município.

5. OFERTAS HABITACIONAIS

Na investigação da oferta habitacional, o GTL buscou no município, acesso à produção de moradias promovidas por iniciativas públicas e privadas direcionadas à população de baixa renda, consideraram as moradias construídas e em construção, verificaram quantas famílias foram atendidas, avaliaram o déficit habitacional quantitativo e qualitativamente e avaliaram se o resultado obtido promoveu ou não inclusão social da população urbana e rural.

Identificaram as ações governamentais, privadas e de autopromoção habitacional que, diferente do desejado, desencadearam problemas de ordem social, fundiária, urbana e/ou ambiental. Foi possível conhecer os efeitos e o alcance das iniciativas que possibilitaram uma produção habitacional social e urbanisticamente includente.

Foram identificadas unidades vazias ou subutilizadas e ainda a existência de áreas com viabilidade de urbanização ou loteamentos urbanizados, com aptidão para abrigar novas unidades habitacionais de interesse social. Verificaram ainda as potencialidades locais e regionais da cadeia produtiva da construção civil.

Todos os dados levantados nesta etapa do trabalho foram sistematizados nos seguintes instrumentos:

Quadro 8: Ficha de caracterização das ofertas habitacionais de interesse social

Quadro 9: Quadro síntese de ofertas habitacionais de interesse social quantificada por renda e período.

Quando 10: Matriz de ofertas habitacionais de interesse social.

Quadro 11: Ficha de caracterização das potencialidades locais e regionais da cadeia produtiva da construção civil

Mapa 6: Mapa das ofertas habitacionais de interesse social.

QUADRO 08: Ficha de caracterização das ofertas habitacionais de interesse social. Nesse quadro foi relatada a quantidade de unidades habitacionais de interesse social ofertadas, descrevendo as características urbanísticas do local, as condições físicas das unidades hhabitacionais e ainda as conjunturas socioeconômicas e cultura das famílias

residentes.

Diante às dificuldades de encontrar os documentos nos arquivos da Prefeitura que caracterizam esses empreendimentos, na maioria dos municípios do Território da Cidadania, o GTL lançou mão de pesquisas primárias, feitas *in loco*, e cálculos por estimativas.

Para quantificar e qualificar as ofertas habitacionais promovidas no município de **Buriti de Goiás**, seja por iniciativas públicas ou privadas direcionadas à população de baixa renda, foi considerado não só as moradias construídas ou em construção, mas também o solo urbano passível de abrigar novas moradias e as condições de acesso a financiamentos habitacionais.

No caso das iniciativas públicas, o GTL de Buriti de Goiás diferenciou as ações das três esferas de poder, isto é, federal, estadual e municipal, tendo sempre como referência os programas por eles implementados. Ver Quadros 8 e 9 a seguir:

QUADRO 8 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
CHEQUE MORADIA		SERRA AZUL	2004	2004
Informações Gerais		Detalhamento da informação		
COMPONENTE DA OFERTA HABITACIONAL		Componente I		
TIPO DE OFERTA		Setor público por administração direta ou empreitada		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS:	Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
	12 unidades	-	-	
AGENTE PROMOTOR		Governos Estadual + Municipal		
AGENTE EXECUTOR		Não consta		
NOME DO PROGRAMA PELO QUAL FOI VIABILIZADO O EMPREENDIMENTO		CHEQUE MORADIA		
AGENTE FINANCEIRO OU AGÊNCIA DE FOMENTO		Governo do Estado - AGEHAB		
INVESTIMENTO TOTAL		R\$ 72.000,00		
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE		R\$ 6.000,00		
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais	Não consta		
	Estaduais:	R\$ 60.000,00		
	Municipais:	R\$ 12.000,00		
	Privados:	Não consta		
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Casa		
	Numero de Quartos:	02		
	Metragem	24,00 m ²		

Quadro 8: continuação...

Informações Complementares	Detalhamento das informações complementares		Semaforização
População original residente: -	2%		
Localização do empreendimento em relação à área urbana consolidada	No início da ocupação:	Atualmente:	
	1.000 m	500 m	
Disposição da infraestrutura básica (água, energia, pavimentação)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Água e energia	Água, energia	
Acesso aos serviços públicos sociais básicos (educação, saúde, segurança)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Saúde, educação e segurança	Saúde, educação, segurança e serviços sociais	
Condições físicas da unidade habitacional	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Salubridade, proteção contra o sol e chuva e resistência da estrutura	Salubridade, proteção contra o sol e chuva e resistência da estrutura	
Situação fundiária do parcelamento	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Irregular	Irregular*	
Situação fundiária dos imóveis	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Irregular	Irregular	
Situação social dos moradores	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Vulnerabilidade social	Considerada boa	

OBS.: (*) A situação do parcelamento é irregular, não possui registro em cartório.

QUADRO 8 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome do empreendimento:	Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
HABITAR BRASIL	CENTRO	1999	1999

Informações Gerais	Detalhamento da informação		
COMPONENTE DA OFERTA HABITACIONAL	Componente 1		
TIPO DE OFERTA	II. Empreendimento executado por pequeno promotor em terreno público		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS:	Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:
	11 unidades	-	-
AGENTE PROMOTOR	Ministério do Planejamento e Orçamento		
AGENTE EXECUTOR	Construtora Sudoeste Ltda.		
NOME DO PROGRAMA PELO QUAL FOI VIABILIZADO O EMPREENDIMENTO	HABITAR BRASIL		
AGENTE FINANCEIRO OU AGÊNCIA DE FOMENTO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA		
INVESTIMENTO TOTAL	R\$ 80.000,00		
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE	R\$ 7.300,00		
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federal:	70.625,00	
	Estaduais:	-	
	Municipais:	R\$ 9.375,00	
	Privados:	-	
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Casa	
	Numero de Quartos:	02	
	Metragem:	33,64 m ²	

Quadro 8: continuação...

<i>Informações Complementares</i>	<i>Detalhamento das informações complementares</i>		<i>Semaforização</i>
População original residente: -	0%		
Localização do empreendimento em relação à área urbana consolidada	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Dentro da malha urbana	Dentro da malha urbana	
Disposição da infraestrutura básica (água, energia, pavimentação)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Água e energia	Água, energia e pavimentação	
Acesso aos serviços públicos sociais básicos (educação, saúde, segurança)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Saúde e educação	Saúde, educação e serviços sociais	
Condições físicas da unidade habitacional	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Salubridade, proteção contra o sol e chuva e fechamento de forma a oferecer segurança	Salubridade, proteção contra o sol e chuva e fechamento de forma a oferecer segurança	
Situação fundiária do parcelamento	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Regularizado	Regularizado	
Situação fundiária dos imóveis	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Regularizados	Regularizados	
Situação social dos moradores	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Vulnerabilidade social	Classe média baixa	

QUADRO 8 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome do empreendimento:	Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
MORAR MELHOR	NOVO HORIZONTE	2003	2003

Informações Gerais	Detalhamento da informação		
COMPONENTE DA OFERTA HABITACIONAL	Componente I		
TIPO DE OFERTA	Setor público por administração direta ou empreitada		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS:	Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:
	30 unidades	-	-
AGENTE PROMOTOR	Orçamento Geral da União - OGU		
AGENTE EXECUTOR	Não há informação		
NOME DO PROGRAMA PELO QUAL FOI VIABILIZADO O EMPREENDIMENTO	MORAR MELHOR		
AGENTE FINANCEIRO OU AGÊNCIA DE FOMENTO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA		
INVESTIMENTO TOTAL	R\$ 143.000,00		
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE	R\$ 4.766,00		
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federal:	130.000,00	
	Estaduais:	-	
	Municipais:	13.000,00	
	Privados:	-	
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Casa de Alvenaria	
	Numero de Quartos:	1 quarto	
	Metragem:	36 m ²	

Quadro 8: continuação...

<i>Informações Complementares</i>	<i>Detalhamento das informações complementares</i>		<i>Semaforização</i>
População original residente: 5 FAMÍLIAS	30%		
Localização do empreendimento em relação à área urbana consolidada	No início da ocupação:	Atualmente:	
	500 m	Dentro da malha urbana	
Disposição da infraestrutura básica (água, energia, pavimentação)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Água e energia	Água, energia e pavimentação	
Acesso aos serviços públicos sociais básicos (educação, saúde, segurança)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Saúde e educação	Saúde, educação e serviços sociais	
Condições físicas da unidade habitacional	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Salubridade, proteção contra o sol e chuva	Salubridade, proteção contra o sol e chuva	
Situação fundiária do parcelamento	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Regularizado	Regular	
Situação fundiária dos imóveis	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Regularizada	Regular	
Situação social dos moradores	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Vulnerabilidade social	Considerada boa	

QUADRO 8 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome do empreendimento:	Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
VILA MUTIRÃO	VILA MUTIRÃO	1992	1992

Informações Gerais	Detalhamento da informação		
COMPONENTE DA OFERTA HABITACIONAL	Componente I		
TIPO DE OFERTA	Autopromoção em terreno privado ou público		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS:	Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:
	25 unidades	-	-
AGENTE PROMOTOR	Governo do Estado e município		
AGENTE EXECUTOR	Mutirão de moradores		
NOME DO PROGRAMA PELO QUAL FOI VIABILIZADO O EMPREENDIMENTO	MUTIRÃO DA MORADIA		
AGENTE FINANCEIRO OU AGÊNCIA DE FOMENTO	Governo do Estado - EMCIDEC		
INVESTIMENTO TOTAL	R\$ 62.500,00		
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE	R\$ 2.500,00		
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais	-	
	Estaduais:	R\$ 56.250,00	
	Municipais:	R\$ 6.250,00	
	Privados:	-	
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Casa de alvenaria	
	Numero de Quartos:	01 quartos	
	Metragem:	25 m ²	

Quadro 8: continuação...

<i>Informações Complementares</i>	<i>Detalhamento das informações complementares</i>		<i>Semaforização</i>
População original residente: 03 FAMÍLIAS	20%		
Localização do empreendimento em relação à área urbana consolidada	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	
	500 m	Dentro da malha urbana	
Disposição da infraestrutura básica (água, energia, pavimentação)	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	
	Água e energia	Água, energia e pavimentação	
Acesso aos serviços públicos sociais básicos (educação, saúde, segurança)	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	
	Saúde, educação e segurança	Saúde, educação e segurança	
Condições físicas da unidade habitacional	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	
	Resistência da estrutura, salubridade, proteção contra o sol e chuva	Resistência da estrutura, salubridade, proteção contra o sol e chuva	
Situação fundiária do parcelamento	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	
	Regularizado	Regularizado	
Situação fundiária dos imóveis	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	
	Regularizados	Regularizados	
Situação social dos moradores	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	
	Vulnerabilidade social	Vulnerabilidade social média	

QUADRO 8 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

<i>Nome do empreendimento:</i>	<i>Nome do bairro/loteamento:</i>	<i>Período de execução do empreendimento</i>	<i>Período de mudança das famílias para o empreendimento</i>
Minha Casa Minha Vida	Serra Azul	Em execução	Previsão de entrega junho 2012
<i>Informações Gerais</i>		<i>Detalhamento da informação</i>	
COMPONENTE DA OFERTA HABITACIONAL	Componente 1		
TIPO DE OFERTA	Empreendimento executado pelo setor público por empreitada		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS: 30	Renda de até 3 SM:	Renda de até 3 SM:	Renda de até 3 SM:
	X	X	X
AGENTE PROMOTOR	Min.Cidade/AGEHAB/Município		
AGENTE EXECUTOR	Empreitada		
NOME DO PROGRAMA PELO QUAL FOI VIABILIZADO O EMPREENDIMENTO	MCMV/Cheque Moradia		
AGENTE FINANCEIRO OU AGÊNCIA DE FOMENTO	CAIXA/ AGEHAB/ Tesouro municipal		
INVESTIMENTO TOTAL	750.000,00		
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE	25.000,00		
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais	600.000,00	
	Estaduais:	150.000,00	
	Municipais:	Doação de lotes	
	Privados:	-	
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Casa de alvenaria	
	Numero de Quartos:	02	
	Metragem:	40 m ²	

Quadro 8: continuação...

<i>Informações Complementares</i>	<i>Detalhamento das informações complementares</i>		<i>Semaforização</i>
<i>População original residente</i>	-		-
<i>Localização do empreendimento em relação à área urbana consolidada</i>	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	
	500 mt	500 mt	
<i>Disposição da infraestrutura básica (água, energia, pavimentação)</i>	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	-
	-	-	
<i>Acesso aos serviços públicos sociais básicos (educação, saúde, segurança)</i>	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	-
	-	-	
<i>Condições físicas da unidade habitacional</i>	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	-
	-	-	
<i>Situação fundiária do parcelamento</i>	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	
	regular	regular	
<i>Situação fundiária dos imóveis</i>	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	-
	-	-	
<i>Situação social dos moradores</i>	<i>No início da ocupação:</i>	<i>Atualmente:</i>	-
	-	-	

Quadro 9: Síntese de ofertas habitacionais de interesse social quantificada por renda e período.

<i>Nome do município: Buriti de Goiás</i>		<i>Total de domicílios (IBGE 2010): 1127</i>				
		<i>Total estimado de domicílios de interesse social existentes atualmente: 78</i>				
<i>Componente 1: Unidades habitacionais de interesse social produzida (não serão consideradas as que estão em fase de produção)</i>						
<i>OFERTA POR RENDA E POR PERÍODO</i>	<i>1960 a 1980</i>	<i>1981 a 1990</i>	<i>1991 a 2000</i>	<i>2001 a 2005</i>	<i>2006 a 2010</i>	<i>Total por renda</i>
<i>até 3 SM</i>	-	-	36	42	-	78
<i>Mais de 3 até 5 SM</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Mais de 5 até 10 SM</i>	-	-	-	-	-	-
<i>TOTAL POR PERÍODO</i>	-	-	36	42	-	78

Segundo o GTL, ao proceder o levantamento desses dados, possibilitou a compreensão da oferta habitacional no município, tanto nos aspectos quantitativos e qualitativos, a articulação de novas oportunidades, potencialização das já existentes e correção das iniciativas que ocasionaram problemas sociais e urbanísticos no município.

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

Outro levantamento realizado foi em relação à existência de imóveis edificados vazios e/ou subutilizados que poderão ser utilizados adequadamente para a habitação de interesse social.

Quadro 10: Matriz de ofertas habitacionais de interesse social.

Nome do município: BURITI DE GOIÁS		População (IBGE 2000): 2.659hab.			
		População (IBGE estimativa 2010): 2.541			
Componente 1: Unidades habitacionais de interesse social produzidas ou em fase de produção					
TIPO DA OFERTA		Quantidade produzida	Quantidade em produção	% população original residente	Total (aproximado investido)
i. autopromoção	em terreno privado				
	em terreno público	25	-	20%	R\$ 62.500,00
ii. empreendimento executado por pequeno promotor	em terreno privado				
	em terreno público	11	-	0%	R\$ 80.000,00
iii. empreendimento executado por cooperativa/ entidade	em terreno privado				
	em terreno público				
iv. empreendimento executado por incorporação privada	em terreno privado				
	em terreno público				
v. empreendimento executado pelo setor público por administração direta	em terreno privado				
	em terreno público	42	30	-	R\$ 965.000,00
TOTAL		78	-	-	R\$ 1.107.500,00

Componente 2: Áreas com viabilidade de urbanização ou loteamentos urbanizados, com aptidão para abrigar novas unidades habitacionais de interesse social

TIPO DA OFERTA		Dimensão da área ou gleba	Quantidade de lotes (existentes ou estimados)	Tamanho médio do lote	Custo médio do lote
i.	Áreas e/ou parcelamentos públicos incluídos ou não como Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS)	Federais	-	-	-
		Estaduais	-	-	-
		Municipais	52.972,37 m ²	176	300 m ²
ii.	Áreas e/ou parcelamentos privados gravados como ZEIS	-	-	-	-
iii.	Áreas e/ou parcelamentos privados que, pelas características, podem ser gravados como ZEIS	-	-	-	-
TOTAL		52.972,37 m ²	176	300 m ²	R\$ 704.000,00

No município de Buriti de Goiás existe a dimensão de 52.972,37 M² de áreas disponíveis para serem registradas como ZEIS. Sendo que esta área são áreas municipais. Estas características fazem com que o município promova ações e projetos habitacionais de aproveitamento destas áreas para o benefício de habitação em interesse social.

Componente 3: Imóveis vazios ou subutilizados com aptidão para uso habitacional de interesse social

TIPO DA OFERTA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS	QUANTIDADE DE U.H. POSSÍVEIS DE SEREM OFERTADAS	VALOR APROXIMADO DO IMÓVEL
i.	Imóveis públicos	Federais	-	-
		Estaduais	01*	0
		Municipais	-	-
ii.	Imóveis privados	50**	0	R\$ 30.000,00
TOTAL		51	0	R\$ 1.540.000,00

* Casa degradada, que foi utilizada pela CELG por um tempo.

** Vazias e degradadas.

Foram avaliados pelos membros do GTL, atores estratégicos envolvidos e a equipe de assistência técnica da AGEHAB, durante visita ao município, de forma geral, as potencialidades locais e regionais quanto à cadeia produtiva da construção civil, desde a matéria prima disponível à industrialização e comercialização, passando pela mão de obra, tecnologia e técnicas construtivas viáveis para a realidade local e regional, pois a falta ou a dificuldade de acesso a algum desses componentes poderá impactar, de forma significativa, na capacidade de produção de unidades habitacionais. Ver quadro 11 a seguir:

QUADRO 11 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS POTENCIALIDADES LOCAIS E REGIONAIS DA CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Oferta	Componente	Existe jazida ou fábrica no município / região	Facilidade de encontrar o produto no comércio local ou nos municípios vizinhos	Os preços praticados são próximos aos da capital
Material de Construção	i. areia	Verde	Verde	Verde
	ii. cimento	Verde	Verde	Verde
	iii. tijolo	Verde	Verde	Verde
	iv. bloco de concreto	Verde	Amarelo	Verde
	v. telhas	Verde	Verde	Verde
	vi. aço	Verde	Verde	Verde
	vii. madeiramento para telhado	Verde	Verde	Verde
	viii. material de acabamento	Verde	Verde	Verde
Oferta	Componente	Mão de obra disponível	Os salários praticados são próximos aos da capital	Trabalhadores da construção atuando com carteira assinada
Mão de Obra	i. serventes	Verde	Verde	Verde
	ii. pedreiros	Verde	Verde	Verde
	iii. eletricitistas e encanadores	Verde	Verde	Verde
	iv. armadores	Verde	Verde	Verde
	v. carpinteiros	Verde	Verde	Verde
	vi. pintores	Verde	Verde	Verde
	vii. pedreiros de acabamento	Verde	Verde	Verde

Oferta	Componente	Material disponível	Mão de obra disponível	Aceitação da tecnologia pela população a ser atendida
Tecnologias tradicionais na região	i. adobe			
	ii. taipa			
	iii. barreado			
	iv. solo cimento			
	v. piso cimentado			
	vi. cobertura de palha			
	vii. alvenaria			
	viii. cobertura de telhas			

Obs.: os campos deverão ser preenchidos de forma semaforizada. Vermelho para “não”, amarelo para “parcialmente” e verde para “sim”.

Mapa 6: Mapa das ofertas habitacionais de interesse social – é a representação gráfica que reúne as informações de quantas, quais e onde estão localizadas as ofertas habitacionais. Nesse mapa é possível visualizar também a estrutura viária principal, limite de parcelamento e as unidades habitacionais já executadas pelo poder público Federal, Estadual, Municipal ou por particulares, cooperativas e autopromoção.



MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS - GO

Mapa das ofertas habitacionais de interesse social



MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS

PMHIS

Mapa das ofertas habitacionais de interesse social

REGINA MARIA COSTA LIMA
PREFEITO

Responsável Técnico
AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO



LEGENDA

- LIMITE DE BARRIO
- ESTRUTURA VIARIA PRINCIPAL
- 1 UNIDADES HABITACIONAIS DESTINADAS PARA AUTORIZAÇÃO EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 2 UNIDADES HABITACIONAIS DESTINADAS PARA COOPERATIVAS ENTIDADES SV TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 3 UNIDADES HABITACIONAIS DESTINADAS PARA REGIME PRECATORIAL EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 4 UNIDADES HABITACIONAIS DESTINADAS PARA REGIMENÇÃO PRIVADA EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 5 UNIDADES HABITACIONAIS DESTINADAS PARA SETOR PÚBLICO POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA
- 6 ÁREAS EM NECESSARIAMENTE PÚBLICAS MUNICIPAIS COM APLICAÇÃO PARA OS BARRIOS DO SÃO CÂNDIDO DES
- 7 ÁREAS EM NECESSARIAMENTE PÚBLICAS ESTADUAIS COM APLICAÇÃO PARA OS BARRIOS DO SÃO CÂNDIDO DES

LEGENDA

- | | | | |
|---|---|---|---|
| 8 ÁREAS EM NECESSARIAMENTE PÚBLICAS ESTADUAIS COM APLICAÇÃO PARA OS BARRIOS DO SÃO CÂNDIDO DES | 10 ÁREAS EM NECESSARIAMENTE PÚBLICAS ESTADUAIS COM APLICAÇÃO PARA OS BARRIOS DO SÃO CÂNDIDO DES | 12 UNIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS VAZIAS OU SUBUTILIZADAS | 14 UNIDADES PÚBLICAS PARTICULARES VAZIAS OU SUBUTILIZADAS |
| 9 ÁREAS EM NECESSARIAMENTE PÚBLICAS MUNICIPAIS COM APLICAÇÃO PARA OS BARRIOS DO SÃO CÂNDIDO DES | 11 UNIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS VAZIAS OU SUBUTILIZADAS | 13 UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS VAZIAS OU SUBUTILIZADAS | 15 UNIDADES PARTICULARES COM APLICAÇÃO PARA OS BARRIOS DO SÃO CÂNDIDO DES VAZIAS OU SUBUTILIZADAS |

É obrigatório o uso do sistema de informação geográfica em áreas de interesse social, conforme a Lei nº 12.350/2010, que dispõe sobre o uso de mapas digitais em áreas de interesse social e art. 7.º da Lei nº 12.350/2010.

Folha: **07/07**
 Tipo de base cartográfica: **GOOGLE EARTH** | Data: 24/12/2021 | Escala: 1/9000

6. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

O **PRODUTO 2 – DIAGNÓSTICO HABITACIONAL** nasceu de um duro trabalho de coleta de informações primárias e secundárias e trabalho de campo dos membros do GTL e atores estratégicos.

Assessoria técnica da AGEHAB

A equipe técnica da AGEHAB, composta pela Tutora Carla Gioconda (pedagoga) e por Maria Raquel M. A. Jardim (arquiteta e urbanista) de estiveram em Buriti de Goiás no dia 20 de setembro de 2010, das 08h00min h às 17h00min h realizando trabalho de campo no sentido de prestar assistência técnica ao GTL para elaboração do PMHIS, roteiros 02 e 03. Na visita estiveram presentes a coordenadora do GTL senhora Ivone Vieira Alves e Zaqueu Antônio Vasconcelos. Os trabalhos se iniciaram com a revisão do conteúdo do Produto 01 (Proposta Metodológica) e seguidos de orientações para o preenchimento dos quadros e mapas do Produto 02 (Diagnóstico Habitacional). Foram coletadas informações as quais foram sistematizadas nas planilhas dos Quadros 01, 02, 03 e 05 e nos mapas 01, 02 e 03. Em seguida a equipe da AGEHAB fez uma visita in loco pelos bairros da cidade. Nessa ocasião verificou-se que existem muitas unidades habitacionais necessitando de reforma e/ou ampliação, bairros sem infraestrutura adequada (asfalto e esgoto) e moradias esparsas nos loteamentos.



Figura 07 e 08: Assessoria Técnica da AGEHAB e membros do GTL

Atividades desenvolvidas

O trabalho de campo foi realizado pelos agentes de saúde, na segunda semana do mês de julho, entre os dias 12 e 17 de julho de 2010, onde foram pesquisados a história do lugar, o jeito de viver das pessoas e as relações regionais entre o município e seu entorno. E os agentes de vigilância sanitária realizaram o levantamento da tipologia predominante no território e suas inadequações, também no mesmo período.

As matrizes e os mapas foram elaborados na 3ª semana de agosto, entre os dias 16 e 20, mediante os dados e informações coletados pelos agentes de saúde e vigilância sanitária.

Todo o trabalho foi coordenado pelos membros do GTL com a preciosa colaboração dos atores estratégicos.

Data e período: 12 a 17/07/2010

Coordenadores / responsáveis: membros do GTL e atores estratégicos

Objetivos propostos

O objetivo principal perseguido na elaboração do diagnóstico habitacional do município foi o de captar o maior número de informações possíveis para se conhecer a realidade habitacional (o déficit e as ofertas) do território, as mudanças que decorreram com o passar do tempo e as relações regionais, com o propósito de elaborar um PMHIS de acordo com a realidade territorial e atendendo às necessidades do lugar.

Objetivos alcançados

Atingiu-se a meta de obtenção do maior número de informações existentes e coletadas, a participação imprescindível dos atores estratégicos na divulgação dos dados e informações do Plano e o conhecimento e comprometimento por parte da comunidade buritiense sobre o PMHIS.

Descrição do Produto resultante da atividade

É importante ressaltar, com a elaboração do Diagnóstico Habitacional, a comprovação da necessidade de se planejar para depois executar e, principalmente, o comprometimento da gestão pública na aplicação das ações diagnosticadas, por meio de uma política habitacional adequada à realidade local, proporcionando à sociedade melhores condições de vida.

Audiência Pública

Aos 08 dias do mês de novembro de 2010, às 19h00minh, na sede do Ponto de Apoio – PETI, com endereço à Rua da Indústria, Centro, reuniu-se o GTL, os atores

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

estratégicos das instâncias públicas e sociais e a comunidade buritiense, em Audiência Pública, para a validação dos Produtos 2 – Diagnostico Habitacional do PMHIS.

Foi realizada a divulgação em toda a cidade e área rural, por meio de carro de som e convite impresso (ver modelo em anexo), para a participação da Audiência Pública sobre o PMHIS.

Aberta a audiência, foi dado início aos trabalhos, sob a coordenação de Ivone Vieira Alves, integrante do GTL e representante do Poder Executivo, estando presentes os demais integrantes das instâncias públicas e sociais, bem como os atores estratégicos envolvidos. Foi exposto para todos os presentes as atividades desenvolvidas pelo GTL até o momento, as oficinas e a assistência técnica realizadas pela AGEHAB, o levantamento realizado para a elaboração do Diagnóstico Habitacional.

Após a exposição desses assuntos e sobre os dados levantados, foi solicitado ao público que se manifestasse em forma de dúvidas, sugestões, ou mesmo a inserção de novos dados e informações aos membros do GTL e colaboradores (atores estratégicos e Coordenador do PA).

Foram levantados alguns questionamentos sobre o montante da verba a ser destinada ao município, a quantidade de moradias a serem oferecidas, se o PMHIS irá trazer benefícios imediatos à população. Os questionamentos foram respondidos pela Coordenadora do GTL e por estarem de acordo com o material apresentado na Audiência, a comunidade presente aprovou e validou os Produtos. Deu-se por encerrada a sessão, sendo lavrada a ata, com lista de presenças e documentação por meio de fotografias. Ver Figuras 09,10,11,12 e 13 abaixo:





Figuras 09, 10, 11, 12 e 13 – Audiência Pública no Ponto de Apoio – PETI – 08/11/2010

Atendimento presencial na AGEHAB

No dia 02 de dezembro de 2010, na Agehab, em Goiânia, das 14h30min às 17h30minh, foi realizado o atendimento ao município de Buriti de Goiás, com a presença de membro do GTL, Senhora Marleth Cândida de Souza, Maria Raquel M. A. J. Amorim e Aline Guimarães Spirandeli, tutoras da GERATEC – Territórios da Cidadania, com o objetivo de complementar, avaliar e validar os dados, mapas e informações levantadas pelo grupo local, para a elaboração do Produto 2 – Diagnóstico Habitacional do Município. O atendimento foi realizado plenamente, tendo sido assinada lista de presença. Ver figuras 14 e 15:



Figuras 14 e 15: Atendimento presencial na AGEHAB – Tutora e membros do GTL

Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa

Produto

PMHIS

Plano Municipal de
Habitação de Interesse Social

2



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E CAPACIDADE ADMINISTRATIVA

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO

Nesta etapa do plano o GTL de Buriti de Goiás os membros do GTL: Ivone Vieira Alves, Zaqueu Antônio Vasconcelos, Marleth Cândida de Souza realizaram 2 reuniões para preenchimento das informações relativos ao 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional. Nestas reuniões o GTL contou com o apoio e colaboração dos atores estratégicos e coordenadores de PA's: Lindomar Tomaz da Silva, Dagma Lourenço de Queiroz, Crigina Paula Alves Mendes, Maria Eliane de Aguiar.

Os membros do GTL tiveram acesso aos documentos administrativos do município e com a ajuda dos atores estratégicos e coordenadores dos PA's, pois puderam compreender um pouco mais sobre a estrutura institucional relacionadas à promoção habitacional do Município de Buriti de Goiás podendo ler e estudar os marcos legais, e da necessidade da efetivação do Conselho Municipal de habitação de Interesse Social, como compreender também as fontes de recurso e subsídios e os programas destinados á moradia.

No entanto, as dúvidas sobre esta etapa foram superadas com o apoio da equipe técnica da Agehab que promoveu uma capacitação aos membros do GTL de Buriti de Goiás no município de Mossâmedes, ocorrida no dia 01/06/2011. A partir dessa capacitação o grupo pode esclarecer os questionamentos sobre os dados a serem coletados, e posteriormente preencher e analisar os marcos legais e a capacidade administrativa da Prefeitura para o registro das informações e construção do PMHIS.

Para a difusão das informações desta etapa dos trabalhos e apresentação dos resultados de todas as ações desenvolvidas pelo GTL, foram realizados em conversa com os coordenadores dos PA's, atores estratégicos para que a divulgação do desenvolvimento do PMHIS fosse efetivada.

Uma vez que os cartazes e informativos sobre o PMHIS foram anexados em pontos estratégicos do município tanto no comércio como em equipamentos públicos em que a população buritinense pudesse fazer parte das atividades de discussão e elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse social. O plano de comunicação não ficou inativo no decorrer do processo de elaboração do PMHIS.



Objetivos Propostos

Conhecer e compreender os marcos legais e avaliar como o município tem se apropriado da legislação vigente na execução da política habitacional.

Conhecer e compreender as fontes de recursos e subsídios e avaliar como os municípios as tem utilizado para promoção habitacional de interesse social.

Conhecer e compreender os programas de realização da política habitacional, refletindo como eles têm sido acessados pelo município para a promoção de moradia digna.

Conhecer e compreender a estrutura administrativa do município e avaliar sua capacidade de gestão que viabilizam a implementação de uma política habitacional em sintonia com as políticas urbanas, sociais e ambientais.

Objetivos Alcançados

Com o envolvimento e colaboração do GTL juntamente com os atores estratégicos em parceria com as atividades nos Pontos de Apoio, foi possível estabelecer uma relação com a comunidade e coletar os dados necessários para a elaboração do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional que faz referência a Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa.

Após essa etapa do trabalho, o município avançou em conhecimento sobre sua própria estrutura institucional e a capacidade administrativa, como: os marcos legais que “subsidiaram” o município de Buriti de Goiás, possibilitando o fortalecimento administrativo municipal para enfrentar os novos desafios como relação à Moradia Digna e da Política Habitacional do município.

2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Para a compreensão da estrutura institucional relacionada à promoção habitacional, foi fundamental acessar os marcos legais, as fontes de recurso e subsídio e os programas que tem relação com a promoção do acesso à moradia digna, refletindo sobre seu alinhamento, ou não, com a Política Nacional de Habitação.

Tal estrutura tem permitido e facilitado a implementação de programas e ações em habitação integrados a demais políticas de inclusão social e urbana, em particular daquelas



que têm como universo de atendimento a população de baixa renda de até 3 salários mínimos. Para o desenvolvimento de possíveis programas para a melhoria habitacional, a atual estrutura necessita de aperfeiçoamentos e reforços tanto de equipamento quanto de pessoal qualificado na área, tem se mostrado adequada, ao menos para o atual quadro e espectro de atuação para a resolução de problemas do setor habitacional em Buriti de Goiás.

Para a compreensão da estrutura institucional relacionada à promoção habitacional, foi fundamental acessar os marcos legais, as fontes de recurso e subsídio e os programas que tem relação com a promoção do acesso à moradia digna, refletindo sobre seu alinhamento, ou não, com a Política Nacional de Habitação.

As informações institucionais e administrativas possibilitam a identificação de ações necessárias para que nos municípios possam verificar sua atual administração fazendo um balanço do que precisa melhorar e tenham a capacidade de desenvolver um planejamento, gestão específica na área pública e vislumbrar investimento no setor habitacional.

De acordo com o Sistema Nacional de Habitação do Ministério das Cidades recomenda que o GTL ao fazer o levantamento de dados a situação administrativa municipal possam ficar atentos quanto a capacidade de aplicação de recursos próprios para o progresso das condições precárias habitacionais. Precisam também, instituir propostas de aperfeiçoamento quanto a existência de recursos humanos destinados a trabalharem com as questões habitacionais, como técnicos qualificados e da existência de um órgão responsável pela gestão da política habitacional e urbano no município.

A área habitacional por demandar de questões específicas da área urbanística e habitacional da comunidade de interesse social no município faz necessário que haja planejamento para a criação de alternativas para a realização de serviços habitacionais quanto à infra-estrutura urbana que engloba toda a questão habitacional. Nisto, a melhoria nas condições de fontes e sistemas de informação de interesse social municipal é de primordial importância para a implementação do PMHIS.

Com a administração pública em bom desenvolvimento devido sua capacidade de recursos humanos, equipamentos adequados, uma secretaria responsável pela habitação e possibilidade de implementação dos marcos legais no município a participação da comunidade local e de instâncias de participação e controle social será efetiva e atuante.

2.1. Marcos Legais

É importante ressaltar que a maioria dos municípios do Território da Cidadania, por serem municípios com população inferior a 20 mil habitantes e não apresentar impacto relevante, não possuem Plano Diretor. O município de Buriti de Goiás possui Código de Postura Lei 39/93, Lei 376/09 de criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Lei de Instituição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

Observou também a forma como as leis devem ser aplicadas e se o conteúdo possibilita essa aplicação, bem como seus efeitos na elaboração e implementação da política habitacional. E sugerimos a criação de leis que regem a estrutura administrativa municipal que abrangem melhorias para o setor urbanístico habitacional, como: Lei de Zoneamento Urbano, Lei de uso do solo, Lei de Parcelamento urbano, Código de Edificações/obras.

No município de Buriti de Goiás não existe a lei do Parcelamento Urbano que definem os índices urbanísticos especiais para o parcelamento e dimensão especial do lote de interesse social, como também, a definição de um banco de lotes municipais ou instrumento equivalente para criação de banco de terras públicas voltadas para a promoção de habitação de interesse social. Ou seja, não há um conteúdo e ou aplicação sobre o parcelamento urbano específico no município para desenvolver o fomento municipal.

Com relação a Lei de Zoneamento e ou lei de Uso do solo que trata dos parâmetros urbanísticos especiais para áreas ou zonas destinada a ocupação habitacional de interesse social, consideradas ZEIS, também precisam ser criadas e definidos critérios para que sejam contempladas na estrutura urbanística do município e possam atender ao público de interesse social.

O GTL do município além de levantar a existência ou não do marco legal observou também a forma como as leis devem ser aplicadas verificando se o conteúdo atende à realidade municipal seguindo para análise a legenda semaforizada abaixo:

Se o conteúdo do Marco legal atende à realidade municipal:	Se os instrumentos e diretrizes previstos no marco legal são aplicados:
Quando o conteúdo não atende	Quando o conteúdo não atende
Quando o conteúdo atende parcial	Quando o conteúdo atende parcial
Quando o conteúdo atende plenamente	Quando o conteúdo atende plenamente



Componente 4: Legislação urbanística e ambiental do município.

Quadro 13: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Plano Diretor.

O município possui Plano Diretor?	
() Sim	(x) Não
Lei: _____ Data: _____	Não existe Plano Diretor no município de Buriti de Goiás

Quadro 14: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Lei de Zoneamento Urbano e/ou Lei de Uso do Solo.

O município possui Lei de Zoneamento Urbano?	
() Sim	(x) Não
Lei: _____ Data: _____	Não existe Lei de Zoneamento Urbano.
O município possui Lei de Uso do Solo?	
() Sim	(x) Não
Lei: _____ Data: _____	Não existe Lei uso do Solo municipal.

Quadro 15: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Lei de Parcelamento Urbano.

O município possui Lei de Parcelamento Urbano?	
() Sim	(x) Não
Lei: _____ Data: _____	Não existe lei de Parcelamento urbano no município de Buriti de Goiás

Quadro 16: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Código de Edificações/Obras.

O município possui Código de Edificações/Obras?	
() Sim	(x) Não
Lei: _____ Data: _____	Não existe Código de Edificações / Obras no município de Buriti de Goiás





Quadro 17: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Código de Postura.0

O município possui Código de Postura?					
(x) Sim			() Não		
Lei: 39/93		Data: 10/11/1993			
(d) Código de Postura (ou equivalente)					
Componentes a serem analisados no Código de Postura com vistas à temática habitacional	Existe no Código?		Síntese do conteúdo constante no Código de Postura	Semaforização	
	Sim	Não		Conteúdo	Aplicação
Licença para a localização e funcionamento comercial, industrial, prestador de serviço ou similar.	x		Art.28-Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestadores de serviços ou similar poderá iniciar suas atividades no município, mesmo em caráter transitório sem que tenha sido previamente obtido a licença para localização e funcionamento, expedida pelo órgão próprio das posturas municipais.		
Regulamentação quanto ao sossego público em relação a ruídos ou sons de qualquer natureza, excessivos ou evitáveis produzidos por qualquer meio.	x		Art.50-É proibido perturbar o sossego e o bem estar público ou da vizinhança com ruídos, algazaras, barulhos ou sons de qualquer natureza, excessivos e evitáveis, produzidos por qualquer forma e que ultrapassem os níveis máximos de intensidade fixado pelo município.		
Regulamentação quanto a utilização dos meios de publicidade e propaganda nos logradouros ou qualquer lugar de acesso ao público.	x		Art.35-é proibida a colocação de anúncios: que obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas. Pregados, colocados ou dependurados em árvores das vias públicas ou outros logradouros (...) sem licença do município.		
Fiscalização, procedimentos e penalidades em relação às normas de postura (vistorias administrativas, infrações, multas, etc.).	x		A infração do dispositivo neste artigo acarretará a pena de multa de 70 a 90 UFIR.		



Componente 5: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação (SNH)

Quadro 18: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, marco legal: Lei de criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

O município possui Lei de Criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS?		
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
Lei:	Data:	Projeto de lei aguardando aprovação do legislativo municipal.
(a) LEI DE CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – FMHIS (ou fundo equivalente)		
Componentes a serem analisados na Lei.	As fontes de recurso estão definidas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	Existe previsão para a destinação dos recursos do Fundo?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	A qual órgão setorial da prefeitura o FMHIS está vinculado?	





Quadro 19: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, marco legal: Lei de Criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS).

O município possui Lei de Criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS?	
() Sim	() Não
Lei: Data:	Projeto de lei aguardando aprovação do legislativo municipal.

b) LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS (ou equivalente).		
Componentes a serem analisados na Lei.	Quais segmentos compõem o Conselho e quantos membros possuem cada um?	
	Qual órgão setorial preside o Conselho?	
	Quais as competências do Conselho?	
Reuniões anuais do Conselho.		



2.2. Fontes de Recursos e Subsídios

Cada fonte de recurso tem um mecanismo de funcionamento com suas respectivas especificidades. Aos municípios com famílias de baixa renda, o governo federal disponibiliza recursos não-onerosos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FHHIS) e Orçamento Geral da União (OGU). Os municípios podem contar também com recursos estaduais do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS), além do Programa Morada Nova (Cheque Moradia).

O próprio município pode contar com recursos próprios oriundos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e outros. Para investir em habitação, os municípios deverão definir no Planejamento Orçamentário os programas e fundos para os quais serão destinados recursos. A destinação dos recursos deve estar contemplada no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDA) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Para esta compreensão os municípios procuraram levantar informações dos últimos 5 anos que foram sistematizadas nos quadros 21 e 22.

É muito importante a definição de fontes de recursos perenes e estáveis para a implementação da política habitacional.

Quadro 21 – Quadro de sistematização dos dados referentes ao orçamento municipal

Componente 1: Orçamento municipal		
RECURSOS	Definições orçamentárias relacionadas à política e/ou gestão habitacional	SITUAÇÃO
PPA 2010 - 2013	Objetivo: programa apoio a habitação- proj/ativ: 1004 - construção reforma reconstrução ampliada 100000 - recursos ordinários = R\$35.000,00 128505 - outros convenio união = R\$ 665.750,00 80 - conv. ajustes e acordos c/órgãos federal = R\$ 350.000,00 Total Geral = R\$1.050.750,00	
LDO 2010 e 2011	Objetivo: programa apoio a habitação - proj/ativ: 1004 - construção reforma reconstrução ampliada 100000 - recursos ordinários = R\$35.000,00 128505 - outros convenio união = R\$ 665.750,00 80 - conv. ajustes e acordos c/ órgãos federal = R\$ 350.000,00 Total Geral = R\$1.050.750,00	
LOA 2010 e 2011	CONSTRUCAO REFORMA RECONSTRUCAO AMPLIADA = R\$ 365.750,00	



Conteúdo não está adequado



Conteúdo parcialmente adequado



Conteúdo adequado



Quadro 22 – Quadro de sistematização dos dados referentes aos recursos municipais.

Componente 2: Recursos próprios municipais								
fonte	Origem dos recursos	Recursos destinados nos últimos cinco anos (colocar o valor anual)					Coerência	Utilização
		2006	2007	2008	2009	2010		
FMHIS	Federal/Estadual/Municipal	0	0	0	0	0		
OUTROS FUNDOS	Convênios, empréstimos externos e internos para programas habitacionais, contribuições de pessoas físicas e jurídicas, organismos de cooperações nacionais e internacionais e outros.	0	0	0	0	0		
PROGRAMA: Chagas/ Funasa	Recurso Estadual	0	0	0	R\$36.000,00	R\$36.000,00		

COERÊNCIA Não está coerente Parcialmente coerente Coerente
UTILIZAÇÃO Menos do que 50% de utilização. Entre 50 e 100% de utilização 100% utilizado

Não há registros na Prefeitura, de recursos próprios municipais destinados nos últimos 5 anos à habitação no município. A Prefeitura através da Secretaria da Rede de Proteção Social realiza doações de materiais de construção, reformas e outros relacionados a habitação de forma esporádica. O valor relacionado acima não foi totalmente utilizado, aja vista, a necessidade de investimentos em outras Secretarias do município.



2.3. Programas

Na área do financiamento à habitação, o Ministério das Cidades propôs um novo Sistema Nacional de Habitação, cujo desenho visa reunir os esforços dos governos (União, Estados e Municípios) e do mercado privado, além de cooperativas e associações populares, para combater o déficit habitacional. É importante saber que cada programa tem mecanismos próprios de funcionamento e fontes definidas de recursos, para tanto é preciso compreender as características de cada programa para planejar o enfrentamento dos problemas habitacionais em suas diversidades, definindo o programa mais adequado. Nos quadros 24 e 25 a seguir, o município fez um esforço em demonstrar a existência ou não de Programas Municipais de Habitação de Interesse Sociais e também as parcerias com a esfera estadual e federal.

Quadro 24: Sistematização das Fontes de Financiamento Habitacional do município.

Programas	Recursos	Fontes	Faixa de Renda atendida	Solicitante
O município não possui programas específicos para habitação, mas atende algumas necessidades habitacionais do município com ações esporádicas. Segue abaixo lista de ações.				
Doações de lotes	Não oneroso	Administração pública	Baixa renda	Município/População
Locação de imóveis	Oneroso	Administração pública	Baixa renda	Município/População
Reforma de unidades habitacionais	Oneroso	Administração pública	Baixa renda	Município/População
Doações de materiais para reforma	Oneroso	Administração pública	Baixa renda	Município/População

Quadro 25 – Quadro de sistematização das informações referentes à produção habitacional por programa.

Programa	Quantidade de unidades ofertadas nos últimos 5 anos	Adequação do programa às características das comunidades	Grau de dificuldade para o município contratar o Programa	Grau de dificuldade para o município operar o Programa
Mutirão da moradia	25			
Habitar Brasil	11			
Morar Melhor	30			
Cheque Moradia	12			
Total por programa	78			

Os critérios para classificar o grau de dificuldade foram:



Baixo: VERDE,



Médio: AMARELO,



Alto: VERMELHO

3. CAPACIDADE ADMINISTRATIVA

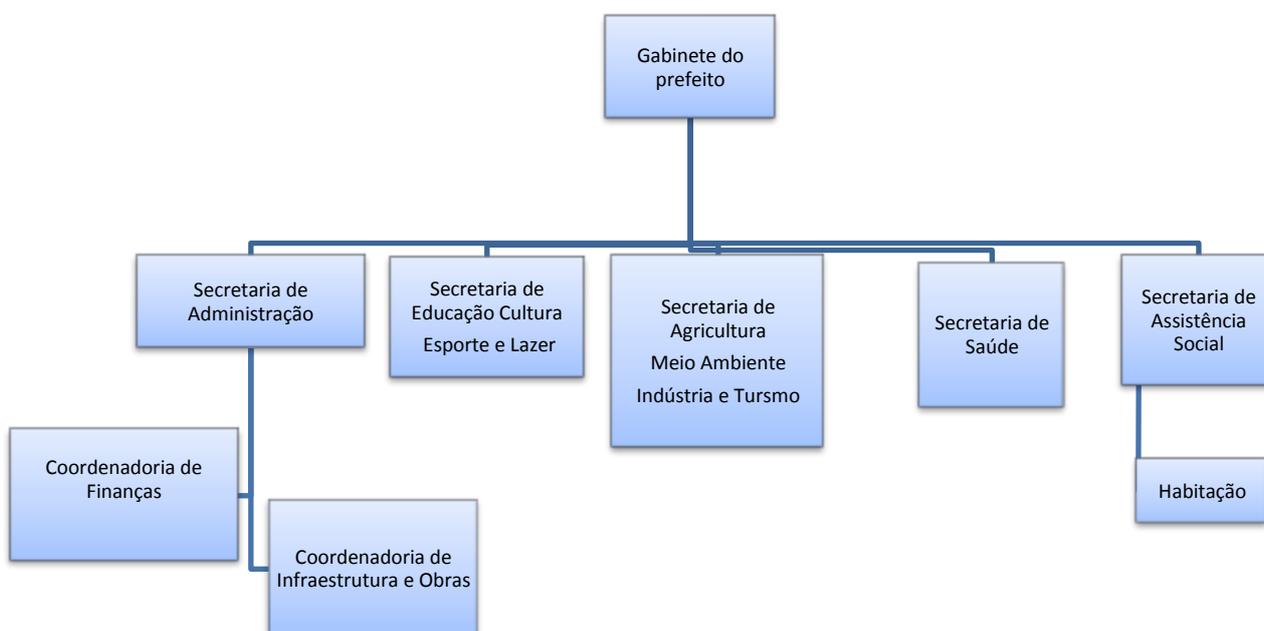
A administração pública existe para executar as atribuições de um governo, cuidando dos bens e dos direitos da sociedade seguindo conforme consta na Constituição Federal, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Em cada Estado ou município existe uma estrutura organizacional definida em Lei atendendo os pressupostos da Constituição, em nosso caso, a Lei Orgânica Municipal.

No que diz respeito à capacidade administrativa, foi importante conhecer e compreender as condições gerais da Prefeitura para conduzir a implantação do PMHIS e promover o acesso da população de baixa renda à moradia digna. Foi analisado também se a gestão habitacional é conduzida de forma articulada com as questões urbanas, sociais e ambientais. As informações foram sistematizadas no quadro 26 a seguir.

Quadro 26 – Quadro de sistematização das informações referentes à estrutura administrativa responsável pelo planejamento e gestão da política habitacional no município

Da Estrutura organizacional
A administração pública municipal (Poder Executivo) conta atualmente com 173 funcionários, sendo 135 efetivos e 38 comissionados.
A estrutura organizacional básica da Prefeitura é composta por 05 secretarias e nenhum órgão da administração indireta.
A receita corrente anual (média dos últimos quatro anos) é de R\$6.762.971,57

Organograma da estrutura organizacional básica da Prefeitura



O **órgão** setorial responsável pelo planejamento e implementação da política habitacional no município é **Secretaria Municipal de Assistência Social**.

Organograma da estrutura organizacional da pasta responsável pela habitação



Segundo a Lei da Assistência Social e Habitação sua função é assegurar, planejar, coordenar, executar a política habitacional visando amparar e proteger a família na execução de programas e ações de natureza social e habitacional e promover o desenvolvimento políticos sócios assistenciais.

Do quadro de funcionários

A **pasta de assistência social** conta atualmente com **08** funcionários, sendo **05** efetivos e **03** comissionados.

Dos **funcionários** lotados na pasta, **05** tem formação em nível superior, **nenhum** em nível técnico, **03** em nível médio, **nenhum** em nível básico e **nenhum** sem formação.

O chefe da pasta da **Assistência Social** sua formação é de nível médio.

Da logística

Atualmente, **Secretaria de Assistência social** está instalado (a) na **sede da prefeitura** e as dependências **não são** adequadas para o funcionamento da instituição.

Conta com **nenhum** veículo para atender às atividades externas.

Conta com **01** computador e os projetos não são desenvolvidos nesta pasta. Pois os programas existentes são o básico do Windows 2002/03. E os projetos específicos da habitação são confeccionados por prestadores de serviço contratados.

Das relações e articulações intergovernamentais	
<p>Como afirmado anteriormente, a gestão habitacional deve ser conduzida de forma articulada com as questões urbanas, sociais e ambientais. Preencha a coluna abaixo informando se a colocar o nome da secretaria ou órgão setorial que cuida da habitação tem recebido apoio e/ou desenvolvido parcerias para planejar e executar a política habitacional do município.</p> <p>Vermelho para ruim ● Amarelo para razoável ● Verde para boa ●</p>	
Secretaria ou área responsável por:	Nível de apoio e/ou parceria
Secretaria de Planejamento Administração	●
Assistência social	●
Obras e Coordenador de Obras	●
Secretaria do Meio Ambiente	●
Procuradoria Geral do Município	●
Secretaria de Educação e Cultura	●
Secretaria Municipal de Saúde	●

A falta de apoio por parte das secretarias é devido ao número reduzido de funcionários por pasta.

Das articulações e parcerias interinstitucionais	
<p>Será também importante avaliar as articulações e parcerias que estão sendo firmadas com outras entidades, não governamentais, com o propósito de executar a política habitacional do município. Assim preencha col● abaixo informando o nível destas articulações e parcerias.</p> <p>Vermelho quando não existir ● Amarelo quando existir de forma precária ● Verde para quando existir ●</p>	
Secretaria ou área responsável por:	Nível de apoio e/ou parceria
Setor privado da construção civil	●
Setor privado de atividade econômica de grande impacto na região	●
Movimentos populares ou entidades sociais que atuam na promoção habitacional	●
Associações de moradores	●

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

A 5ª oficina, ocorrida nos dias 15 e 16 de dezembro/10, teve como objetivo dar continuidade às atividades dedicadas aos GTLs para compor e finalizar o Diagnóstico Habitacional – 3º conteúdo do Produto 2.

As atividades iniciaram com uma palestra magna com o tema: Estado e Sociedade – Competências e Responsabilidades, ministrada pelo professor da UFG, Dr. Daniel Christiano. Em seguida foram realizadas palestras e mesas redondas, com a participação da presidência da AGEHAB, senhora Silmara Vieira e dos diretores desta Agência de Habitação, Thays Lima e Guelber Caetano e colaboração da Arquiteta e Urbanista Maria Raquel M.A. J.de Amorim da

Geratec/AGEHAB. Do IBAM participaram a senhora Eliana Junqueira e o senhor Alberto Lopes. Contou ainda com a especial participação do senhor Anderson Kazuo do Instituto Pólis, senhor André Marinho Gerente Nacional da Caixa Econômica Federal, Doutor Jeferson de Castro Vieira Assessor Especial da SEPLAN-GO, senhora Renata Gonçalves do Ministério das Cidades. Estes travaram um debate sobre as questões habitacionais, relacionadas a Habitação de Interesse Social - Estrutura Institucional (Marcos Legais, Fontes de Recursos e Subsídios, Programas e projetos habitacionais) e Capacidade Administrativa do Município. Ver a seguir figuras 01 a 06 e lista de presença do GTL em anexo.

Registro fotográfico



Figura 01: Palestra com Silmara Vieira.



Figura 02: Equipe da Agehab e membros dos GTLs na 5ª oficina.



Figuras 03 e 04: Mesa - Coordenador da AGEHAB, Gerente Nacional da CAIXA e Ass. Especial da SEPLAN-GO





Figura 05: Mesa – AGEHAB, Ministério das Cidades e IBAM



Figura 06: Mesa – AGEHAB e IBAM

Assessoria técnica da AGEHAB

No dia 28 de fevereiro de 2011 foi realizado pela tutora da AGEHAB Laila Loddi (arquiteta) e Renata Póvoa (assistente social) capacitação para a elaboração do produto 3 e atendimento para completar as pendências do produto 2 para os seguintes municípios: Britânia, Buriti de Goiás, Córrego do Ouro, Itapirapuã, Mossâmedes e Sanclerlândia. Essa atividade foi realizada em Sanclerlândia com a duração de 8 h, conforme a lista de presença em anexo.

Capacitação feita em março/11.

A equipe técnica da AGEHAB, composta pela Socióloga Cristiane Eunisse Fonseca e a tutora pedagoga Carla Gioconda Alves Pinto esteve na data de 01 de junho de 2011, no município de Mossâmedes, capacitando os GTLocais de: Mossâmedes e Buriti de Goiás para revisão e elaboração do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional, já que o mesmo participando da 5ª Oficina de Capacitação promovida pela AGEHAB, os GTL's demonstraram dificuldades para preencher as planilhas referentes ao 3º Conteúdo do Diagnóstico habitacional – Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa.

Do Grupo de Trabalho Local de Buriti de Goiás estiveram presentes na capacitação o Coordenador do GTL, Ivone Vieira Alves , e os integrantes Zaqueu Antônio Vasconcelos e Dágma Lourenço de Queiroz

Durante a capacitação foi explanado os conteúdos referentes a Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa e as orientações para o preenchimento dos Quadros que subsidiaram a elaboração do Conteúdo.



Figuras 07 e 08: Atendimento do GTL pela tutora da equipe da AGEHAB

Atividades realizadas pelo GTL

Nesta etapa do PMHIS o GTL promoveu 03 reuniões de trabalho (ver planilha abaixo) para a coleta dos dados que subsidiaram a elaboração do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional. As informações foram levantadas a partir de dados existentes na própria Prefeitura Municipal como: as leis que regulamentam e sustentam as ações para implementação da Política Habitacional no município, a capacidade administrativa de criar Programas, firmar Convênios e alocar Recursos identificando as relações e articulações interinstitucionais que viabilizam a prática de uma política habitacional em sintonia com as políticas urbanas, sociais e ambientais.

No dia 28 de fevereiro de 2011 no município sede de Sanclerlândia, os membros do GTL mesmo participando da 5ª Oficina de Capacitação do PMHIS promovida pela Agehab tiveram dificuldades para o preenchimento das planilhas do 3º Conteúdo do Produto 2 por este motivo a equipe técnica da AGEHAB, composta pelas Tutoras Renata Póvoa (Assistente Social) e Laila Loddi (Arquiteta) estiveram capacitando os GTLocais de: Sanclerlândia, Britânia, Buriti de Goiás, Corrêgo do Ouro, Itapirapuã e Mossâmedes sobre do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional. Durante a capacitação foi explanado os conteúdos referentes a Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa e as orientações para o preenchimento dos Quadros que subsidiaram a elaboração do Conteúdo em tela (lista de presença em anexo).

Ao primeiro dia e dia 16 do mês de março 2011, às 15h, reuniram-se membros do GTL na Sede da Assistência Social, situada na Avenida Deputado Solon Amaral, nº1154, centro na cidade de Buriti de Goiás com o objetivo de realizar estratégias de trabalho para a coleta de dados habitacionais e retransmitir as informações obtidas na 5ª Oficina de

Capacitação.

Quadro de sistematização das reuniões :

Atividades	Data	Coordenadores	Participantes	Objetivos Propostos	Objetivos Alcançados	Produto Resultante
Reunião GTL	01/03/2011	Ivone Vieira Alves	<ol style="list-style-type: none"> 1. Zaqueu Antônio Vascondelos 2. Ivone Vieira Alves 3. Maletth Cândida de Souza 	Traçar metas de trabalho e repassar informações sobre a 5ª oficina de Capacitação-3º conteúdo	Definição das estratégias de trabalho para a coleta de dados e elaboração do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional	Distribuição de tarefas para a coleta de dados para completar o Diagnóstico habitacional com as informações sobre a Capacidade Administrativa e Estrutura Institucional.
Reunião GTL	16/03/2011	Ivone Vieira Alves	<ol style="list-style-type: none"> 1. Zaqueu Antônio Vascondelos 2. Crigina Paula Alves Mendes 3. Maria Elaine de Aguiar 4. Ivone Vieira Alves 5. Maletth Cândida de Souza 	Estabelecer trabalho de conclusão de dados do 3º conteúdo do Diagnóstico Habitacional-P2. E iniciar a confecção de levantamento de dados para o Produto3	Definição das estratégias de trabalho para a coleta de dados e término do registro do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional	Distribuição de tarefas para sistematização dos dados para completar o Diagnóstico habitacional com as informações sobre a Capacidade Administrativa e Estrutura Institucional.

Estratégias de Ação

Produto

PMHIS

Plano Municipal de
Habitação de Interesse Social

3



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



PRODUTO 3: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE TODO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMHIS

Nesta etapa do plano, o GTL de Buriti de Goiás, senhor(a) Ivone Vieira Alves, Zaqueu Antônio Vasconcelos, Dágma Lourenço de Queiroz se reuniu para debater e discutir o diagnóstico habitacional do município e assim traçarem Estratégias de Ação.

Foram realizadas duas reuniões que contaram também com o apoio e colaboração dos demais integrantes do GTL, CGMHIS, coordenadores de PA's atores estratégicos para reflexões e desenvolvimento das etapas do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

As Estratégias de Ação foram elaboradas a partir do estudo e discussão do Diagnóstico Habitacional e desta discussão estabelecido os objetivos a serem alcançados na política habitacional do município de Buriti de Goiás.

A versão final do Plano será impressa em várias cópias e deixadas à disposição do público na Prefeitura e Câmara Municipal, Secretaria de Assistência Social para que a população possa acompanhar a implementação das propostas que nele foram elencadas e cobrar das autoridades públicas a sua efetivação.

Após a 6ª Oficina de capacitação os membros do GTL tiveram algumas dificuldades para o preenchimento das planilhas do Produto 3, em função dos obstáculos de entendimento e de acessar documentos administrativos do município e realizar levantamento de dados, a sobrecarga de funções administrativas aos integrantes envolvidos na elaboração do plano municipal, desestrutura quanto a área habitacional do município para aglomerar informações e realizar registros no PMHIS.

No entanto, as dificuldades foram superadas com o apoio e assistência técnica prestada pelas tutoras e técnicas da Agehab, em atendimento presencial no município mais próximo de Buriti de Goiás que foi em Mossâmedes no dia 01/06/2011.

Para a difusão e continuidade das informações nesta etapa dos trabalhos e apresentação dos resultados de todas as ações desenvolvidas pelo GTL, foi elaborado um quadro contendo o plano de comunicação descrito abaixo:

Plano de Comunicação.

Descrição do Local	Tipo de comunicação	Quantidade	Data de fixação	Período de permanência
Carro de som	Áudio	2	21/03/2012	2 horas

Objetivos propostos

- Rever e consolidar as principais informações e análises do Diagnóstico Habitacional;
- Estabelecer os objetivos do PMHIS atendendo as necessidades verificadas no diagnóstico habitacional;
- Propor programas e ações para enfrentar os problemas identificados, com detalhamento de prioridades, recursos, fontes de financiamento e indicadores de monitoramento;
- Indicar as áreas do município onde incidirão as ações e/ou programas propostos;
- Garantir a participação efetiva da população para a implementação do PMHIS.

Objetivos alcançados

Com o empenho e colaboração do GTL e envolvidos com a elaboração do PMHIS, foi possível estabelecer um intercâmbio com a comunidade buritiense e coletar os dados necessários para a elaboração do 3º Produto – Estratégias de Ação com a ajuda da equipe técnica da AGEHAB.

Após essa etapa do trabalho o município deu continuidade a um cronograma de atividades a serem desenvolvidas para o registro das informações contidas no Diagnóstico Habitacional, estabeleceu os objetivos do PMHIS de acordo com as necessidades existentes e propôs Programas e Ações para superar as deficiências e dificuldades diagnosticadas no município em relação à habitação, possibilitando o fortalecimento para enfrentar os novos desafios da Moradia Digna e o fortalecimento da Política Habitacional do município.

2. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

2.1. Consolidação das Informações do Diagnóstico Habitacional

O Quadro 01 proposto, tem por objetivo sintetizar o conteúdo trabalhado no Diagnóstico Habitacional. O GTL, com apoio dos atores estratégicos, levantou um conjunto de informações habitacionais para que se possa compreender a dinâmica urbana e habitacional no município que fundamentará as propostas do PMHIS.

De posse dessas informações do diagnóstico habitacional o GTL pode discutir dentro do próprio grupo, já mencionado anteriormente e com os demais atores sociais, as razões que levam a terem tantas famílias vivendo em situações precárias em um município tão pequeno. Para tanto, foram analisadas e revistas informações e dados referentes às necessidades e ofertas habitacionais, bem como a existência e aplicabilidade dos marcos regulatórios do município, no intuito de garantir melhores estratégias de ação para se descobrir os melhores caminhos para alteração desse quadro.

O município de **Buriti de Goiás** possui um déficit total de 38 moradias, e mais o acréscimo de 262 unidades habitacionais da demanda futura somados.

O diagnóstico habitacional do município levantou ainda a necessidade de melhorias habitacionais quanto à ausência de unidade sanitária exclusiva em três domicílios, necessidades de infraestrutura básica (asfalto) em três domicílios.

Outro problema foi levantado pelo GTL do município foi à inadequação fundiária que no município de Buriti de Goiás consta em aproximadamente 300 unidades que precisam da regularização fundiária. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

No município de Buriti de Goiás existe uma área municipal que pelas características, pode ser gravado como ZEIS, a área possuem 52.972,37 m², com capacidade para 176 lotes de 300 m² cada. Foram levantados 51 imóveis vazios, uma casa que foi utilizada pela CELG e 50 imóveis particulares degradados que são inviável a destinação para U.H.



Quanto à legislação urbanística, o município de Buriti de Goiás possui o Código de Postura no número 39/93 que registra sobre a licença para a localização e funcionamento comercial, industrial, prestador de serviço ou similar, regulamenta quanto ao sossego público em relação a ruídos ou sons de qualquer natureza, excessivos ou evitáveis produzidos por qualquer meio. Regulamentação quanto à utilização dos meios de publicidade e propaganda nos logradouros ou qualquer lugar de acesso ao público, como também a fiscalização de procedimentos e penalidades em relação às normas de postura como vistorias administrativas, infrações e multas. A Lei de Criação do Fundo e instituição do CGFMHIS esta na Câmara municipal aguardando votação.

A secretaria de Assistência Social conta atualmente com 08 funcionários e infelizmente não encontra apoio e cooperação técnicas de outras secretarias do município como também, não conta com o apoio de outras entidades interinstitucionais relacionadas a área habitacional. Seria importante a criação de uma secretaria ou órgão urbanístico municipal para cuidar dos assuntos e realidade precária da habitação e para uma melhor articulação garantindo a participação social no setor habitacional.

Em relação ao orçamento e recursos do município, o PPA do Município de Buriti de Goiás prevê dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social recursos para a construção, reforma, reconstrução e ampliação de unidades habitacionais de interesse social, priorizando o atendimento de famílias que possuam como renda familiar até 3 salários mínimos.





Quadro 01. Síntese do Diagnóstico Habitacional do Município (Urbano e Rural).

DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - 1º CONTEÚDO				DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - 2º CONTEÚDO				DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - 3º CONTEÚDO			
NECESSIDADES HABITACIONAIS (nº domicílios)			ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (nº domicílios)	DEMANDA FUTURA	OFERTAS HABITACIONAIS				LEGISLAÇÃO		ORÇAMENTO E RECURSOS
DÉFICIT HABITACIONAL TOTAL	DEMANDA POR MELHORIA	HABITAÇÕES EM ÁREA DE RISCO			ÁREAS	IMÓVEIS (vazios ou subutilizados)	LOTES	U.H.I.S EM PRODUÇÃO	URBANÍSTICA E AMBIENTAL	HABITACIONAL	
			nº assentamentos=	Período: 2012- 2023	(m²)	(nº imóveis)	(nº lotes)	Nº de moradias em oferta			
Domicílio Improvisados: U= 2 R= 1 T= 3	Densidade Excessiva (DE): U= 0 R= 0 T= 0	Não existe	Consolidado: (nº domicílios) Não existe	83 2012 a 2015	52.972.37 M²	51 U. H	150	30	Código de postura Lei 39/93 FALTA • Lei de Zoneamento Urbano/Leis de Uso e Ocupação do Solo • Lei de Parcelamento Urbano • Código de Edificações/Obras	Lei de Criação do Fundo e instituição do CGFMHIS esta na Câmara municipal aguardando votação	PPA = Objetivo: programa apoio a habitação- proj/ativ: 1004 - construção reforma reconstrução ampliada 100000 - recursos ordinários = R\$35.000,00 128505 - outros convenio união = R\$ 665.750,00 80 - conv. ajustes e acordos c/órgãos federal = R\$ 350.000,00 Total Geral = R\$1.050.750,00 LDO = Objetivo: programa apoio a habitação - proj/ativ: 1004 - construção reforma reconstrução ampliada 100000 - recursos ordinários = R\$35.00000 128505 - outros convenio união = R\$ 665.750,00 80 - conv. ajustes e acordos c/ órgãos federal = R\$ 350.000,00 Total Geral = R\$1.050.750,00 LOA = CONSTRUCAO REFORMA RECONSTRUCAO AMPLIADA = R\$ 365.750,00
Domicílio Coabitação: U=2 R= 2 T=4	Carência em Infraestrutura (CI): U= 3 R= 0 T= 3		Consolidável: Não existe	89 2016 a 2019							
Domicílio Rústico: U= 1 R= 0 T= 1	Inexistência de Unidade Sanitária (IUS): U= 3 R= 0 T= 3		Não consolidável: Não existe	90 2020 a 2023							
Ônus excessivo com Aluguel U= 60 R= 1 T= 61	Inadequação fundiária (IF): U= 300 R= 0 T= 300		TOTAL 262								
TOTAL: 69 U= 65 R= 04											

Legenda: R = Rural // U= Urbano. Nota: As informações deste quadro foram extraídas do Diagnóstico Habitacional do município. As 30 unidades habitacionais que estão em fase de produção não serão subtraídas do déficit, pois estas famílias já estavam selecionadas, portanto não diminuirá o déficit atual.





2.2. Objetivos, Programas e Ações do PMHIS

Os resultados do Diagnóstico Habitacional indicam os problemas que deverão ser tratados nesta etapa do PMHIS e orientaram a definição dos objetivos a serem alcançados com o Plano, tendo como referência os princípios gerais do SNHIS e diretrizes do CGFNHIS.

O Quadro 02 foi utilizado como instrumento de apoio para apresentar os objetivos, programas e/ou ações do PMHIS no município, a partir das discussões com a participação do GTL, Atores Estratégicos e da população em geral, que juntos, apresentaram possíveis soluções para os problemas habitacionais do município.

Conforme as análises do diagnóstico habitacional foram criados diretrizes e objetivos para a solução das questões relacionadas à habitação de interesse social e de infraestrutura urbanística. O município de Buriti de Goiás levantou a necessidade de 331 moradias de interesse social a famílias de baixa renda, sendo 69 U.H para o déficit atual e 262 para demanda futura por moradias.

Quanto à demanda por melhorias habitacionais, o GTL do município equacionou as necessidades habitacionais de infraestrutura, construção de equipamentos sociais, reforma ampliação e doação de unidades sanitárias exclusivas às famílias carentes que não as possuem. De acordo com as diretrizes gerais do CGFNHIS que prevê a promoção e apoio à regularização, à ocupação e ao uso do solo urbano para assegurar a realização da regularização fundiária, o município possui 300 unidades habitacionais de interesse social com inadequação fundiária.

O Plano prevê também o incentivo à implementação de processos participativos e mecanismos de monitoramento e controle social no planejamento, na gestão e na implementação de programas habitacionais de interesse social e a estruturação de leis municipais direcionadas a criação de instrumentos urbanísticos em conformidades com o Estatuto das Cidades.

Quadro 02. Objetivos e Diretrizes do PMHIS

DIAGNÓSTICO HABITACIONAL		DIRETRIZES	OBJETIVOS
I.	Déficit habitacional de 331 U. H, sendo 262 de demanda futura e 69 do déficit habitacional atual	Otimizar e ampliar a produção de moradias.	A. Construção de 331 moradias, sendo 65 urbanas, 04 na área rural e 262 da demanda futura
II.	Regularização Fundiária	Promover a regularização fundiária.	B. Promover a regularização fundiária para famílias de baixa renda de 300 domicílios
III.	Demanda por melhoria	Melhorias habitacionais e reforma de moradias	C. Melhorias Habitacionais Infraestrutura – asfalto Unidade sanitárias
IV.	Falta de assistência técnica	Oferecer assistência técnica gratuita nos empreendimentos HIS	D. Assistência técnica na construção de novas unidades e/ou melhoria a todas as famílias com renda até 3 SM
V.	Ausência de Marcos Legais	Promover ações estratégicas para o desenvolvimento institucional do município.	E. Elaborar instrumentos legais urbanísticos: Código de Edificações/ Obras Lei de Parcelamento Urbano Lei de Zoneamento Urbano /Uso e ocupação do Solo

As propostas do PMHIS para organizar a atuação do Município no campo da política habitacional serão expressas por meio de programas (e ações) a serem estruturadas para atenderem às necessidades habitacionais mapeadas no diagnóstico e alcançar os objetivos traçados para o plano. O Quadro 03 foi utilizado para organizar as informações, correlacionando problemas e medidas. Observou-se que para o enfrentamento de um determinado problema, são necessárias diversas medidas ou procedimentos.

Neste quadro o GTL procurou identificar os tipos de ações a serem desenvolvidas conforme as necessidades e objetivos levantados no Quadro 1 e 2. As ações aqui definidas servirão para nortear os programas habitacionais implantados no município.



Quadro 03. Identificação de Tipos de Ações a serem Desenvolvidas.

Diagnóstico Habitacional*		I. Déficit de 331 U.H sendo 262 da demanda Futura e 69 do déficit atual	II. Regularização fundiária	III. Demanda por melhoria habitacional	IV Falta de assistência técnica	V. Ausência de Marcos Legais
Objetivos do PMHIS**		A. construção de 331 moradias, sendo 65 urbanas, 04 na área rural e 262 da demanda futura	B. Regularizar situação fundiária de 300 unidades habitacionais.	C. Melhoria Habitacional Infraestrutura – asfalto Construção de unidades sanitárias	D.Oferecer assistência técnica gratuita as famílias de até 3SM	E.Elaborar instrumentos legais urbanísticos: Código de Obras/ Edificações Lei de Parcelamento Urbano, Zoneamento Urbano/Use e ocupação do Solo
1	Urbanização	X		X		
2	Regularização Urbanística e Fundiária		X			
3	Melhorias habitacionais			X		
4	Relocação de unidades			X		
5	Eliminação de Riscos			X		
6	Produção de unidades de moradia	X				
7	Produção de lotes urbanizados					
8	Apoio à produção habitacional de iniciativa popular	X				
9	Fortalecimento da economia familiar					
10	Qualificação de mão-de-obra				X	
11	Promoção de inserção cultural e sócio comunitária das famílias	X		X		
12	Implantação de equipamentos urbanos (educação, saúde, etc.)	X		X		
13	Estruturação/Fortalecimento do setor habitacional do município	X	X			X
14	Revisão/elaboração de normas e planos	X	X			X
15	Organização, sistematização e tratamento de informações		X			X
16	Fortalecimento dos canais de participação social	X		X		X
17	Articulação interna (entre setores da prefeitura) e externa (com agentes públicos e privados)	X	X	X		X
18	Capacitação de técnicos municipais				X	
19	Infraestrutura básica			X		
20	Revisão e atualização de cadastro municipal	X	X	X		
21	Fortalecimento da administração municipal					X

2.3. Etapas, Responsáveis e Parceiros

O Quadro 04 se destina a fazer o detalhamento dos programas necessários para a execução do Plano Habitacional de Interesse Social. Portanto todos os programas serão criados a partir do PMHIS. Procurou-se detalhar as ações previstas, especificando os responsáveis por garantir sua realização, recursos e fontes de financiamento.

Para o detalhamento destes programas foi consultado o Quadro 23 (Diagnóstico Habitacional): Síntese dos Programas e Fontes de financiamento habitacional. Neste quadro é possível visualizar os programas, recursos e fontes de financiamento oneroso e não-oneroso, servindo de instrumento para a gestão de uma política habitacional do município para o interesse social. Quanto ao órgão responsável e órgãos parceiros, o GTL recorreu à etapa do Diagnóstico habitacional, em que consultou o Quadro 26 que relata da estrutura organizacional. Este quadro apresenta a estrutura administrativa responsável pelo planejamento e gestão da política habitacional no município, assim, pode definir qual secretaria e/ou entidade será capaz de gerir os recursos relacionados à habitação.

Esses programas serão encaminhados à Câmara Legislativa do município e deverão atender as famílias de baixa renda (0 a 3 SM), e serão contemplados em rubricas específicas do FEHIS e FMHIS. Todos os Programas exigem ações por parte do poder público para realizar parcerias com o governo estadual e união e buscar recursos junto ao Ministério das Cidades, Secretaria das Cidades e AGEHAB.

A Secretaria Municipal de Assistência Social é a responsável pela política de habitação do município e caberá a ela implementar os programas, propor projetos para captação de recursos, atendendo as diretrizes dos programas, realizar cadastramento das famílias e estabelecer parcerias com as demais secretarias municipais.

Caberá ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e à comunidade local, o monitoramento do PMHIS e acompanhamento das atividades de implementação dos programas e tomada de contas do Plano, podendo rever suas ações e também propor novas formas de funcionamento do mesmo.



Quadro 04. Programas e Ações – Detalhamento e Funcionamento

Programa	Objetivos	Ações Previstas	Fontes de Financiamento	Órgão Responsável	Órgãos Parceiros/ Entidades
Construir Melhor	Construção de 331 U.H, sendo 65 urbanas, 04 rurais e 262 da demanda futura	1; 6; 8; 11; 12; 13; 14; 16; 17;20	FMHIS FEHIS FNHIS FPM FUNASA	Secretaria de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Administração Coordenadoria de Finanças Coordenadoria de Infraestrutura e Obras AGEHAB FUNASA
Morar com Dignidade	Regularizar situação fundiária de 300 unidades habitacionais	2; 13; 14; 15;17;20	Prefeitura municipal AGEHAB	Secretaria de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Administração Coordenadoria de Finanças Coordenadoria de Infraestrutura e Obras AGEHAB FUNASA
Casa Melhor	Melhoria Habitacional	1; 3; 4; 5; 11; 12; 16; 17 ; 19;20	FMHIS FEHIS FNHIS FPM FUNASA	Secretaria de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Administração Coordenadoria de Finanças Coordenadoria de Infraestrutura e Obras AGEHAB
Assistência técnica	Oferecer assistência técnica gratuita as famílias de até 3 SM	10 e 18	FMHIS FEHIS FNHIS FPM FUNASA	Secretaria de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Administração Coordenadoria de Finanças Coordenadoria de Infraestrutura e Obras Câmara municipal AGEHAB
Criação de Marcos Regulatórios	Elaborar instrumentos legais urbanísticos: <ul style="list-style-type: none"> Código de Obras/ Edificações Lei de Parcelamento Urbano, Zoneamento Urbano/Use e ocupação do Solo 	13;14;15;16; 17;20	FMHIS	Secretaria de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Administração Coordenadoria de Finanças Coordenadoria de Infraestrutura e Obras AGEHAB FUNASA





Os programas e ações discriminados neste Plano Habitacional são para demarcar todos os problemas habitacionais do município de Buriti de Goiás que precisam ser resolvidos quanto às questões habitacionais e urbanísticas. Nisto, os programas elencados foram registradas de forma a contemplar cada situação habitacional que precisa de soluções emergenciais em curto e longo prazo, como também, ações previstas que busquem fortalecer a política habitacional do município de Buriti de Goiás levando em consideração as características físicas, sociais e culturais para o bom desenvolvimento de moradias de interesse social dos buritienses.

Com o levantamento dos problemas habitacionais do município foram elencados 05 cinco programas habitacionais a serem implantados no município de Buriti de Goiás. Com estes programas em desenvolvimento prevê que se diminua a situação de unidades habitacionais improvisadas, ônus excessivo com aluguel, regularização fundiária, coabitação familiar involuntária, inexistência de unidade sanitária exclusiva, domicílios rústicos e carência de infraestrutura, abrangendo todo o território municipal em suas áreas urbana e rural.

Todos os programas especificados buscam também assegurar a realização das deliberações perante o CGMHIS e garantir a monitoria para o desenvolvimento e implantação do PLHIS.

Os programas propostos visam à busca da melhoria do setor habitacional no município através da construção de 330 novas unidades habitacionais para famílias de baixa renda. A organização das situações de documentação em cartório para 300 famílias que não possuem condições de realizarem a regularização fundiária. Melhorias habitacionais quanto a carência de infraestrutura e unidades sanitárias exclusiva por famílias. Também visam atualização e criação de marcos regulatórios e propõe a oferta de assistência técnica.

Desta forma, haverá uma promoção quanto à inserção cultural e sociocomunitária das famílias de baixa renda envolvidas no processo de assegurar a realização dos programas especificados no PMHIS, que fortalecerá o setor habitacional do município.

Para tanto, é necessário concomitante ao desenvolvimento dos programas habitacionais, seja realizado a revisão do plano municipal de habitação de interesse social para que a organização das informações, e dados habitacionais coletados sejam sistematizados e tratados de forma a explicar as informações da área habitacional para a população e com isto seja fortalecido os canais de participação social através da articulação



entre os setores municipais e ou privados do setor habitacional.

2.4. Prioridades de Atendimento

Após a definição dos programas e ações, o GTL com auxílio do atores estratégicos e representantes da comunidade local, procurou-se indicar as prioridades de contemplar a população necessitada, portanto, para cada programa e ação foi indicada a demanda prioritária a ser atendida. Foram consideradas a gravidade dos problemas e a vulnerabilidade da população.

O Quadro 05 apresenta uma síntese de critérios para priorização de programas e ações, como sugestões para utilização no plano do município. No Quadro 06 – Programas e Ações – Prioridades de Atendimento – enquadra os programas habitacionais de acordo com os critérios de atendimento selecionados e descreve as áreas prioritárias para receber investimentos.

Quadro 05. Síntese de critérios para priorização de programas e ações

Lista de Sugestões de Critérios
Quanto ao perfil socioeconômico da população
Famílias com renda mensal de até 3 SM
Famílias com renda mensal de 3 SM até 5 SM
Famílias com renda mensal de mais de 5 SM
Famílias chefiadas por mulheres
Famílias com idosos e/ou pessoas deficientes
Famílias de origem indígena
Quanto às características da localização
Domicílios situados em áreas com precariedade de infraestrutura
Domicílios situados em APP ou áreas de interesse ambiental
Quanto às características do domicílio
Domicílios rústicos
Domicílios com ônus excessivo com aluguel
Domicílios improvisados
Domicílios com Coabitação Familiar involuntária
Domicílios sem unidade sanitária exclusiva
Domicílios carentes de infraestrutura básica – asfalto



Quadro 06. Programas e Ações – Prioridades de Atendimento

Programa	Prioridades de Atendimento	Áreas Prioritárias para Receber Investimentos
<p>Construir Melhor</p> <p>São 69 do Déficit atual e 262 da Demanda Futura por moradia.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1º. Famílias com renda mensal de até 3 SM 2º. Famílias chefiadas por mulheres 3º. Famílias com idosos e/ou pessoas deficientes 4º. Famílias indígenas 5º. Famílias que vivem em domicílios rústicos – casas de pau a pique 6º. Famílias que vivem em domicílios com coabitação familiar 7º. Famílias que vivem em domicílios improvisados 8º. Famílias que possuem ônus excessivo com aluguel 	<p><i>Setor Serra Azul</i> <i>Setor Serra Dourada</i> <i>Setor Central</i></p>
<p>Morar com Dignidade</p> <p>(Regularização Fundiária)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1º. Famílias com renda mensal de até 3 SM 2º. Famílias chefiadas por mulheres 3º. Famílias com idosos e/ou pessoas deficientes 4º. Famílias indígenas 	<p>Setor Serra Azul</p>
<p>Casa Melhor</p> <p>(Melhoria Habitacional)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carência de Infraestrutura • Inexistência de unidade sanitária 	<ol style="list-style-type: none"> 1º. Famílias com renda mensal de até 3 SM 2º. Famílias chefiadas por mulheres 3º. Famílias com idosos e/ou pessoas deficientes 4º. Famílias indígenas 5º. Domicílios carentes de infraestrutura urbana e rural 6º. Domicílios carentes de unidades sanitárias exclusivas 	<p><i>Setor Serra Dourada</i> <i>Vila Mutirão</i> <i>Setor Central</i> <i>Setor Novo Horizonte</i></p>
<p>Assistência técnica</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1º. Famílias com renda mensal de até 3 SM 2º. Famílias chefiadas por mulheres 3º. Famílias residentes no município por tempo igual ou superior a 5 anos 4º. Famílias com idosos ou pessoas deficientes; 	<p>Área urbana e rural</p>
<p>Criação de Marcos Regulatórios</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1º. Criação do Código de Obras/Edificações 2º. Criação da Lei de Parcelamento Urbano 3º. Criação da Lei de Zoneamento/Uso e ocupação do Solo. 	<p>Área Urbana</p>

2.5. Metas, Recursos, Fontes de Financiamento e Cenários.

Para estabelecer as metas dos programas, recursos, fontes de financiamento dos programas e construir cenários de investimentos no setor habitacional, é preciso, antes, estimar os custos totais para atendimento das necessidades habitacionais e da demanda futura.

Para efetuar a estimativa de custos o GTL realizou pesquisas no comércio local, junto aos profissionais da área de construção civil. Os valores estimados no Quadro 07 correspondem às estimativas de custos para atendimento das necessidades habitacionais que relaciona o montante de investimentos que o município precisará aplicar para tratar dos problemas e questões identificadas a partir do diagnóstico habitacional.

Quadro 07. Estimativas de custos para atendimento das necessidades habitacionais acumuladas e da demanda futura

Produto Habitacional	Custos Médios para o Município				
	Quantidade	Terreno	Construção/ Execução	Estudos e Projetos (3%)*	Total
Unidade Sanitária	3	-	4.200,00	126,00	12.978,00
Unidade Habitacional (56 m ²)	331	10.000,00	24.000,00	720,00	11.492.320,00
P.T.T.S – Projeto de Trabalho Técnico Social	330	-	-	300,00	99.000,00
Regularização Fundiária	300	-	800,00	24,00	247.200,00
Atualização e elaboração de Leis Urbanísticas	03	-	R\$ 3.500,00	-	10.500,00
Contratação de Assistência Técnica por um engenheiro ou arquiteto	01	-	-	R\$ 3.500 ao mês	42.000,00 ao ano
Infraestrutura (asfalto)	210 m ²	-	30,00 po m ²	-	6.300,00

Não há assentamentos no município.

* Para este valor utilizou-se o calculo de 3% do valor previsto para construção e execução.



O Quadro síntese - 8, 9 e 10 – Cenários Conservador e Otimista refere-se aos custos estimados para o atendimento das necessidades habitacionais acumuladas e da demanda futura. Os números foram comparados com o investimento apresentados no PPA nas ações de habitação do município para a montagem do primeiro cenário de investimento que será um **cenário conservador**. Neste cenário, considerou-se os investimentos propostos nos últimos anos e que serão mantidos no mesmo patamar durante o período de vigência do PMHIS, ou seja, 2012 a 2023.

Para o **cenário otimista** considerou-se os investimentos a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC- 285/08), conhecida como PEC da Moradia Digna, que prevê 1% do orçamento geral do município para habitação. Deste modo, foi verificada a média orçamentária dos últimos quatro anos e a partir desse valor estimou-se 1% ao ano para ser destinado à construção de UHIS. Nesse cenário é possível verificar que as necessidades habitacionais poderão ser sanadas ainda no período de vigência do PMHIS.

Na composição do Cenário Conservador e Otimista levou-se em consideração a participação dos municípios com até 5% do valor dos investimentos em habitação, para o Estado seriam 5 vezes mais esse valor e à União caberia 14 vezes a mais o valor dos investimentos.

Considerando os investimentos nos dois cenários – conservador e otimista – é possível vislumbrar o investimento necessário para se atacar o passivo habitacional existente e atender a demanda futura.





Quadro síntese 8,9 e 10 – Cenários Conservador e Otimista – Previsão de recursos para implementação do PMHIS – 2012-2023.

Esfera de Governo	Fontes	Composição do investimento em % (*)	Cenário Conservador (recurso gasto com habitação)	Cenário Otimista (recurso destinado à construção de unidades habitacionais)
Município	Orçamento, FMHIS	5%	PPA (2010 a 2013)= R\$0,00 Média anual: $R\$ 00.000,00 \div 4 = R\$ 0,00$ Estimativa para o período de 2012 a 2023: $R\$ 00.000,00 \times 12 = 00.000,00$	1% do orçamento municipal anual (PEC da Moradia Digna) Orçamento Municipal (média 2007 -2010): $R\$ 6.762.971,57 \times 1\% = R\$ 67.629,71$ (anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: $R\$ 67.629,71 \times 12 \text{ anos} = R\$ 811.556,58$
Estado	OGE/FEHIS/AGEHAB/ CIDADES/AGDR	25%	$5 \times R\$ 00.000,00 = 00.000,00$ (anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: $R\$ 00.000,00 \times 12 = R\$ 0,00$	$5 \times R\$ 67.629,71 = R\$ 338.148,57$ (anual) $R\$ 338.148,57 \times 12 \text{ anos} = 4.057.782,94$
União	OGU/FNHIS/SNHIS (FGTS, FDS, SBPE)	70%	$14 \times R\$ 00.000,00 = 00.000,00$ (anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: $R\$ 00.000,00 \times 12 = 0,00$	$14 \times R\$ 67.629,71 = R\$ 946.816,01$ (anual) $R\$ 946.816,01 \times 12 \text{ anos} = 11.361.792,23$
TOTAL GERAL			$R\$ 00.000,00$ (anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: $R\$ 00.000,00$	$R\$ 1.352.594,31$ (anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: $R\$ 16.231.131,75$

(*) O MCidades estabelece como percentuais para as contrapartidas no investimento habitacional os valores definidos nos Protocolos de Cooperação Federativa firmados com a União, ou percentuais considerando a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, tendo como limite mínimo: de 2% a 8% municípios com IDH de 0,5 a 0,7; e de 20% para municípios com IDH maior que 0,7 (Fonte: Manual de instruções para aprovação e execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no PAC – Exercício 2010/2011).

Para composição do investimento o Município participa com 5% do valor estimado para investimento destinado à construção de HIS, o Estado participa com 5 vezes a mais que o valor investido pelo município e a União participa com valor de 14 vezes a maior que o do município.





No Quadro 11 que relata sobre o “Cronograma de implementação do PMHIS”, foi possível indicar as prioridades para a implementação por etapa do plano municipal.

Para tanto, o GTL procurou distribuir os programas e ações ao longo do período de vigência proposto para o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, ou seja, prevê-se que esse plano terá vigência de 11 anos, ou seja, de 2012 a 2023, seguindo o mesmo prazo de vigência do PLANHAB.

Nesse quadro é possível visualizar se as previsões para um ou outro período não estão excessivamente sobrepostas e ainda auxilia na definição das metas possíveis de serem alcançadas em cada período. Foi estabelecido também, que ações iguais foram previstas e distribuídas em momentos diferentes no cronograma.

Os Programas fomentados pelo GTL para o atendimento das necessidades habitacionais do município visam o atendimento às famílias de baixa renda considerando um prazo de 11 anos, ou seja, foram criados programas e ações que visam à construção de moradias, e complementação das estruturas de urbanização próximas a instalação destas novas moradias, reformas necessárias, construção de unidades sanitárias, regularização fundiária e obras de infraestrutura no período de 2012 a 2023.

Relembramos que os valores atuais calculados para o desenvolvimento dos programas citados acima podem sofrer alterações de acordo com o regime econômico em que os programas serão efetivados. Por isso, de uma estimativa para que seja calculado um orçamento aproximado para que seja previsto os custos necessários para o bom desenvolvimento do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do município de Buriti de Goiás.





Quadro 11. Cronograma de implementação do PMHIS

OBJETIVO	PROGRAMA	ETAPA PREVISTA	AÇÕES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Construção de 331 UHIS sendo 65 urbanas, 04 rurais e 262 da demanda futura	Construir Melhor	Etapa A: Construção de 65 casas urbanas	Ação A: Construção	-	65x34.720,00 2.256.800,00												
			Ação B: P.T.T.S.	-	65x300,00 19.500,00												
		Etapa B: Construção de 4 casas rurais	Ação A: Construção	-	04x34.720,00 138.880,00												
			Ação B: P.T.T.S.	-	04x300,00 1.200,00												
		Etapa C: Construção de 262 da demanda futura	Ação A: Construção	-				83x34.720,00 2.881.760,00					89x34.720,00 3.090.080,00				90x34.720,00 3.124.800,00
			Ação B: P.T.T.S.	-				83x300,00 24.900,00					89x300,00 26.700,00				90x300,00 27.000,00
TOTAL DO PROGRAMA				-	2.381.360,00	-	2.906.660,00	-	-	-	3.116.780,00	-	-	-	3.151.800,00		
OBJETIVO	PROGRAMA	ETAPA PREVISTA	AÇÕES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Regularização de 300 domicílios	Moradia Legal	Etapa A: Regularizar a documentação de 300 domicílios da área urbana	Ação A: Regularização fundiária urbana de 300 lotes	-	30x824,00 24.720,00	30x824,00 24.720,00	30x824,00 24.720,00	30x824,00 24.720,00	30x824,00 24.720,00	30x824,00 24.720,00	30x824,00 24.720,00	30x824,00 24.720,00	30x824,00 24.720,00	30x824,00 24.720,00			
TOTAL DO PROGRAMA					24.720,00	24.720,00	24.720,00	24.720,00	24.720,00	24.720,00	24.720,00	24.720,00	24.720,00	24.720,00	24.720,00	-	



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS



OBJETIVO	PROGRAMA	ETAPA PREVISTA	AÇÕES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Melhorias Habitacionais	Casa Melhor	Etapa A: Ampliação de moradias com DE	Ação A: 03 Unidades sanitária			03x4.326,00 12.978,00									
		Etapa B: Infra - estrutura	Ação A: infraestrutura Asfalto 210 m ²			6.300,00									
TOTAL DO PROGRAMA						19.278,00									

OBJETIVO	PROGRAMA	ETAPA PREVISTA	AÇÕES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Criação de instrumentos urbanísticos tais como Código de Obras/ Edificação, Lei de Parcelamento Urbano, Zoneamento/ Uso e ocupação do Solo.	Atualização e criação de Marcos Regulatórios	Etapa A: Criação de Marcos regulatório	Ação A: Criação do Código de Obras/ Edificações	3.500,00												
			Ação B: Criação da Lei de Parcelamento Urbano	3.500,00												
			Ação C: Criação do Zoneamento Urbano/ Uso e ocupação do Solo	3.500,00												
Total do Programa				10.500,00				-	-	-	-	-	-	-	-	



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS



OBJETIVO	PROGRAMA	ETAPA PREVISTA	AÇÕES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Oferecer assistência técnica na construção de U.H e/ou melhoria a todas as famílias com renda até 3 SM	Assistência técnica	Etapa A: Assistência Técnica a famílias de baixa renda	Ação A: Contratação de um arquiteto ou engenheiro	-	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00
Total do Programa				-	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS				10.500,00	2.483.100,00	85.998,00	2.973.380,00	66.720,00	66.720,00	66.720,00	3.183.500,00	66.720,00	66.720,00	66.720,00	3.193.800,00





2.6. Localização onde incidirá as ações da Política Habitacional

Além de compreender o processo de ocupação do território, quantificar as necessidades habitacionais e identificar os assentamentos precários no município, o GTL indicou no mapa, as áreas em que as ações e programas que atingirão deste modo, além de levantar a quantidade de unidades habitacionais a serem construídas no período de vigência do plano habitacional, foram demarcados no mapa designado como: Mapa das ações propostas à região em que essas novas unidades habitacionais serão construídas.

O **Mapa 01: Mapa das ações propostas** – é a representação gráfica que demonstra onde incidirão as propostas do PMHIS, contendo a área destinada à produção de HIS, gravadas ou não como ZEIS, promoção de infraestrutura, melhorias habitacionais, assentamento a ser consolidada, área para regularização fundiária entre outros. Ver **Mapa 01** a seguir.

MUNICÍPIO DE BURITI DE GOIÁS - GO

Mapa das estratégias de ação



PMHIS

Mapa das estratégias de ação

REGINA MARIA COSTA LIMA
PREFEITA

Responsável Técnico
AGÊNCIA GOIÂNIA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

— LIMITE DE BARRIO
— ESTRUTURA VIÁRIA PRINCIPAL

ÁREA DESTINADA À PRODUÇÃO DE VILAS E IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXOS

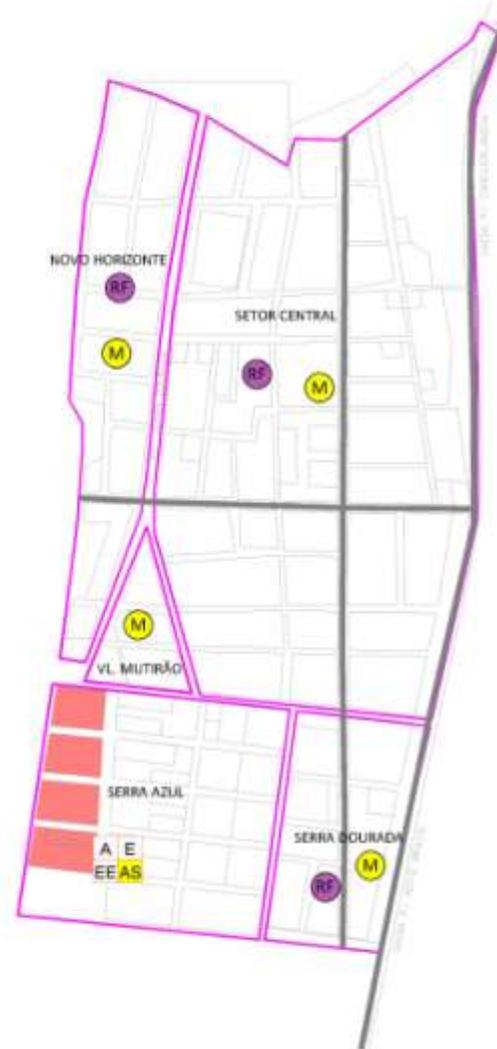
ÁREAS DE ZONAMENTO URBANO DESTINADAS À PRODUÇÃO DE VILAS

M MELHORIA HABITACIONAL

RF REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A, E, EE, AS PROMOÇÃO DE INFRAESTRUTURA

APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



Folha:
01/01

Tudo de bom caráter
© 2014 SAPH | Data: 15/07/12 | Escala: 1/5000

2.7. Indicadores e estratégias de monitoramento, avaliação e revisão do PMHIS

Para que o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social seja efetivado de maneira dinâmica e participativa com a comunidade, este deverá ser monitorado desde o primeiro momento de sua implantação municipal. O que exige uma estruturação mínima de sistema e de circulação das informações, e mecanismos de participação da sociedade com o objetivo de acompanhar os resultados da política habitacional.

Os indicadores são os instrumentos utilizados para mensurar o desempenho dos programas e ações apresentados. Para tanto, é necessário monitorar se as ações e programas foram implantadas e atingidas de forma consistente, dentro de um período de quatro anos pré estabelecido período este demarcado pela administração política e pública. Devendo assim ser analisado conforme o Quadro 12: indicadores para monitoramento – sendo que a eficácia avalia quando o número estabelecido pelas ações e/ou programas, estipulados no Quadro 11, foram atendidas de modo satisfatório, neste caso, mais de 80%. Depois deve ser observada a eficiência, em que se verifica se o custo estimado for o mesmo gasto na execução do programa; e por último deve se monitorar a efetividade verificando qual o percentual da população com renda de até 3 SM foi atendido gerando a evolução geral do bem estar social e das condições e necessidades habitacionais.

As metas estabelecidas no PMHIS foram previstas para um período de 12 anos. Com isto, para o desenvolvimento do Programa Casa Melhor foi prevista a reforma e ampliação de 57 U.H.I.S para o ano de 2012 com orçamento de R\$ 1.443.810,00.

Para o período do ano de 2013 a 2017 o Programa Construir Melhor construção de 330 unidades habitacionais com orçamento de R\$ 8.358.900,00. Para a sistematização da regularização fundiária foi prevista o seu desenvolvimento para o período de 2018 a 2021 com o Programa Morar com Dignidade para 300 unidades habitacionais com orçamento de R\$ 339.000,00. Estes programas irão atender prioritariamente famílias com até 3 S.M, idosos e deficientes e , família que sejam chefiadas por mulheres.

O Conselho Gestor do FMHIS deverá observar se esses programas e ações foram eficazes no cumprimento do número total previsto, se foram eficiente quanto ao orçamento previsto para cada período e se obtiveram eficiência ao beneficiar as famílias carentes do município de acordo com as prioridades previamente estabelecidas.



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BURITI DE GOIÁS

Quadro 12. Indicadores para monitoramento

Programa	Metas				Indicadores								
	2012-2015	2016-2019	2020-2023	Total	Eficácia			Eficiência			Efetividade		
					2015	2019	2023	2015	2019	2023	2015	2019	2023
Construir Melhor	Construção 151 U.H	Construção 89 U.H	Construção 90 U.H	330 U.H	151 U.H	89 U.H	90 U.H	151 U.H R\$5.323.040,00	89 U.H R\$3.116.780,00	90 U.H R\$3.151.800,00	151 U.H DI, DC, DR, OE e DF	89 U.H DF	90 U.H D.F
Moradia Legal	90 domicílios	120 domicílios	90 domicílios	300 Domicílios	90 domicílios	120 domicílios	90 domicílios	90 domicílios R\$74.160,00	120 Domicílios R\$98.880,00	90 Domicílios R\$74.160,00	90 Domicílios	120 Domicílios	90 Domicílios
Casa Melhor	03 Unidade sanitária Infraestrutura Asfalto 210m ²	-	-	03 Unidade sanitária Infraestrutura Asfalto 210m ²	03 Unidade sanitária Infraestrutura Asfalto 210m ²	-	-	03 Unidade sanitária R\$ 12.978,00 Infraestrutura Asfalto 210m ² R\$6.300,00	-	-	03 Unidade sanitária Infraestrutura Asfalto 210m ²	-	-
Criação de Marcos Regulatórios	criação de Leis	-	-	criação de Leis	criação de Leis	-	-	criação de Leis R\$10.500,00	-	-	criação de Leis	-	-
Assistência Técnica	Assistência Técnica para construção e reforma	Assistência Técnica para construção e reforma	Assistência Técnica para construção e reforma	Assistência Técnica	Assistência Técnica para construção e reforma	Assistência Técnica para construção e reforma	Assistência Técnica para construção e reforma	Assistência técnica R\$ 126.000,00	Assistência técnica R\$168.000,00	Assistência técnica R\$168.000,00	Assistência técnica a famílias de até 3 SM	Assistência técnica a famílias de até 3 SM	Assistência técnica a famílias de até 3 SM



Recomenda-se que o monitoramento seja realizado no primeiro ano de cada mandato para se fazer os devidos ajustes ao **PPA** e **PMHIS** de acordo com o que foi previsto no quadro 12. O conselho gestor, **GTL** e secretaria responsável pela habitação possam realizar este monitoramento de acordo com os indicadores. É possível também que determinados programas alcancem suas metas totais antes do prazo previsto para o **PMHIS** como um todo, e uma reestruturação do próprio plano habitacional para ajustar as propostas daqueles programas que se encontrarem em atraso quanto a sua efetivação.

O processo de avaliação e monitoramento deve envolver os diversos órgãos da administração municipal, em especial os que desenvolvem atividades relacionadas ao **PMHIS**, e a sociedade civil, tais como: Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (**CGFMHIS**) e a comunidade local.

Além dessas revisões no **PPA** é necessário prever outros momentos e instâncias, em intervalos mais curtos de tempo para novos olhares para o Plano Habitacional, determinados no Quadro 13 – Estratégia para avaliação e revisão do **PMHIS**.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social sob a presidência da Secretária Promoção Social irá convocar reuniões duas vezes ao ano para apreciar a execução das ações previstas no **PMHIS**, podendo estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do **FMHIS** e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais.

Desta forma, juntamente com a periodicidade de revisão do **PMHIS** será encaminhado perante a Câmara municipal para que o Plano Habitacional de Habitação de Interesse Social seja aprovado como Lei municipal, e assim, dar veracidade as propostas elencadas e sugeridas no **PMHIS**.

Com a estimativa de que o Plano habitacional será revisado periodicamente independente da gestão municipal, este documento estará disponibilizado em locais públicos para que órgãos, secretarias municipais e sociedade civil possam consultá-los. Estes locais serão: a própria Secretaria da Promoção Social que sedia as questões habitacionais, na Câmara Municipal, nos Pontos e Apoio em que a população tem fácil acesso.

Quadro 13. Estratégia para avaliação e revisão do PMHIS

Instância de Participação e Controle Social	Participantes	Periodicidade	Observações
Conselho gestor do FMHIS	Representantes do executivo, legislativo e movimentos populares	Bimestral	-
Conferência da cidade	Representantes do executivo, legislativo e movimentos populares	A cada Dois anos	Realizada em parceria com a secretaria das cidades
Audiência pública	Representantes do executivo, legislativo, movimentos populares e comunidade em geral	Anual	A convocação ocorrerá mediante edital
Grupo de Trabalho Local - GTL e assistência social	Todos os membros	Reuniões constantes para revisão e complementação do PMHIS	-

3.RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

6ª Oficina de Capacitação – Estratégias de Ação – Produto 3

A 6ª Oficina de Capacitação – Estratégias de Ação – Produto 3 ocorreu nos dias 14 e 15 de abril/11. A abertura do evento ocorreu no auditório da CELG, contando com a presença de autoridades municipais, prefeitos, vereadores, secretários e governamentais representada pelo Excelentíssimo vice-governador e presidente da CELG, senhor José Eliton, pelo presidente da AGEHAB, senhor Marcos Abrão Roriz, pelo secretário da cidades senhor Armando Virgílio e outras autoridades que se fizeram presentes.

No primeiro momento os prefeitos realizaram a assinatura dos Termos de Aditivo aos Convênios de Cooperação Técnica dos municípios com a AGEHAB, em seguida foi ministrada uma palestra sobre Estratégias de Ação pelo IBAM.

No segundo momento, realizado na PUC (Pontifícia Universidade Católica), os membros do GTL puderam expor o conteúdo 3 do Diagnóstico Habitacional em sala de aula, juntamente com as tutoras de cada município.

No dia 15/04 no mesmo local, as atividades foram todas voltadas à orientação presencial aos GTLs dos municípios do Território da Cidadania, Participação Plena e Participação Especial, na qual foi dada orientação sobre o conteúdo relacionado às Estratégias de Ação para compor o Produto 3 do PMHIS.

O objetivo da atividade foi orientar os integrantes do GTL, especialmente sobre a elaboração dos quadros que compõem o roteiro da 6ª oficina. As técnicas da Agehab, Aline Spirandelli (arquiteta) e Cristiane Fonseca (Socióloga) com apoio da equipe do IBAM apresentaram os conteúdos do roteiro orientando os representantes do GTL quanto às diretrizes gerais sobre as Estratégias de Ação do PMHIS, consolidação das informações do Diagnóstico Habitacional, formulação das Estratégias de Ação e elaboração do documento final de - Produto 3.

Dos 31 municípios do Território da Cidadania, compareceram 27, os demais receberam orientação presencial das tutoras em seus municípios.



Figura 01: Equipe do IBAM na capacitação às tutoras da AGEHAB para a 6ª oficina



Figura 02: Presidente da AGEHAB e autoridades governamentais na abertura da 6ª oficina



Figura 03: Assinatura dos Termos Aditivos dos Convênios de Cooperação Técnica dos municípios com a AGEHAB



Figura 04: 6ª Oficina – Prefeitos e GTLs dos municípios.



Figura 05: Sala de aula - Capacitação do GTL



Figura 06: Participação do IBAM na 6ª Oficina.



Figura 07: Sala de aula - Capacitação do GTL – Presença do Presidente e Diretores da AGEHAB.



Figura 08: Sala de aula - Capacitação do GTL – Presença do IBAM

Assessoria técnica da AGEHAB

Após a 6ª oficina de capacitação realizada nos dias 14 e 15 de abril/11, a equipe técnica da AGEHAB, Carla Gioconda Alves Pinto (Pedagoga) e Cristiane Eunisse Fonseca (socióloga) prestaram capacitação ao município de Buriti de Goiás no dia 04/06/2011.

Este momento foi criado para realização de capacitação local e nivelamento do conhecimento adquirido no decorrer dos ciclos de oficinas de capacitação oferecidos pela AGEHAB aos envolvidos da elaboração do PMHIS, e incentivando o GTL a dar continuidade de repasse das informações aos membros do Conselho Gestor, Coordenadores de Pontos de Apoio, e integrantes do GTL. Inicialmente foram tratadas as questões sobre o diagnóstico habitacional, confirmando e reavaliando as informações contidas no Produto 02- terceiro conteúdo. Foi ressaltada a importância das reuniões públicas para a elaboração do PMHIS e orientado ao GTL sobre a realização das mesmas com a participação popular e dos membros do Conselho Gestor do FMHIS.

Em seguida, foram feitas capacitações ao GTL para a coleta de informações para o preenchimento dos Quadros referentes ao Produto3 – Estratégias de ação e feita a

elaboração gráfica das ações propostas do Produto 3 no mapa da cidade.

Atividades realizadas pelo GTL

Audiência Pública

Realizada no dia 22/03/2012 com objetivo de apresentar e validar Produto 3 - ESTRATEGIA DE AÇÃO do PMHIS. Organizada e coordenado pelos membros do GTL, senhora Ivone Vieira Alves e Marleth Cândida de Souza. Estiveram presentes autoridades locais secretários da educação e saúde e a comunidade de Buriti de Goiás. A coordenadora do GTL a senhora Ivone inicio a Audiência explicando o passo a passo para elaboração do **Produto 3: Estratégia de Ação** destacando seu objetivo e suas diretrizes bem como os programas propostos. Após a apresentação da ultima etapa do plano a coordenadora abriu espaço para questionamentos. Foram levantados alguns questionamentos sobre o município não possuir a lei que cria o Fundo de Habitação de Interesse Social, e em quanto tempo devera ser implantado plano e quais as conseqüências da não implantação do plano. Após esclarecidas as dúvidas e acatadas as sugestões foi encerradas a audiência com a aprovação do Produto 3 Estratégia de Ação.

Anexo: Ata, lista de presença e declaração de publicidade

Registro fotográfico



Figura 09 e 10: Audiência Pública sobre o Produto 3 Estratégias de ação

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DAS CIDADES. In: www.cidades.gov.br/habitacao. Vários - acesso 2011/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. In: www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico. **Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único**. Acesso em setembro de 2011.

ROSA, J. S. e DENALDI, R. (Coord.) **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse social (EAD-PLHS)**. Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2009.

IBGE. **Censo 2010**. In: www.censo2010.ibge.gov.br Acesso em janeiro de 2012.

Governo de Goiás/SEGPLAN. **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**. In: www.seplan.go.gov.br/sepin. Acesso em dezembro de 2011.

Presidência da República/Casa Civil. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. In: www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

ANEXOS

DOCUMENTOS GERAIS



DECRETO Nº 27/010, 04 de maio de 2010.

Cria Grupo de Trabalho Local - **GTLocal**, disciplina sobre o seu funcionamento e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta no Convênio celebrado com a Agência Goiana de Habitação/SA - AGEHAB com vistas ao apoio técnico e institucional à elaboração de Planos Municipais de Habitação de Interesse Social - PMHIS em atendimento as prerrogativas do Programa Moradia Digna - Eixo Planejamento Habitacional, do Governo do Estado de Goiás.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado **Grupo de Trabalho Local - GTLocal**, com o objetivo de acompanhar a elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social do município, garantindo o cumprimento de todas as etapas previstas no Convênio supracitado e a participação popular durante todo o processo de elaboração do PMHIS, por meio dos instrumentos previstos no Plano de Trabalho, anexo 1 do Convênio.

Art. 2º O **Grupo de Trabalho Local - GTLocal**, será constituído por:

1. **Ivone Vieira Alves**, casada, portadora do CPF de nº.853960871-53, do lar; representante titular do executivo, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social.
 - 1.1 **Gilmar Tomaz da Silva**, casado, portador do CPF de nº.507468631-87, funcionário público; representante suplente do executivo, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração.
2. **Ademar Correia Martins**, casado, portador do CPF de nº.401533391-87, funcionário público; representante titular dos movimentos populares ou organizações comunitárias.
 - 2.1 **Zaquei Antonio Vasconcelos**, solteiro, portador do CPF de nº 909157551-49, funcionário público; representante suplente dos movimentos populares ou organizações comunitárias.
3. **Marleth Cândida de Souza**, solteira, portador do CPF de nº 534529681-20, advogada; representante titular da Prefeitura Municipal.
 - 3.1 **Alex Alves da Silva**, solteiro, portador do CPF de nº014509701-33, funcionário público; representante suplente da Prefeitura Municipal departamento de Licitações.

Av. Dep. Solon Amaral - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1110 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br



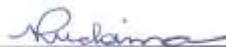
Art. 3º O *Grupo de Trabalho Local – GTLocal* terá como obrigação o cumprimento das atribuições previstas Cláusula Quarta, Inciso II, alínea i, do Convênio supracitado, objetivando o cumprimento a Lei 11.124/2005:

- I. Participação em todas as “Oficinas de Capacitação” a serem realizadas pela CONVENENTE na cidade de Goiânia;
- II. Divulgação ampla do PMHIS, bem como, de todas as suas etapas, junto à comunidade local, viabilizando a participação e integração da sociedade no processo de elaboração;
- III. Implementar as etapas de elaboração do PMHIS seguindo rigorosamente a metodologia do Programa Moradia Digna – Eixo Planejamento com estrita obediência às orientações contidas no Plano de Trabalho anexo;
- IV. Apresentação de relatórios, conforme estruturação e sistematização apresentada pela CONVENENTE de todas as etapas do trabalho em cada uma das “Oficinas de Capacitação” a serem realizadas;
- V. Acompanhamento, apoio, avaliação e deliberação sobre todos os produtos que compõem o PMHIS, elaboradas pela equipe técnica, disponibilizada pela CONVENENTE;
- VI. Promoção de Audiências Públicas, palestras, discussões e debates sobre cada etapa do PMHIS, junto à população local, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mantendo registro em Ata, relatórios e material fotográfico de todas as reuniões realizadas.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de atividade dos *GTLocal*, a contar da publicação deste Decreto até 31 de dezembro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Buriti de Goiás, aos 04 de maio de 2010.


REGINA MARIA COSTA LIMA
Prefeito Municipal



DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE PARA ELABORAÇÃO DO PMHIS

Declaro para os devidos fins que o GTL (Grupo de Trabalho Local) do município de **BURITI DE GOIÁS** realizou reuniões públicas para elaboração de forma participativa do PMHIS (Produto 01: Proposta Metodológica; Produto 2: Diagnóstico habitacional e Produto 3: Estratégias de Ação).

Atesto que foi dada a publicidade conforme o Plano de Comunicação descrito abaixo.

Publicidade do produto 1

DESCRIÇÃO DO LOCAL	TIPO DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE	DATA DE FIXAÇÃO	PERÍODO DE PERMANÊNCIA
CÂMARA MUNICIPAL	Cartaz e Panfletos	01 10	18/06	15 DIAS
FARMÁCIA CENTRAL	Cartaz e Panfletos	01 10	18/06	15 DIAS
SUPERMERCADOS RODRIGUES E FERREIRA	Cartaz e Panfletos	01 10	18/06	15 DIAS
BAR	Cartaz e Panfletos	01 10	18/06	15 DIAS
CÂMARA MUNICIPAL	Cartaz e Panfletos	01 10	18/06	15 DIAS
Carro de som em toda a cidade e no povoado de Campo das Perdizes	CD com mensagem sobre o PMHIS	01 / dia	18/06 a 22/06/2010 - 05 (cinco dias)	-

Av. Dep. Solon Amara! - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1110 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br



Publicidade do Produto 2

CÂMARA MUNICIPAL	Cartaz e Panfletos	01 10	03/11/10	15 DIAS
FARMÁCIA CENTRAL	Cartaz e Panfletos	01 10	03/11/10	15 DIAS
SUPERMERCAD OS RODRIGUES E FERREIRA	Cartaz e Panfletos	01 10	03/11/10	15 DIAS
BAR	Cartaz e Panfletos	01 10	03/11/10	15 DIAS
CÂMARA MUNICIPAL	Cartaz e Panfletos	01 10	03/11/10	15 DIAS
Carro de som em toda a cidade e no povoado de Campo das Perdizes	CD com mensagem sobre o PMHIS	01 / dia	03/11/10 (CINCO) DIAS	

Publicidade do Produto 3

CÂMARA MUNICIPAL	Cartaz e Panfletos	01 10	12/03/2011	15 DIAS
FARMÁCIA CENTRAL	Cartaz e Panfletos	01 10	12/03/2011	15 DIAS
SUPERMERCAD OS RODRIGUES E FERREIRA	Cartaz e Panfletos	01 10	12/03/2011	15 DIAS
BAR	Cartaz e Panfletos	01 10	12/03/2011	15 DIAS
CÂMARA MUNICIPAL	Cartaz e Panfletos	01 10	12/03/2011	15 DIAS
Carro de som em toda a cidade e no povoado de Campo das Perdizes	CD com mensagem sobre o PMHIS	01 / dia	12/03/2011 (CINCO) DIAS	

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Buriti de Goiás, aos 03 de novembro do ano de 2011.



Ivone Vieira Alves
Coordenador(a) do GTL



Regina Maria Costa Lima
Prefeito(a) Municipal





DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE PARA ELABORAÇÃO DO PMHIS

Declaro para os devidos fins que o GTL(Grupo de Trabalho Local) do município de BURITI DE GOIÁS realizou reuniões públicas para elaboração de forma participativa do PMHIS(Produto: 03: Estratégias de Ação). Atesto que foi dada a publicidade conforme o Plano de Comunicação descrito abaixo.

PUBLICIDADE DO PRODUTO 3:

Descrição Local	Tipo de comunicação	Quantidade	Data de fixação	Período de permanência
Carro de som	áudio	2	21/03/2012	2 horas
Ruas da cidade	Carro de som			

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Buriti de Goiás, aos 21 de março do ano de 2012


Ivone Vieira Alves

Coordenadora do GTL


Gilmar Tomaz da Silva
Secretário Municipal de Administração

Av. Dep. Solon Amaral - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1118 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br



ANEXOS

PRODUTO 1: PROPOSTA METODOLÓGICA



LEI DE Nº 0403/2013, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013.

Substitui as Leis 0376/2009 e 0384/2010 que cria o Fundo *Municipal* de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho Gestor do FMHIS.

O *PREFEITO MUNICIPAL* Faz saber que a *Câmara Municipal* aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Cria o Fundo de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho-Gestor do FMHIS.

CAPÍTULO I

DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Seção I

Objetivos e Fontes

Art. 2º Fica criado o Fundo de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social, direcionadas à população de menor renda.

Art. 3º O FMHIS é constituído por:

I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;

III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;

VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.



Av. Dep. Solon Amaral - Nº 1154 - Centro - Fone: 3699-1367 - Cel.: (64) 9313-0149 - CEP: 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
E-mail: prefburitidegoias@bol.com.br



Do Conselho-Gestor do FMHIS

Art. 4º O FMHIS será gerido por um Conselho-Gestor.

Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares e de forma paritária pelas seguintes entidades:

- I- Três integrantes do poder público municipal;
- II- Dois integrantes de movimentos populares;
- III- Um integrante acadêmico ou ONG ou entidade profissional;
- IV- Um integrante de entidade do segmento dos empresários;
- V- Um integrante dos trabalhadores representados por suas entidades sindicais.

§ 1º A composição, as atribuições e o regulamento do Conselho Gestor poderão ser estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2º A Presidência do Conselho-Gestor do FMHIS será exercida pelo Secretária Municipal responsável pela área habitacional.

§ 3º O presidente do Conselho-Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 4º Competirá à Secretária Municipal responsável pela área habitacional proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção III

Das Aplicações dos Recursos do FMHIS

Art. 6º As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais.

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais.





III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social.

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do FMHIS.

§ 1º Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Seção IV

Das Competências do Conselho Gestor do FMHIS

Art. 7º Ao Conselho Gestor do FMHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano (*estadual ou municipal*) de habitação;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;

III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – deliberar sobre as contas do FMHIS;

V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;

VI – aprovar seu regimento interno.

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.



§ 2º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla divulgação das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 8º Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as Leis anteriores de nº0376/2009 e 384/2010.

Buriti de Goiás, 25 de Fevereiro de 2013.



Elies Alves Pinto
Prefeito Municipal



Ofício nº. 01/2010.

Buriti de Goiás, 08 de junho de 2010.

Prezado Senhor,

Venho através deste, à ilustre presença de Vossa Senhoria, convocar-lhe a participar e colaborar conosco para a elaboração do PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), convênio com a AGEHAB (Agência Goiana de Habitação), pelo que será realizada uma reunião para maiores esclarecimentos sobre o referido Plano Municipal de Habitação (PMHIS), a qual será no dia 18/06/2010 às 08h:30m da manhã, na Prefeitura Municipal, sendo imprescindível a sua presença.

Contamos com a presença de Vossa Senhoria para que possa ser efetivado o PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), pois é necessária a participação de todos.

Cordialmente,

Ivone Vieira Alves
Coordenadora do GTL p/ PMHIS

Ilmo.(a) senhor(a)
Wilson Alves Ferreira
Secretário da ASMAFAB

RECEBI EM
16.06.10



Ofício nº. 02/2010.

Buriti de Goiás, 08 de junho de 2010.

Prezado Senhor,

Venho através deste, à ilustre presença de Vossa Senhoria, convocar-lhe a participar e colaborar conosco para a elaboração do PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), convênio com a AGEHAB (Agência Goiana de Habitação), pelo que será realizada uma reunião para maiores esclarecimentos sobre o referido Plano Municipal de Habitação (PMHIS), a qual será no dia 18/06/2010 às 08h:30m da manhã, na Prefeitura Municipal, sendo imprescindível a sua presença.

Contamos com a presença de Vossa Senhoria para que possa ser efetivado o PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), pois é necessária a participação de todos.

Cordialmente,

Ivone Vieira Alves
Coordenadora do GTL p/ PMHIS

Ilmo.(a) senhor(a)
Edvaldo Leandro
Representante da SSVP – Sociedade de São Vicente de Paula

RECEBIDO
08/06/10



Ofício nº. 03 /2010.

Buriti de Goiás, 02 de junho de 2010.

Prezado Senhor,

Venho através deste, à ilustre presença de Vossa Senhoria, convocar-lhe a participar e colaborar conosco para a elaboração do PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), convênio com a AGEHAB (Agência Goiana de Habitação), pelo que será realizada uma reunião para maiores esclarecimentos sobre o referido Plano Municipal de Habitação (PMHIS), a qual será no dia 18/06/2010 às 08h:30m da manhã, na Prefeitura Municipal, sendo imprescindível a sua presença.

Contamos com a presença de Vossa Senhoria para que possa ser efetivado o PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), pois é necessária a participação de todos.

Cordialmente,

Ivone Vieira Alves
Coordenadora do GTL p/ PMHIS

Ilma. Sra.
Meire Cosme de Souza
Membro da Administração Pública

*Reunião em
16/06/10
meia-noite*



Ofício nº. 04/2010.

Buriti de Goiás, 02 de junho de 2010.

Prezado Senhor,

Venho através deste, à ilustre presença de Vossa Senhoria, convocar-lhe a participar e colaborar conosco para a elaboração do PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), convênio com a AGEHAB (Agência Goiana de Habitação), pelo que será realizada uma reunião para maiores esclarecimentos sobre o referido Plano Municipal de Habitação (PMHIS), a qual será no dia 18/06/2010 às 08h:30m da manhã, na Prefeitura Municipal, sendo imprescindível a sua presença.

Contamos com a presença de Vossa Senhoria para que possa ser efetivado o PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), pois é necessária a participação de todos.

Cordialmente,

Ivone Vieira Alves
Coordenadora do GTL p/ PMHIS

Ilmo. Sr.
João Batista de Aguiar
Membro da Administração Pública

Recebe
17-06-10



Ofício nº. 05/2010.

Buriti de Goiás, 02 de junho de 2010.

Prezado Senhor,

Venho através deste, à ilustre presença de Vossa Senhoria, convocar-lhe a participar e colaborar conosco para a elaboração do PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), convênio com a AGEHAB (Agência Goiana de Habitação), pelo que será realizada uma reunião para maiores esclarecimentos sobre o referido Plano Municipal de Habitação (PMHIS), a qual será no dia 18/06/2010 às 08h:30m da manhã, na Prefeitura Municipal, sendo imprescindível a sua presença.

Contamos com a presença de Vossa Senhoria para que possa ser efetivado o PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social), pois é necessária a participação de todos.

Cordialmente,

Ivone Vieira Alves
Coordenadora do GTL p/ PMHIS

Ilmo. Sr.
Gilmar Tomaz da Silva
Membro da Administração Pública *GTL*

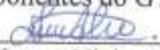
*Recd. em
17/06/2010*



**ATA DA 2ª. REUNIÃO PREPARATÓRIA
PARA CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO PMHIS
(GTL E ATORS ESTRATÉGICOS)**

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de 2010 (18/06/2010), às 16h:00m, na sala da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás-GO, com endereço à Av. Dep. Sólon Amaral, nº. 1154, Centro, Buriti de Goiás-GO., reuniu-se o Grupo de Trabalho Local – GTL, com os Atores Estratégicos da setoriais da administração pública e das instancias sociais, para definição e montagem do Plano de Trabalho referente ao PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Buriti de Goiás – Estado de Goiás. Aberta a segunda reunião preparatória do GTL para a consolidação do Plano de Trabalho, foi dado início aos trabalhos, sob a coordenação de Ivone Vieira Alves, integrante do GTL, representante do Poder Executivo, estando presente os demais integrantes, Marleth Cândida de Souza, representante do Poder Público, e Zaqueu Antonio Vasconcelos, representante dos Movimentos Populares, os atores estratégicos da administração pública e das instancias sociais, foi apresentado aos aludidos atores, os integrantes do GTL, e explicada qual é a função do mesmo, e o que é o PMHIS e a sua finalidade, bem como a importância e função de cada ator estratégico. Após tais explicações, foi perguntado aos mesmos se eles entenderam o que foi exposto e proposto aos mesmos, os quais se dispuseram a participar e a ajudar na elaboração do PMHIS. Concluídas estas explicações, como parte do Plano de Trabalho, encerrou-se a reunião às 17h:00m, sendo lavrada a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes integrantes do GTL.

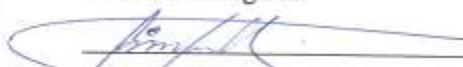
Componentes do GTL


Ivone Vieira Alves
Rep. do Poder Executivo Municipal

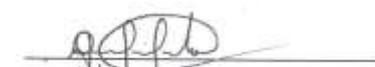
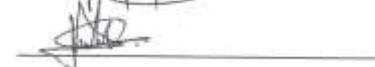

Marleth Cândida de Souza
Rep. do Poder Público Municipal


Zaqueu Antonio Vasconcelos
Repres. Dos Movimentos Populares

Atores Estratégicos:








**ATA DA 3ª. REUNIÃO PREPARATÓRIA
PARA CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO PMHIS
(REUNIÃO PARTICIPATIVA)**

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de 2010 (29/06/2010), às 10h:00m, na sala da recepção da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás-GO, com endereço à Av. Dep. Sólon Amaral, nº. 1154, Centro, Buriti de Goiás-GO., reuniu-se o Grupo de Trabalho Local – GTL, com a comunidade, para definição e montagem do Plano de Trabalho referente ao PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Buriti de Goiás – Estado de Goiás. Aberta a 3ª. reunião preparatória do GTL para a consolidação do Plano de Trabalho, foi dado início aos trabalhos, sob a coordenação da Sra. Ivone Vieira Alves, integrante do GTL, representante do Poder Executivo, estando presente os demais integrantes, Marleth Cândida de Souza, representante do Poder Público, e Zaqueu Antonio Vasconcelos, representante dos Movimentos Populares, e alguns integrantes da comunidade que seguem abaixo assinados, foi apresentado aos que se encontravam nesta reunião, os integrantes do GTL e explicada qual a função do mesmo, e ainda o que é o PMHIS e a sua finalidade, bem como a importância da participação de todos, principalmente da comunidade, que é a principal interessada na melhoria da habitação. Após tais explicações, foi dada a palavra para que os participantes pudessem se manifestar e fazer perguntas. Concluídas estas explicações a respeito do PMHIS, encerrou-se a reunião às 11h:10m, sendo lavrada a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes.

Componentes do GTL

1 
Ivone Vieira Alves
Rep. do Poder Executivo Municipal

2 
Marleth Cândida de Souza
Rep. do Poder Público Municipal

3 
Zaqueu Antonio Vasconcelos
Repres. Dos Movimentos Populares



LISTA DE PRESENÇA NA REUNIAO PARTICIPATIVA

- 1) Dagmar de Queiroz Martins C.G
- 2) Alex Alves da Silva
- 3) Pericles Cardoso dos Passos
- 4) João Batista de Moraes
- 5) Luciano Márcio dos Santos
- 6) Emanuel Lourenço
- 7) Genesmar Alves Pinto
- 8) Márcia E. Soares
- 9) Ruyneide Gomes de Souza CG
- 10) Antenor Gomes da Silva coord. PA urbs e rural
- 11) Jeadis Borges do Divino,
- 12) Crisina Paula Alves Mendes.
- 13) Cliranes José Luiz da Silva
- 14) Elizabeth A. Pinto
- 15) João Paulo E. Júnior
- 16) Maria Elvina de Aguiar
- 17) Edmar Borges de Lima
- 18) Gilmar Gomes da Silva C.G/ATOR
- 19) Rogério Antonio Vasconcelos. GTL
- 20) Marlieth Candida de Souza GTL
- 21) Ivone Vieira Alves. GTL

Av. Dep. Solon Amaral - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1110 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br

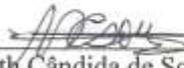




ATA DE REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO PMHIS

Ao 01 dia do mês de junho do ano de 2010 (01/06/2010), às 09h:20m, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás-GO, com endereço à Av. Dep. Sólon Amaral, nº. 1154, Centro, Buriti de Goiás-GO., reuniu-se o Grupo de Trabalho Local – GTL, para definição e montagem do Plano de Trabalho referente ao PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Buriti de Goiás – Estado de Goiás. Aberta a primeira reunião preparatória do GTL para a consolidação do Plano de Trabalho, foi dado início aos trabalhos, sob a coordenação de Ivone Vieira Alves, integrante do GTL, representante do Poder Executivo, estando presente os demais integrantes, Marleth Cândida de Souza, representante do Poder Público, e Zaqueu Antonio Vasconcelos, representante dos Movimentos Populares, quando então, foi posto em discussão a identificação e mapeamento dos atores estratégicos nas áreas setoriais da administração pública, com o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas, coordenação, especificação da equipe envolvida, os recursos operacionais utilizados, estabelecendo a data de início e término das atividades e o produto a ser gerado. Foi discutida e montada ainda, a forma de mobilização dos aludidos atores estratégicos da administração pública. Dando continuidade aos trabalhos, foi feita também a identificação dos atores estratégicos nas instancias sociais, detalhando as atividades a serem desenvolvidas pelos mesmos, com a identificação do coordenador, da equipe envolvida, identificação dos recursos operacionais, o início e o término das atividades e a previsão do produto a ser gerado, bem como ainda foi estabelecido o meio de mobilização desses atores estratégicos nas instancias sociais, conforme consta do Plano de Trabalho em anexo, em seu item 1 ao 5. Concluída esta primeira parte do Plano de Trabalho, encerrou-se a reunião às 10h:40m, sendo lavrada a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes integrantes do GTL.


Ivone Vieira Alves
Rep. do Poder Executivo Municipal


Marleth Cândida de Souza
Rep. do Poder Público Municipal


Zaqueu Antonio Vasconcelos
Repres. Dos Movimentos Populares

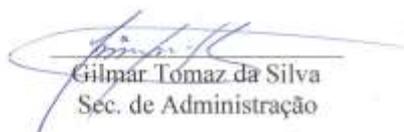


Ofício nº 083/010, Buriti de Goiás, 13 de maio de 2010.

Vimos por meio deste, com respeito e acatamento devido, junto a Agência Goiânia de Habitação, para enviar em anexo cópia do decreto que cria o grupo de trabalho local – GTLocal, conforme solicitado

Sendo só o que apresentamos para o momento, e na certeza de termos atendido o que ora nos foi solicitado, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,


Gilmar Tomaz da Silva
Sec. de Administração

A,
Agência Goiânia de Habitação
Goiânia – GO.

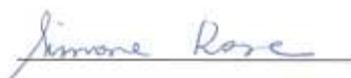


ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE PRODUTO 1: PROPOSTA METODOLÓGICA E

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para os devidos fins que a AGEHAB, em cumprimento a sua responsabilidade de Assistência Técnica aos municípios dos Territórios da Cidadania entregou ao GTL do município de Buriti de Goiás, representado por Ivone Vieira Alves, a Proposta Metodológica, 1ª etapa de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, e após a sua validação pelo Grupo de Trabalho Local, e complementação das informações que se fizerem necessárias, o GTL se compromete em realizar audiências públicas no município, conforme orientações de até 12/11/2010, objetivando a apresentação da proposta Metodológica à população local, para conhecimento e validação, bem como a encaminhar a documentação comprobatória a equipe técnica da AGEHAB até 19/11/2010.



Assinatura

Tutoria Técnica/AGEHAB



Assinatura

Coordenador do GTL do município



TERMO DE COMPROMISSO

E **LINDOMAR TOMAZ DA SILVA**, coordenador(a) eleito do Ponto de Apoio da Região de Cobertura de todo o Município de Buriti de Goiás, área urbana e rural portador da Carteira de Identidade nº 2.579.167 DGPC/GO, residente e domiciliado (a) na Avenida Deputado Solon Amaral ciente de que o município de Buriti de Goiás está conveniado ao Programa Moradia Digna/Eixo Planejamento Habitacional, do Governo do Estado de Goiás, que por meio da AGEHAB oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social-PMHIS, comprometo-me em:

- i. apoiar o GTLocal na execução do Plano de Comunicação e qualquer ação de divulgação dos trabalhos para a elaboração do PMHIS;
- ii. mobilizar a população local com o objetivo de envolver os moradores nas discussões e decisões para a elaboração PMHIS, distribuindo convites, realizando pequenas reuniões, sensibilizando em grupo ou individualmente seus vizinhos, e moradores da Região de Cobertura;
- iii. participar das reuniões ou audiências públicas com a população para a validação dos produtos resultante de cada etapa de elaboração do PMHIS, e de qualquer reunião quando convocado pelo GTL;
- iv. preparar os Pontos de Apoio para as reuniões com a comunidade, observando aspectos como limpeza, água, cadeiras, materiais e recursos a serem utilizados para o bom andamento das reuniões;

A inobservância dos itens acima citados, por parte do Coordenador do PA e ou se praticada qualquer ação que prejudique a realização dos trabalhos para a elaboração do PMHIS implicará na substituição do Coordenador(a).

Buriti de Goiás, 15 de junho.

Lindomar Tomaz da Silva
Assinatura do Coordenador do Ponto de Apoio

Luene Vieira Alves
Assinatura do Coordenador do GTL

LISTA PRESEÇA

Atendimento presencial

DATA: 15 de dezembro 2010

LOCAL: Goiânia

MUNICÍPIO: Buriti de Goiás

TUTORATÉCNICA: Maria Paqueta e Nive



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

	NOME DOS MEMBROS GTL	TITULAR/SUPLENTE	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
1	Marcete L. de Souza	Titular	(64) 9205-9587	Marcete L. de Souza
2	Silene Vieira Alves	Titular	(64) 9262-6405	Silene Vieira Alves
3				
4				
5				
6				
7				
Observações:				

ANEXOS

PRODUTO2: DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – NECESSIDADES E OFERTAS
HABITACIONAIS



**ATA DA 4ª. REUNIÃO PREPARATÓRIA
PARA CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO PMHIS
(GTL E ATORES ESTRATÉGICOS)**

Aos 22 dias do mês de outubro do ano de 2010 (22/10/2010), às 09h:00m, na sala de do Setor de Licitações e Compras, da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás-GO, com endereço à Av. Dep. Sólon Amaral, nº. 1154, Centro, Buriti de Goiás-GO., reuniu-se o Grupo de Trabalho Local – GTL, com os Atores Estratégicos setoriais da administração pública e das instancias sociais, bem como dos Atores Estratégicos, para definição e montagem do Plano de Trabalho referente ao PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Buriti de Goiás – Estado de Goiás. Aberta a 4ª. reunião preparatória do GTL para a consolidação do Plano de Trabalho, foi dado início aos trabalhos, sob a coordenação de Ivone Vieira Alves, integrante do GTL, representante do Poder Executivo, estando presente os demais integrantes, Marleth Cândida de Souza, representante do Poder Público, e Zaqueu Antonio Vasconcelos, representante dos Movimentos Populares, os atores estratégicos da administração pública e das instancias sociais, sendo que nesta reunião foi exposto aos presentes, o levantamento feito pelo GTL sobre o diagnóstico habitacional em nosso município, referente a oferta habitacional, tais como levantamento das unidades habitacionais de interesse social já produzidas ou em fase de produção, áreas com viabilidade de urbanização com aptidão para abrigar novas unidades habitacionais de interesse social, imóveis vazios ou subutilizados com aptidão para uso habitacional de interesse social, e potencialidades locais e regionais da cadeia produtiva da construção civil com finalidade em habitação de interesse social, para a elaboração do PMHIS. Após a exposição de todo o levantamento do diagnostico habitacional pelo GTL, foi aberta a discussão com os presentes sobre os dados levantados, e solicitados aos mesmos, sugestões e mais informações que pudessem ter, além das já levantadas pelo GTL, e assim após confrontar as informações e discutidos os temas em questão, chegou-se à conclusão por todos os presentes que os referidos dados estão de acordo com a realidade do nosso Município. Concluídas estas exposições e discussões, como parte do Plano de Trabalho, encerrou-se a reunião às 10h:15m, sendo lavrada a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes integrantes do GTL.

Componentes do GTL



 Ivone Vieira Alves
 Rep. do Poder Executivo Municipal



 Marleth Cândida de Souza
 Rep. do Poder Público Municipal

1



Zaqueu Antonio Vasconcelos
Repres. Dos Movimentos Populares

Atores Estratégicos:

maíre Carmo de Souza
glomar Barros da Silva





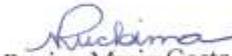
CONVOCAÇÃO

A Prefeita Municipal de Buriti de Goiás, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem a público convocar todas as pessoas interessadas, para participarem de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, onde será apresentado e discutido as propostas para a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, do Município de Buriti de Goiás.

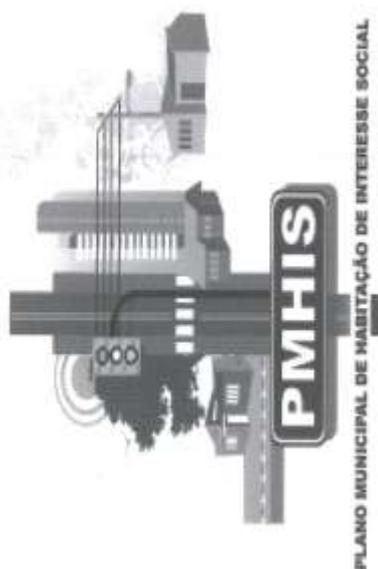
Local: Salão do PETI
Data: 08 de novembro de 2010
Horário: 19:00 Horas (07:00 horas da noite)

Sua presença é muito importante, e sua participação será de grande valia para a continuidade do desenvolvimento de nosso Município.

Buriti de Goiás, 25 de outubro de 2010.


Regina Maria Costa Lima
Prefeita Municipal


Ivone Alves Vieira
Sec. Municipal de Assist. Social



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PARTICIPE



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Venha participar conosco da AUDIÊNCIA PÚBLICA para validação do PMHIS(Plano Municipal de Habitação de Interesse Social) neste dia 08/11/2010 no salão do PETI às 19:00 horas.

Grupo GTL de BURITI DE GOIÁS



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO PMHIS

Aos 08 dias do mês de novembro do ano de 2010 (08/11/2010), às 08h:30m, na sede do PA, com endereço à Rua da Indústria, Centro, Buriti de Goiás-GO, reuniu-se o Grupo de Trabalho Local – GTL, com os Atores Estratégicos, setoriais da administração pública e das instancias sociais, bem como a população, para definição e montagem do Plano de Trabalho referente ao PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Buriti de Goiás – Estado de Goiás. Foi feita a divulgação na cidade, via carro de som, convidando a população para participar da presente audiência pública. Aberta audiência, foi dado início aos trabalhos, sob a coordenação de Ivone Vieira Alves, integrante do GTL, representante do Poder Executivo, estando presente os demais integrantes, Marleth Cândida de Souza, representante do Poder Público, e Zaqueu Antonio Vasconcelos, representante dos Movimentos Populares, bem como os atores estratégicos da administração pública e das instancias sociais, sendo que **nesta reunião foi exposto aos presentes, todas as atividades já desenvolvidas pelo GTL, o levantamento e diagnóstico habitacional em nosso município, referente a oferta habitacional, tais como as unidades habitacionais de interesse social já produzidas ou em fase de produção, áreas com viabilidade de urbanização com aptidão para abrigar novas unidades habitacionais de interesse social, os imóveis vazios ou subutilizados com aptidão para uso habitacional de interesse social, e potencialidades locais e regionais da cadeia produtiva da construção civil com finalidade em habitação de interesse social, para a elaboração do PMHIS, tendo sido exposto aos presentes a finalidade de todo esse trabalho realizado pelo GTL, inclusive das oficinas realizadas pela Agehab, sendo que foi explicado aos presentes que o referido órgão entra com a parte técnica, assessorando os municípios na elaboração do PMHIS. Após a exposição de todos esses pontos, foi aberta a palavra aos presentes sobre os dados levantados, e solicitado aos mesmos, alguma sugestão, informação, ou dados novos além dos já levantados, pelo GTL e colaboradores (atores estratégicos, coordenador do PA). Tendo sido levantados poucos questionamentos por alguns dos presentes, tais como de que modo essa verba é destinada ao município, se vai sair algum benefício habitacional para nosso município, se esse plano habitacional vai trazer benefício imediato para a população. Após os questionamentos feitos por alguns dos presentes, a coordenadora do GTL, Sra. Ivone Vieira Alves, representante do Poder Executivo, respondeu a todos as perguntas supra referidas, e os participantes que se encontravam nesta audiência pública, se mostraram de**

1



estarem de acordo com o material contendo os levantamentos e diagnósticos apresentados nesta audiência, pelo que não houve nenhum fato relevante, e nem manifestação contrária ao trabalho do GTL, por parte dos presentes. Assim, concluídas estas exposições e discussões na audiência pública em tela, como parte do Plano de Trabalho para elaboração do PMHIS, encerrou-se a sessão, às 10h:30m, sendo lavrada a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada por todos os integrantes do GTL e demais presentes.

Oliveira Galvão da Silva
Dirlene Aparecida de Souza
Mucion Nova Alves
Suzanna Paula Alves Mendes.
Leickson Ladeira dos Passos
Marta Elaine de Aguiar
Dirceu Peçanha Trigueira
João Alcir Moreira
Celma Gomes da Silva
Delisdelio Medeiros Bueno
Dárcio Pa. Bueno
Valdeir do Carmo
Vivian Simão Jay
Genésias Alves Pinto
Carlos Pereira Filho
Moisés Corone de Souza
Márcia E. Soares
Marilene Candida de Souza
José Carlos Bentes Ferreira
Jovene Vieira Alves.
Zaqueu Antônio Fontenelles
Adriana Moreira Martins





Ata da Audiência Pública para elaboração do Produto 2: Diagnóstico Habitacional(1º,2º e 3º conteúdos) do PMHIS.

Aos 11 dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, realizou no PA, às 10:30, a Audiência Pública para elaboração do Produto 2: Diagnóstico Habitacional(1º,2º e 3º conteúdos) do PMHIS. Reuniram-se os membros do GTL, Ivone Vieira Alves, Marleth Candida de Souza, autoridades locais, secretário da Educação o senhor João Batista de Aguiar, secretário de saúde o senhor Alex Alves e comunidade local do município. Sob a coordenação da senhora Ivone foi dado início à audiência pública. Inicialmente foi explicado o passo a passo para realização do Produto 2: Diagnóstico Habitacional. Foi apresentado o processo de ocupação do território ao longo do tempo demonstrando em mapas, o parcelamento e situação fundiária, mapa do histórico e situação da ocupação e das características atuais de uso e ocupação do município. A população de Buriti de Goiás constitui-se de mineiros e goianos. Os mineiros imigrantes em busca de melhores condições de vida. O município de Buriti de Goiás originou-se de uma propriedade adquirida pelos Senhores Joaquim Costa e Ramilo Ramos, que doaram pedacinhos de terra para as primeiras construções. Em seguida foi relatado brevemente sobre a situação atual e necessidades de cada bairro da cidade e dos povoados rurais. Ao longo do tempo e com a emancipação política do território, deu o início-se de algumas mudanças tanto na tipologia habitacional, quanto no modo de se viver das pessoas. As casas passaram a ser construídas com alvenaria e os lotes a serem cercados por muros e cercas de arame trazendo assim grandes melhorias na área habitacional e inúmeras perdas em relação ao jeito de se viver das pessoas, fazendo com que o vizinho se torne um desconhecido. Passou-se a falar sobre as relações regionais do município e citados os empreendimentos de impacto existentes no município. No Quadro 05: matriz das necessidades habitacionais, foram apresentadas as necessidades do município em

Av. Dep. Solon Amaral - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1110 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br



relação à demanda por novas moradias e demanda por melhoriasAs ofertas habitacionais do território de Buriti de Goiás promovidas por iniciativas pública direcionadas à população de baixa renda do território de Buriti de Goiás são construídas em terrenos urbanizados com infraestrutura básica como água, energia elétrica e pavimentação . Foi ainda relatado a inexistência de assentamentos precários na área urbana e rural. Após a coordenadora do GTL iniciou a apresentação da Capacidade Administrativa. Foi relatado ao público a Lei 039/93 Código de postura que é a Legislação urbanística e ambiental existentes no município e apresentado também o orçamento e recursos municipais referentes à habitação, PPA 2009 a 2013 - Projeto/atividade: 1004 construção reforma reconstrução ampliada LDO 2011 - Projeto/atividade: 1004 construção reforma reconstrução ampliada LOA 2011 - Projeto/atividade: 1004 construção reforma reconstrução ampliada bem como os investimentos municipais, estaduais e federais já realizados e a fonte de recursos e programas para suprir as necessidades habitacionais do município como FMHIS, PROGRAMA DE CHAGAS E OUTROS. Por fim foi apresentado ao público a estrutura organizacional da prefeitura e a secretaria responsável pela implementação dos programas habitacionais A estrutura organizacional básica da Prefeitura é composta por 05 secretarias e 02 órgãos da administração indireta (companhias, agências, empresas municipais etc.), a secretaria responsável pela habitação é secretaria de assistência social. Após a explanação foi dada a palavra ao público. Após esclarecidas as dúvidas e acatadas as sugestões foi encerrada a audiência às 12:15horas/min. com agradecimentos e eu Ivone Vieira Alves lavrei para fins de direito a presente ata, que aprovada foi assinada por mim e demais presentes.

*Ivone Vieira Alves,
Marlith Candida de Souza, Ricardo Cardoso dos Passos,
Marcia E Soares, Dágma Laurence de Azevedo
Maira Elvone de Aguiar, Eugênia Paula
AUBÉLIO MARCAL DE MOURA, Jaidy Borges de Oliveira,
Flávio Rodrigues Gomes, Ademar E. Martins
Márcia, Meire Lorne de Souza*

Av. Dep. Solon Amaral - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1110 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GC
e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br





* Linderman Fomaz da Silva,
* Alex Alves da Silva,

Av. Dep. Solon Amaral - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1110 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br



ANEXOS

PRODUTO 3: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO



LISTA DE PRESENÇA

Audiência Pública do PMHIS(Plano Municipal de Habitação de Interesse Social)

Elaboração do Produto 3: ESTRTEGIA DE AÇÃO

Data: 23 de março de 2012 Buriti de Goiás

- 1º Ivone Vieira Alves.
- 2º Marleth Cândida de Souza
- 3º Dágma Laurencio de Queiroz
- 4º Maria Eliane de Aguiar
- 5º Deusalita Mendonça Bueno
- 6º Nirce Gomes de Queiroz
- 7º Lauriciana Maria Barbosa
- 8º Genesmar Alves Pinto
- 9º Jader Borges de Oliveira.
- 10º Wlédier Camargo Luvainel
- 11º Bricles Cardoso dos Passos
- 12º João Batista de Aguiar

Av. Dep. Solon Amaral - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1110 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br



ATA DO PRODUTO 3

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PRODUTO 3 ESTRATEGIA DE AÇÃO

Aos 22(vinte e dois) dias do mês de março as 19:00 na PA de Buriti de Goiás realizou-se a AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e valiação do produto 3, ESTRATEGIA DE AÇÃO, reuniram-se os membros do GTL, a senhora Ivone Vieira Alves, Marleth Cândida de Souza, autoridades locais, secretários da educação e saúde além da comunidade geral. A coordenadora do GTL a senhora Ivone inicio a Audiência explicando o passo a passo do **Produto 3: Estratégia de Ação**, da reunião presencial com os tutores da Agehab realizada na cidade de Mossamedes, fez-se uma breve retrospectiva sobre o processo de elaboração do PMHIS, destacando qual seu objetivo e suas diretrizes. Em seguida foram apresentados os quadros; Quadro 01 síntese do diagnóstico habitacional do município urbano e rural (necessidades habitacionais as ofertas e legislação), as diretrizes e objetivos foram apresentados no quadro 2 (o déficit habitacional, a regularização fundiária...), no quadro 3 foram apresentados os tipos de ações a serem desenvolvidas (urbanização, regularização urbanística...), os programas e ações ficaram no quadro 4, os Critérios para os programas e ações foram apresentados no quadro 6, Cronograma de implementação do PMHIS ficou no quadro 11 com os objetivos os programas ações e as etapas previstas, o Mapa das ações propostas os indicadores para monitoramento vieram no quadro 12 e a estratégia para avaliação e revisão do PMHIS no quadro 13 mostrando as instancias de participação e controle social os participantes o periodo e as observações. Em seguida a coordenadora abriu um espaço para questionamentos. Foram levantados alguns questionamentos sobre o município não possuir a lei que cria o Fundo de Habitação de Interesse Social, e em quanto tempo devera ser implantado plano e quais as conseqüências da não implantação do plano. Após esclarecidas as dúvidas e acatadas as sugestões foi encerradas a audiência. Eu Ivone Vieira Alves lavrei a presente ata, que após lida e aprovada foi assinada por mim e segue lista de assinatura dos demais presentes.

Ivone Vieira Alves



ATA DA 1ª REUNIÃO PREPARTÓRIA PARA CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO PMHIS DA TERCEIRA ETAPA DO DIAGNOSTICO HABITACIONAL.

Ao primeiro dia do mês de março de dois mil e onze, às 15:00, na sala da Assistência Social, situada na Avenida Deputado Solon Amaral, nº 1154, centro de Buriti de Goiás, reuni-se o Grupo de Trabalho – GTL, para definição do Plano de Trabalho referente a terceira etapa do produto Diagnostico Habitacional do Município de Buriti de Goiás. Na oportunidade foi discutida quais os atores estratégicos seriam convocados para elaboração do produto 3 e quais os equipamentos necessários seriam usados. Após analisado o roteiro, ficou resolvido que os atores a serem convocados seriam os do poder público por ter acesso aos documentos necessários para essa elaboração. Também firmou a data do dia 16 de março para estudo dos documentos. Não havendo nada mais a ser trata a coordenadora do GTL encerrou a sessão e lavrou a presente ata que após lida e aprovada seque assinada pelo GTL.

*Zaqueu Antônio Vasconcelos, Ivone Vieira Alves,
Marleth Cândida de Souza*

Av. Dep. Solon Amaral - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1110 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br





ATA DA 2ª REUNIÃO PARA ELABORAÇÃO DA 3ª ETAPA DO PRODUTO 2 DIAGNOSTICO HABITACIONAL.

Aos 16 dias do mês de março de dois mil e onze, reuni-se o GTL e os atores estratégicos do Poder Público na sala da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás, sito a Avenida Deputado Solon Amaral, nº 1154, centro de Buriti de Goiás – GO, para elaboração da 3ª etapa do produto 2 do Diagnostico Habitacional. Após a análise de todos os documentos apresentados preencheu as matrizes e planilhas da **3 etapa do produto 2** diagnostico habitacional. Não havendo nada mais a ser tratado lavrou-se a presente ata que após lida e aprovada seque por todos assinada.

*Zaqueu Antônio Lacerda, Regina Paula Alves Mendes,
 Maria Eliane de Aguiar, Ivone Leira Alves, Marleth
 Cândida de Souza*

Av. Dep. Solon Amaral - nº 1154 - Centro - Fone/Fax: (64) 3699-1110 - CEP 76.152-000 - Buriti de Goiás-GO
 e-mail: prefburitidegoias@bol.com.br





SECRETARIA DAS CIDADES
DO ESTADO DE GOIÁS



GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS

Formulário de Atendimento

Município em atendimento:	Buriti de Goiás
Nome dos integrantes do GTL presentes:	Irone e Marleti
Data do Atendimento:	28/02/11
Horário do Atendimento:	
Itens Recebidos:	laio de criação do fundo e Conselho.
Informações/itens a serem complementados:	O grupo falta revisar a 2ª comissão do produto 3+2, ficou de enviar por e-mail o relatório e se houver novas autorizações.
Obs.:	

Tutores

Renata C.R. Póvoa

Participantes do GTL presentes

Irone Vieira Alves.
Marleth Damida de Souza





Formulário de Atendimento

Município em atendimento:	Buriti de Goiás
Nome dos integrantes do GTL presentes:	Ivone Vieira, Zaqueu Antônio, Nágma Lourenço
Data do Atendimento:	01/06/2011
Horário do Atendimento:	09h
Itens Recebidos:	*
Informações/itens a serem complementados:	<ul style="list-style-type: none"> * Efetivação da lei do conselho e do fundo * Realização de uma reunião com a comunidade para validação do Produto 2. * Providenciar cópia das leis municipais <ul style="list-style-type: none"> → código de postura → LOA - LDO - PPA → lei de criação do fundo e do conselho
Obs.:	<ul style="list-style-type: none"> → correção dos quadros 13 à 26 → OK → Produto 3 → falta os seguintes dados →

Tutores	Participantes do GTL presentes
Carla Giocconda A. Pinto	Nágma R. Queiroz Martins
_____	Zaqueu Antônio Vasconcelos
_____	Ivone Vieira Alves



SECRETARIA DAS CIDADES DO ESTADO DE GOIÁS



Agência Goiana de Habitação S/A - Rua 18-A nº 541, St. Aeroporto - Goiânia - Goiás - 74.070-060 | 55 (62) 3096-5000
www.agehab.go.gov.br





SECRETARIA DAS CIDADES DO ESTADO DE GOIÁS



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Formulário de Atendimento

Município em atendimento: <i>Buriti de Goiás</i>
Nome dos integrantes do GTL presentes: <i>Nidiane de Assis Silva</i>
Data do Atendimento: <i>11 / 02 / 2011</i>
Horário do Atendimento: <i>15:00h</i>
Itens Recebidos: <i>A representante do município solicitou um levantamento sobre o problema relativo ao 3º andar térreo (5ª fração). As intervenções foram avaliadas.</i>
Informações/Itens a serem complementados: <i>Contatos: (62) 8135-7660 nidianesilva@yahoo.com.br</i>
Obs.:

Tutores

Participantes do GTL presentes

Maria Conceição S. Padial Machado
 Maria Conceição S. Padial Machado
 Técnica Social - AGEHAB
 Analista Social - 70000 1011

JRSJ





Formulário de Atendimento

Município em atendimento:	Buriti de Goiás
Nome dos integrantes do GTL presentes:	marlete Cândida de Sousa Contato: 64 92059587 (64) 3699 1367
Data do Atendimento:	07/03/12
Horário do Atendimento:	10h 20
Itens Recebidos:	não houve
Informações/itens a serem complementados:	não houve
Obs.:	O GTL está aguardando a minuta de lei de apreciação do PMHIS pela Câmara. O GTL informou que unificaram o plano para CAIXA de Anápolis e eles aprovaram o plano

Tutora

Participantes do GTL presentes

Renata C. R. Pousa

[Assinatura]



Agência Goiana de Habitação S/A - Rua 18-A nº 541, St. Aeroporto - Goiânia - Goiás - 74.070-060 55 (62) 3096-5000





TERRITÓRIO DA CIDADANIA
 EQUIPE DE CAMPO
 Maria Raquel e Carla Gioconda

Viagem de Campo
 Data: 08 / 09 / 2010



ESTADO DE GOIÁS
 AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

MUNICÍPIO: *Buriti de Goiás*

	Nome do participante	GTL Integrante	Titular / Suplente	Telefone	E-mail	Assinatura
1	<i>Suzene Vieira Alves</i>	<input checked="" type="checkbox"/>		<i>64-3262-6409</i>	<i>suzeviana@hotmail.com</i>	<i>Suzene Vieira Alves</i>
2	<i>Marcely E de Souza</i>	<input checked="" type="checkbox"/>		<i>(64) 9205-9582</i>	<i>marcelly_souza@hotmail.com</i>	<i>Marcely E de Souza</i>
3	<i>Regiane An. Bravin. Vitorino</i>	<input checked="" type="checkbox"/>		<i>64/9252-4190</i>	<i>regiane.pv@clix.com.br</i>	<i>Regiane An. Bravin. Vitorino</i>
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						

Prefeitura Municipal de
Buriti de Goiás

CAIXA

 **AGEHAB**
Agência Goiana de Reabilitação

SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES

 **GOVERNO DE
GOIÁS**
MESMO ESTÁO CRECE, VAI E CRECE MAIS

www.agehab.go.gov.br